



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM HISTÓRIA

CLEBIA RAMOS DE OLIVEIRA

**ESCOLA ADELINO ARIANE: UMA EXPERIÊNCIA DE
DEMOCRATIZAÇÃO EDUCACIONAL DE 2010 – 2016**

GOIÂNIA
2019

CLEBIA RAMOS DE OLIVEIRA

**ESCOLA ADELINO ARIANE: UMA EXPERIÊNCIA DE
DEMOCRATIZAÇÃO EDUCACIONAL DE 2010 – 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) Goiás, como requisito total para obtenção do título de Mestre em História. **Linha de Pesquisa:** Poder e Representação. **Orientadora:** Prof^a Dr.^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

GOIÂNIA
2019

O48e Oliveira, Clébia Ramos de

Escola Adelino Ariane : uma experiência de democratização educacional de 2010 - 2016 / Clébia Ramos de Oliveira.-- 2019.

142 f. ; il. ;

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2019

Inclui referências f. 109-113

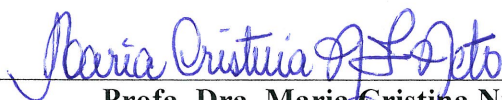
1. Escolas - Organização e administração. 2. Democratização da educação. 3. Participação. I. Ferreira Neto, Maria Cristina Nunes. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.014.525

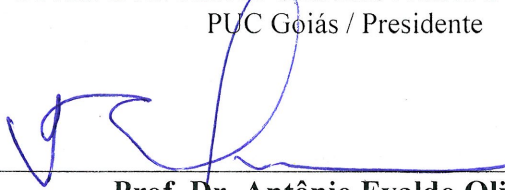
**ESCOLA ADELINO ARIANE: UMA EXPERIÊNCIA DE DEMOCRATIZAÇÃO
EDUCACIONAL DE 2010 – 2016**

Dissertação aprovada em 29 de novembro de 2019, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

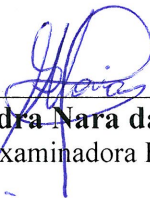
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Antônio Evaldo Oliveira
PUC Goiás / Examinador Interno



Profa. Dra. Sandra Nara da Silva Novais
UFG / Examinadora Externa

Profa. Dra. Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos
UEG / Suplente

*** Profa. Dra. Marlené Castro Ossami de Moura**
PUC Goiás / Suplente

AGRADECIMENTOS

Sou grata ao senhor Deus, que constantemente me fortaleceu dando-me ânimo, coragem e determinação, para enfrentar os momentos alegres e difíceis com humildade.

Agradeço a minha família, meu esposo e filho por fazer parte deste momento, pela paciência comigo durante esta jornada, em especial a minha irmã Gleize Ramos de Oliveira, pela imensa ajuda, incentivo e apoio.

Aos meus Prof^{os} Dr^{os} do mestrado em História: Ivone Reimer, Marlene Ossami, Maria Cristina Neto, Renata Cristina Nascimento, Thais Alves Marinho, Eduardo Quadros, Eduardo Sugizaki, agradeço por fazerem parte de minha formação enquanto pesquisadora e cidadã, por proporcionar momentos de aprendizagem e reflexão.

Estendo meus agradecimentos as Prof^{as} Dr^{as}: Marlene Ossami e Renata Cristina Nascimento que fizeram parte da minha banca de qualificação, pois contribuíram com minha pesquisa e ampliaram meus conhecimentos.

Agradeço em especial minha orientadora prof^a. Dr^a. Maria Cristina Nunes F. Neto, pela paciência de mestre, pela atenção, apoio, amparo e por agir com humildade e sabedoria nos momentos de ansiedade, pois admiro a sua paz interior e tranquilidade nas tomadas de decisão.

Sou grata aos colegas da minha turma de mestrado que tanto contribuíram para minha formação, em especial meu grupo de apoio intelectual (Daiane, Sonia, Leksell e Gleize).

Agradeço a toda equipe da Escola Adelino e do Colégio Estadual pelo apoio, em especial aos diretores Franklin de Oliveira e Weberson Oliveira pelo companheirismo e compreensão nos momentos de dificuldades, sou grata por terem me apoiado e incentivado para esta formação.

Agradeço a toda equipe da escola Achieve Languages e de coração a minha professora de inglês Heloisa Marques Miguel que em meio a tantas dificuldades e problemas de saúde esteve sempre incentivando e apoiando e não me desamparou, e sou grata as colegas da turma pela paciência e contribuição para minha formação em inglês e como cidadã.

Sou grata a minha amiga, prof^a Dr^a Maria Lucia Pacheco por ser a primeira apoiadora e incentivadora para cursar o mestrado de História na PUC/Goiás.

Agradeço as minhas amigas Tops (Neilimar, Viviane, Neusa e Domingas) pelo apoio, zelo e por me apoiarem nos momentos de dificuldades e frustrações.

Meus agradecimentos a todos que fizeram e fazem parte da minha vida e contribuíram de alguma forma para minha formação. Que Deus abençoe a todos!

“Penso com alegria que tudo quanto
Escrevi e vivi
Serviu para nos aproximar.
É o primeiro dever do humanista e
A fundamental tarefa da inteligência
Assegurar o conhecimento e o entendimento
Entre homens.
Bem vale haver lutado e cantado,
“Bem vale haver vivido se o amor me acompanha”
Pablo Neruda.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o modelo de gestão implementado na Escola Adelino Ariane, na cidade de Aparecida de Goiânia. Pretende-se, com essa pesquisa, analisar e compreender alguns apontamentos destacados nos contextos: democrático, social, político e histórico da Escola. O intuito é o de observar a Democratização Educacional 2010 - 2016. A pesquisa está pautada na implantação da Lei Nº 2861/2009, Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº9394/96 e a Constituição Federal de 1988. A temática insere-se como pesquisa bibliográfica e documental. O estudo metodológico foi realizado através de técnicas a partir do estudo e análise de bibliografias a cerca do tema proposto e do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e outros documentos da Escola (PDE), bem como de pesquisas em sites e internet. Buscou apoio em teóricos e obras que corroboraram com a pesquisa, como: Aranha (1996) História da Educação, Ghiraldelli (2000) História da Educação. Chauí (1993) Cultura e Democracia, Demo (2002) Educação E Qualidade, Libâneo (2010) Educação *Escolar*, políticas, estrutura e organização, Paro (1998) A Gestão da Educação Antes às Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública, Chartier (1990), História Cultural – Entre Práticas e Representações, entre outros. A Unidade Escolar tem sido administrada pela transição de gestores ao longo de sua trajetória, o que influenciou o desenvolvimento democrático e pedagógico da escola. Mediante a essa situação, esse estudo se faz necessário, devido às influências e contraposições que a escola Adelino Ariane vem enfrentando ao longo dos anos. Esses apontamentos levam a uma reflexão sobre a legitimidade da educação pública e, também, servem para levantar a seguinte problemática: Quais as representações coletivas que os agentes envolvidos na gestão educacional da Escola Municipal Adelino Ariane fazem da democracia? Com a eleição para diretores, estabelecia-se o início de um processo democrático nas escolas, o que foi uma grande conquista para história da Educação do Município de Aparecida de Goiânia. A escolha do gestor escolar passou a ser um direito adquirido a todos os alunos, funcionários, pais/responsáveis. Essa Proposta Política Pedagógica estabeleceria a interação e a democratização do ensino. Entretanto, na prática não tem sido assim, e este estudo demonstra que um dos grandes desafios em promover o processo de democratização educacional em Aparecida de Goiânia, se encontra ameaçado, pois as políticas educacionais e o processo democrático que deveriam propiciar uma maior autonomia à gestão escolar estão cada vez mais desacreditados, devido à falta de autonomia dos educadores e da escola nas tomadas de decisões.

Palavras-Chave: Democratização; Gestão Escolar; Poder; Representação; Participação; Conhecimento;

ABSRATCT

This dissertation has as object of research the management model implemented at the Adelino Ariane School, in the city of Aparecida de Goiânia. This research aims to analyze and understand some notes highlighted in the contexts: democratic, social, political and historical school. The aim is to observe the Educational Democratization 2010 - 2016. The research is based on the implementation of Law No. 2861/2009, National Education Plan, Education Guidelines and Bases Law No. 9394/96 and the Federal Constitution of 1988. The theme it is inserted as bibliographical and documentary research. The methodological study was performed through techniques from the study and analysis of bibliographies about the proposed theme and the Pedagogical Political Project and School Regiment and other School documents (PDE), as well as research on websites and internet. It sought support from theorists and works that corroborated the research, such as: Aranha (1996) History of Education, Ghiraldelli (2000) History of Education. Chauí (1993) Culture and Democracy, Demo (2002) Education and Quality, Libâneo (2010) School Education, Policies, Structure and Organization, Paro (1998) The Management of Education Before the Public School Quality and Productivity Requirements, Chartier (1990), Cultural History - Between Practices and Representations, among others. The School Unit has been managed by the transition of managers throughout its trajectory, which has influenced the democratic and pedagogical development of the school. Due to this situation, this study is necessary, due to the influences and contradictions that Adelino Ariane school has been facing over the years. These notes lead to a reflection on the legitimacy of public education and also serve to raise the following problem: What are the collective representations that the agents involved in the educational management of Adelino Ariane Municipal School make of democracy? With the election of directors, the beginning of a democratic process in schools was established, which was a great achievement for the history of Education of the Municipality of Aparecida de Goiânia. The choice of school manager has become a vested right for all students, staff, parents / guardians. This Pedagogical Policy Proposal would establish the interaction and democratization of teaching. However, in practice this has not been the case, and this study demonstrates that one of the major challenges in promoting the process of educational democratization in Aparecida de Goiânia is under threat, as the educational policies and the democratic process that should provide greater autonomy for management are increasingly discredited due to the lack of autonomy of educators and the school in decision making.

Keywords: Democratization; School management; Power; Representation; Participation; Knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma Básico da Escola.....	38
Figura 2,3 - Escola Municipal Adelino Ariane.....	66
Figura 4 – Foto do Senhor Adelino Ariane.....	68
Figura 5 - Escola Municipal Adelino Ariane.....	69
Figura 6 - Mapa de Localização da Escola	69
Figura 7 - Organograma da Escola.....	71
Figura 8 – Escola Adelino Ariane.....	72
Figura 9,10 – Ampliação da Unidade Escola.....	73
Figura 11 - Inauguração da Quadra Poliesportiva coberta.....	77
Figura 12 - Quadra Poliesportiva Coberta.....	77
Figura 13 - Quadra Poliesportiva Coberta.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Distorção Idade-Série Goiás.....	46
Gráfico 2 - IDEB Goiás x Brasil.....	47
Gráfico 3 - Taxa de Analfabetismo Anos 2012 a 2017 em Goiás.....	57
Gráfico 4 - Eleição da Equipe das Unidades Escolares Ano de 2010.....	91
Gráfico 5 - Eleição da Equipe das Unidades Escolares Ano de 2014.....	94
Gráfico 6 - Eleição da Equipe das Unidades Escolares Ano de 2016.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estruturação dos Turnos da Escola.....	76
Tabela 2 – Matriz Curricular 2016.....	84
Tabela 3 – Apuração da Eleição do Ano de 2010.....	91
Tabela 4 – Apuração da Eleição do Ano de 2014.....	94
Tabela 5 – Apuração da Eleição do Ano de 2016.....	96

LISTA DE SIGLAS

BM - Banco Mundial
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAP - Centro de Atenção Psicossocial
CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CEE - Conselho Estadual de Educação
CF - Constituição Federal
CIEPS - Centros Integrados de Educação Pública
CMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil
COEP - Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPM - Colégio da Polícia Militar
CPMG - Colégio da Polícia Militar de Goiás
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FEPAD - Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Brasileira
FORPROF - Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP - Ministério Público
NAAH/S - Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação
OSs - Organizações Sociais
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE - Programa de Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola
PI – Professor modalidade normal (nível médio)
PII - Professor com magistério (nível médio)
PIII - Professor com Licenciatura Curta (graduação, nível superior)
PIV - Professor com Pós-Graduação (especialista)
PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNADC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNAP - Programa Nacional de Alimentação Escolar da Pré-escola
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PSD - Partido Socialista Democrata
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSE - Programa Saúde na Escola
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEGO - Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
SECOM - Secretaria Municipal de Comunicação Social
SEDUC - Secretaria da Educação e Cultura
SEDUCE - Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
SEMMA - Secretaria de Meio Ambiente
SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores na Educação no Estado de Goiás
SME - Secretaria Municipal de Educação
SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SMIC - Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SPE - Saúde e Prevenção nas Escolas
TDA - Transtorno de Déficit de Atenção
TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação.
UE - Unidade Escolar
UEB - Unidade de Educação Básica
UFG - Universidade Federal de Goiás

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	18
1.1 Aspectos e Momentos da História da Educação Brasileira: organização e construção de políticas educacionais	18
1.2 Redemocratização e Educação Brasileira: a Política Educacional na Contemporaneidade	25
1.3 Estudos sobre Gestão Escolar Democrática: da administração escolar para a gestão escolar democrática	31
CAPÍTULO II - CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS DE 2010 A 2016	44
2.1 A Educação em Goiás (2010 - 2016)	44
2.2 Leis e Políticas Públicas que Amparam a Gestão Democrática nas Escolas em Goiás	49
2.3 Avanços e Retrocessos na Educação e na Gestão Escolar de Goiás	52
CAPÍTULO III – GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE NO PERÍODO DE 2010 A 2016	65
3.1 Apresentação da identidade da Escola e comunidade escolar	66
3.2 Análises do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e documentos da Unidade Escolar.	78
3.3 Administração: Intervenções e eleições para gestores	88
3.4- Resultados da gestão escolar participativa e democrática	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

Como educadora do Estado de Goiás e do Município de Aparecida de Goiânia, Clebia Ramos de Oliveira presencia várias situações conflituosas acerca da gestão escolar. Estes conflitos provocam inquietude e, em decorrência disso, a mestrandanda em História, pela PUC Goiás, sente a necessidade de estudar com mais profundidade a gestão escolar. Quer refletir e analisar problemáticas percebidas em gestão escolar para melhor compreender os assuntos relacionados a ela e às dificuldades para a sua efetiva construção. A democratização educacional é importante, devido à abrangência e por proporcionar o envolvimento e a participação de toda comunidade escolar e local. Entende-se, por conseguinte, que o tema abordado necessita ser discutido e refletido a cada dia.

Diante disso, o foco deste estudo é a gestão escolar por que foi o que mais interessou à estudante pesquisadora por haver participado de gestões de escolas durante a carreira que exerceu como educadora. No município de Aparecida de Goiânia, exerceu a função de diretora geral por oito anos. Vivenciou duas experiências na gestão escolar, ambas por indicação política (vereador), mas participou de eleição, a primeira que foi realizada para diretores do município de Aparecida de Goiânia em 2010. Foi eleita para o pleito de 2011-2012. Também já assumiu a função de vice-diretora e de secretária de um colégio estadual em Goiás. Esteve, por mais de cinco anos, na Coordenação Pedagógica, em duas redes de ensino. Foi um período de muitos desafios e aprendizado, pois a gestão escolar exige do gestor dedicação, compromisso, humanidade e que, o mesmo seja justo para que, dessa forma, consiga ser o mais democrático possível, e tenha êxito em sua gestão.

Acredita que um dos grandes desafios que a escola enfrenta é o de ter uma gestão empenhada em construir e desenvolver o convívio democrático entre escola e comunidades interna e externa. Neste sentido, endossando o que foi dito, é desafiador construir, a cada dia, tal convívio de modo a envolver toda a comunidade escolar com suas competências de natureza institucional e suas relações com o ambiente externo. Evidentemente, uma boa gestão não depende de ações isoladas e radicais, a construção dessa convivência está entranhada em todas as ações e âmbitos da escola. O êxito depende de que todos os profissionais da escola estejam

envolvidos no processo de construção do ensino aprendizagem. Devem ter o intuito de neutralizar os preconceitos e as discriminações, reconhecer e valorizar o outro de modo integral, garantindo assim, a permanência dos discentes, a qualidade do ensino e uma escola agradável e acessível para todos.

A presente Dissertação intitulada Escola Adelino Ariane: Uma Experiência de Democratização Educacional de 2010 – 2016 visa, portanto, a abordar a democratização educacional na Escola situada no município de Aparecida de Goiânia - Goiás. A pesquisa nela realizada demonstra que há, ali, muitos trabalhos e centenas de Dissertações escritas sobre Gestão Escolar Democrática, mas a nível *Stricto Sensu* em História, esta é a primeira pesquisa realizada, na Instituição. Para a efetivação de tais estudos, precisa-se buscar embasamentos teóricos, metodológicos e documentais que, somados à experiência da mestrandia, como participante do processo de gestão democrática na escola, contribuam para a compreensão, desenvolvimento e análise crítica da temática em pauta.

Realiza uma pesquisa sistematizada sobre as intervenções e as políticas educacionais que têm contribuído e/ou prejudicado o êxito de gestores, na Escola Municipal Adelino Ariane. Tal estudo se fez necessário, devido às influências e contrastes históricos, sociais, políticos e pedagógicos que a escola vem sofrendo ao longo de sua trajetória. Busca-se compreender com mais ênfase o modelo de gestão democrática que se aplica na escola, como também, a transição de gestores, durante o período estudado. Considera-se que esta pesquisa é de suma importância para delinear o vínculo de integração na comunidade escolar, pois quando há intervenção, na gestão escolar, esta acontece sem o envolvimento de todos os participantes no processo para tal ato e os reflexos e conflitos na esfera administrativa e pedagógica são inevitáveis.

Os apontamentos sobre tal questão levam a reflexão sobre a legitimidade da educação pública e, também, possibilitam levantar a seguinte problemática: quais são as representações coletivas que os agentes envolvidos na gestão educacional da Escola Municipal Adelino Ariane fazem da democracia?

Nesse sentido, compreende-se que, para que ocorra a democratização educacional, se faz necessário haver um processo político pedagógico bem estruturado e que nessa organização e hierarquia haja valorização das relações interpessoais e participação coletiva das pessoas envolvidas em tal processo. Estes requisitos são de suma importância para o bom desenvolvimento da escola, Daí a

proposta deste estudo em repensá-los, observando questões referentes à gestão escolar e às práticas pedagógicas estabelecidas e realizadas na Escola Municipal Adelino Ariane.

Para alcançar o que se propôs a realizar, buscou-se fundamentação teórica para compreender a democratização educacional, no período de 2010 - 2016, subsidiada por revisão bibliográfica qualitativa, dialética e indutiva. Tem por objetivo entender as políticas educacionais e ideias sobre a problemática levantada, realizando, assim, a análise da Constituição Federal de 1988, Plano Nacional da Educação (PNE), leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, Regimento Escolar, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Diretrizes Gerais e Lei nº 2861/2009. Fazer análise de gráficos e pesquisas em livros, revistas, jornais e sítios da internet, entre outros foi necessário. Os métodos realizados proporcionaram uma reflexão sobre a necessidade de ampliação da pesquisa durante os estudos e análises do material selecionado e organizado para análise. Os documentos foram materiais primordiais para atingir o objetivo principal da pesquisa.

Para subsidiar o estudo, revisitou autores como: Libâneo (2010) que argumenta em sua obra “Educação Escolar: políticas, estrutura e organização”, que as concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e pareceres, acerca do papel das pessoas na sociedade. Outros estudiosos sobre o assunto abordado, foram lidos e resenhados. Chartier (1990) contribui com a pesquisa ao retratar as questões da representação social, bem como os interesses e lutas dos diferentes grupos sociais. Para o autor as representações da sociedade, ao serem construídas, aspiram à universalidade de uma análise fundada na razão, e, assim, são sempre estabelecidas pelos interesses de um pequeno grupo que as criam e proferem seus discursos, mediante a posição que ocupa.

Sobre a democratização institucional, Vitor Paro (1998) acrescenta que é necessário que haja uma prática pedagógica que torne efetivamente prática social, para que se possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático do ensino, de modo mais amplo. Na prática do poder simbólico, Bourdieu (1989) argumenta que esta é a maneira como o indivíduo sobrepõe seu domínio sobre o outro, para na realização de tarefas ou no cumprimento de hierarquias, valer-se do dom de liderar para ganhar a confiança do grupo, com a intenção de obter objetivos coletivos.

A gestão escolar democrática é de amplitude social e a escola deve ser considerada como um espaço de aprendizagem em que se possa tornar possível a coexistência e a igualdade, baseadas na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada. Um dos grandes desafios da escola é ter uma gestão empenhada em construir e desenvolver o convívio democrático.

Na atualidade, os acontecimentos sociais têm levado as instituições educativas a uma crise de paradigmas, que impõem aos profissionais a necessidade de reverem e ampliarem seus papéis e funções. Neste contexto, os profissionais da educação, em geral, não têm mais o mesmo papel, sua forma de trabalhar passou por transformações, e o que mais se suscita é a busca de alternativas para a democratização da escola.

No Brasil, após a emergência de movimentos sociais em prol de uma escola de qualidade social e democrática, a Constituição Federal de 1988, no artigo 206, normatiza que a gestão democrática deve ocorrer como princípio fundamental da Educação regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 e no Plano Nacional de Educação. Determina que a gestão, nos espaços escolares, deve priorizar uma organização que proporcione a igualdade de condições a todos os envolvidos no processo educativo, e que, de forma alguma, se deve inibir a participação, nesse quesito. Pelo contrário, ela deve oportunizar e incentivar a todos os integrantes da escola a atuar nas tomadas de decisões, pois, a gestão é entendida como um princípio social.

Aborda-se, portanto, no primeiro capítulo, a história da educação brasileira e as políticas educacionais, aspectos e momentos da história da Educação Brasileira: organização e construção de políticas educacionais, a redemocratização e educação brasileira, a política educacional na contemporaneidade e o estudo analítico sobre gestão escolar. Objetiva-se tramar reflexão sobre as discussões acerca do tema Democratização Educacional, evidenciado na pesquisa realizada na Escola Municipal Adelino Ariane, na cidade de Aparecida de Goiânia.

No segundo capítulo, o cenário da Educação entre 2010 e 2016, é estudado, destaca-se o cenário educacional em Goiás, as leis e políticas públicas que amparam a democracia nas escolas goianas, assim como Avanços e Retrocessos na Educação e na Gestão Escolar de Goiás. Este período foi marcado por acontecimentos e transformações na educação. O Estado apresentou um

desempenho satisfatório através dos índices do IDEB, que estabelece a qualidade do ensino e a estruturação de um sistema educacional organizado. Alguns fatos apontados, no capítulo, apresentam seus reflexos, na educação de Goiás, pois, a priori são considerados, entre os educadores, como um retrocesso educacional que afetam a carreira docente, a qualidade do ensino e a democracia no Estado.

No terceiro capítulo, retrata-se a Gestão escolar na Escola Municipal Adelino Ariane, no período de 2010 a 2016. Isso é feito através da apresentação da identidade da escola e comunidade escolar, análises do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar e documentos da unidade escolar, administração: intervenções e eleições para gestores e os resultados da gestão participativa democrática.

A Escola Municipal Adelino Ariane faz constar em seu PPP (2016), que a eleição para diretores das escolas apresenta-se como um passo fundamental para a consolidação das conquistas a que almeja alcançar. A participação neste processo, tem o objetivo de se tornar atuante e ativa na realização da gestão democrática, dentro da unidade escolar. Muitos são os desafios a serem enfrentados, no âmbito escolar, porém, compreende-se que a escola é um lugar de conflitos, é onde as diferenças surgem e, sobretudo, onde se constrói o respeito uns com os outros.

CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre as discussões acerca dos aspectos e momentos da história da educação brasileira, bem como, sobre sua organização e construção de políticas educacionais. Durante o estudo, apresenta-se o propósito de redemocratização da Educação no Brasil, com o intuito de analisar as políticas educacionais e Gestão Escolar, na contemporaneidade.

Após estudos realizados acerca da educação brasileira, quer compreender que o processo de gestão na sociedade implica buscar a história da redemocratização, no contexto nacional e internacional visto que estes aspectos estão associados aos seguimentos das esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. Para melhor compreender esse processo democrático, faz-se necessário retomar alguns aspectos que marcaram a história e a organização da educação nacional em sua trajetória.

A ideia de uma educação pública de qualidade, atualmente, deve ser pautada, historicamente, na garantia da sua universalidade, ou seja, em uma educação que atinja todos, uma vez que ao direito de se educar corresponde o dever social de frequentar a escola.

O processo de redemocratização na educação brasileira é compreendido como o processo por meio do qual as forças sociais organizadas se mobilizam e lutam por espaços de participação e decisão dos rumos das políticas educacionais, no país. Não se trata somente de maior participação em termos de direito a voto ou representação, mas também, do estabelecimento de instrumentos efetivos de execução das políticas e das práticas educativas.

1.1- Aspectos e Momentos da História da Educação Brasileira: organização e construção de políticas educacionais

A passagem de um período democrático para a chamada redemocratização social faz-se necessário retomar a história do Brasil, entre 1951 e 1954, quando ocorreu uma onda política e ideológica, na segunda fase da presidência de Getúlio Vargas, e após o golpe militar-civil de 1964. Em 1951 o então presidente Getúlio Vargas foi reeleito pelo bloco populista, com a promessa de campanha voltada à industrialização nacionalista, investimentos contra a infração e a luta pelos salários

dos trabalhadores. Era denominado como o “protetor dos trabalhadores”, o “pai dos pobres”, com atitudes e propósitos definidos e limitados, visando o controle social. Vargas iniciou o período de redemocratização centrado, nas questões nacionalistas e trabalhistas.

Sobre as ações de Vargas, infere Ghiraldelli (2008) que foram seguidas por muitos políticos elitistas, pois, o mesmo foi eleito após organização da elite na qual formou a Aliança Liberal. Desagradando os interesses das elites estaduais, Vargas indica interventores militares para assumir os governos estaduais, estes eram de sua confiança. O presidente concentrou amplos poderes em suas mãos, seus agentes podiam invadir casas, prender pessoas, julgar e condenar de forma autoritária. A educação era usada para fazer propaganda política e manipuladora. Nas escolas, tornou-se obrigatório o ensino de moral e civismo, desfile cívico e adoção de livros que proviam culto ao presidente Getúlio Vargas o qualificando como o grande “pai da nação”.

Mediante muita pressão da oposição, o então presidente do Brasil suicida-se, em 24 de agosto de 1954. Juscelino Kubitschek assume, em (1956- 1961) a presidência, após alguns governos interinos. Em seguida, assume João Goulart de (1961-1964) quando ocorreu o golpe das forças armadas contra o governo.

Na verdade, a política brasileira já apresentava conflitos desde 1961. Grupos diversos se manifestavam. Entre eles estava envolvida a maioria da classe dominante chamada burguesia “nacional”: intelectuais, políticos, oficiais militares, estudantes, sindicalistas e católicos que esperavam por um posicionamento nacionalista e reformista do governo.

Dreifuss (1981) retrata que esses grupos lançaram uma campanha com o objetivo de agir contra o governo nacional-reformista de Goulart e o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração.

Contrariando tais expectativas, a burguesia “nacional” assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa sócio-econômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais (DREIFUSS,1981, p.38).

Após 1964, os governos militares conseguiram fazer com que a economia brasileira obtivesse avanços com o processo de desnacionalização, abrindo espaço para o capitalismo internacional, desenvolvendo uma política econômica de

industrialização excludente, pois garantia um crescimento com uma má distribuição de renda com baixos salários para os trabalhadores, provocando tensões sociais. Grande parte das riquezas brasileiras se encontrava em mãos estrangeiras ou nas mãos da minoria.

Frente à economia crescente, também, destacava-se a imensa violência entre militares e os grupos de esquerda. Porém, as manifestações eram contidas pela doutrina de segurança nacional, legitimando a prática da tortura, o exílio e assassinato de pessoas vistas como inimigas do regime, impondo à sociedade a mordada do silêncio.

Os avanços econômicos alcançados no período, segundo Arruda (1996), legitimavam o regime militar. Esse sistema não perdurou por muito tempo, pois, começou a mostrar sua verdadeira face, com a baixa qualidade da mão-de-obra, a criação de um mercado centrado no consumo dos setores sociais mais ricos, a limitação tecnológica da indústria e as mudanças do mercado mundial que acabaram impondo restrições à economia brasileira voltada para a exportação. Tudo isso acarretou dificuldades para a economia brasileira e iniciou o declínio do “milagre econômico” e a superação da tecnocracia da ditadura.

As forças armadas controlaram de 1964 a 1985, segundo Piletti (1995), as principais esferas políticas do Brasil. Durante o período que os militares estiveram no poder, limitaram a liberdade do povo e interromperam a democracia que começou a ser construída entre 1945 e 1964. A democracia vista como um regime de governo em que o poder político tem origem, na vontade do povo.

As democracias modernas se fundamentam na existência de partidos políticos, voto secreto e universal independência e harmonia dos poderes públicos Executivo, Legislativo e Judiciário. Piletti (1995), ainda, expõem que essa democracia esteve mais abalada, no período do governo Médici (1969-1974), período esse considerado “anos de chumbo”, com o lema Brasil: Ame-o ou Deixe-o. Após uma longa crise econômica, os militares perderam a força que os mantinham no poder, assim vários setores da sociedade brasileira passaram a exigir a volta da democracia.

A luta da população por mais abertura democrática continuou até a gestão do próximo presidente, Ernesto Geisel (1974-1979), que se dizia disposto a promover uma “abertura democrática gradual, lenta e segura”. Em sua administração, Geisel diminuiu a censura e liberou as eleições livres para senadores, deputados e

vereadores. Vários setores da população, também, reivindicavam abertura política, na gestão de Figueiredo (1979-1985), último governo militar. A luta e campanha pela redemocratização avançavam com a conquista da anistia, que se estendeu a todos que foram punidos pela ditadura militar, possibilitando aos exilados o seu retorno ao Brasil.

Ainda, com relação ao período de governos militares e a educação, segundo Piletti (1995) é preciso ressaltar que a partir de 1978 estes tiveram que enfrentar os movimentos populares de diversos segmentos da sociedade civil que cada vez mais exigiam abertura política e o retorno do estado de legalidade. Mesmo diante dos avanços com a abertura política, a economia permanecia com problemas graves com a inflação alta, aumento da dívida externa e do desemprego. Esse grave descontrole econômico trouxe problemas para a educação, saúde e alimentação.

Na educação brasileira, presenciamos as reformas do ensino, efetivadas durante o primeiro momento dos governos militares. A criação e implantação da nova LDB (Lei 5692/71¹) aconteceram justamente no período de maior repressão do regime militar e em um momento de euforia das classes médias com o “milagre econômico”. Tanto que na pós-ditadura, durante o governo de José Sarney, segundo Ghiraldelli (2000), sobrou a triste herança de um sistema educacional derrotado pela barbaridade de uma legislação voltada para a classe dominante, considerada de cunho totalmente antipopular por não priorizar a maioria da população, pois a sociedade evidenciou uma tendência nítida de uma política educacional que visou retirar do trabalhador possibilidades de estudo.

A Lei 5.692/71 não significou uma ruptura com a Lei 4.024/61. De fato, o regime de 64 não veio para efetivar uma ruptura econômica com o regime anterior, mas veio sim, para uma alteração política justamente para o favorecimento da continuidade do modelo econômico. A legislação educacional não encontrou motivos para não refletir tal continuidade. De fato, a Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino de 1º e 2º graus expostos nos “fins da educação” da Lei 4.024/61² (GHIRALDELLI, 2000, p.181).

A ditadura militar deixou prejuízos para as entidades que incentivavam os movimentos de educação popular, Arruda (1996) expõe que em 1967 foi criado o

¹ Lei 5692/71 - Estabelecia que o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

² Lei 4024/61 Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) publicada, é a legislação que regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil da educação básica ao ensino superior.

Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que, para se passar por eficaz chegou a comentar que poderia utilizar-se do método Paulo Freire “desideologizado”. O método foi considerado um absurdo, pois o mesmo não poderia compactuar com uma educação que não conscientizasse a partir da constatação e denúncia do modelo econômico e concentrador de renda que atingiu a clientela do MOBRAL.

Foi estabelecido o processo organizacional, que advém do modelo das empresas de indústrias e serviços, estendendo-o para as escolas. Inicia-se a tendência tecnicista de influência norte-americana, com a proposta de racionalizar a atividade pedagógica e a operacionalização dos objetivos da educação com intuito de propor uma aprendizagem mais “objetiva”.

Arruda (1996) aponta, ainda, que essa tendência foi introduzida no período da ditadura militar, e perpetuou até a década de 1970, prejudicando as escolas públicas, com a excessiva burocratização do ensino e o controle das atividades. Essa tendência ignorava as especificidades pedagógicas, e o professor se tornou um mero executor de tarefas organizadas pelo setor de planejamento.

O problema do ensino estava vinculado à necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento industrial e o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante. Nesse período de 1960 e 1970, não era só o segundo grau que deveria cuidar da profissionalização, mas também todos os segmentos da educação. O foco era a “educação para o trabalho”, as escolas deveriam preparar os alunos para o mercado de trabalho e ser uma escola formadora de mão de obra técnica.

O período ditatorial serviu de cenário para o revezamento de generais do exército na presidência da república, foi marcado pela repressão, privatização de ensino, exclusão dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade. Contudo, a institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular, sem qualquer justificativa, foi difundida em uma pedagogia alicerçada mais em técnicas do que em objetivos com fins abertos e discutíveis, e várias tentativas de desmobilização do magistério através da numerosa e confusa legislação.

Mediante a este cenário educacional brasileiro surge vários grupos e movimentos em defesa da educação como a Campanha de Defesa da Escola Pública. Ghiraldelli (2000) aborda que, no período de 1960 e 1970, Anísio Teixeira, defensor da escola pública, inspirava-se no ideário liberal e na filosofia pragmatista

americana de John Dewey³ que era representante importante dessa corrente. Para ele a educação não deveria limitar-se à transmissão do conhecimento como algo pronto e acabado, Dewey defendia que os saberes e as habilidades adquiridos pelos estudantes deveriam ser integrados à sua vida como cidadão, como pessoa.

Os participantes da campanha pautavam-se na prática pedagógica e nas possibilidades de promover uma educação pública visando às aspirações históricas de modernização do país, os avanços e consolidação da democracia. Em ambas as concepções, a escola pública era vista como elemento não só de promoção social, mas também, de estabilidade dos conflitos inerentes ao mundo moderno.

Segundo Ghiraldelli (2000), nos anos 1960, o Brasil deixou de ser um país efetivamente agrícola, pois passou a contar com um parque industrial diferenciado e muito produtivo. Iniciava-se a disputa pelo controle da divisão dos lucros proporcionados pelo progresso de desenvolvimento industrial. A radicalização das teses nacionalistas para o autor citado agravou a contradição entre o plano ideológico e a realidade da industrialização. A aprovação da LDBEN, nesse período, abalou às forças progressistas mais diretamente ligadas à educação, desacreditando que a escola pública desempenhasse um papel progressista, na resolução dos problemas nacionais.

Os estudantes universitários lançaram-se nas campanhas para uma educação popular, o autor acima citado ressalta que no anseio desses movimentos surgiu a Pedagogia Libertadora. Sua origem está relacionada ao método de alfabetização de adultos de Paulo Freire e aos seus primeiros escritos sobre a educação. Paulo Freire foi criador do método inovador, no ensino da alfabetização para adultos, trabalhando com palavras geradas a partir da realidade dos alunos. Seu método foi levado para diversos países.

Com o golpe militar de 1964, Freire foi acusado de agitador e levado para a prisão onde passou 70 dias, e, em seguida, se exilou para Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça, retornando ao Brasil em 1979. Durante cinco anos desenvolveu trabalhos em programas de educação de adultos, no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. A preocupação com a industrialização, a urbanização e o progresso, segundo tal pedagogia, trouxeram preocupações com as populações

³John Dewey (1859-1952) John Dewey foi um filósofo e pedagogo norte-americano, um dos principais representantes da corrente pragmatista inicialmente desenvolvida por Charles Sanders Peirce, Josiah Royce e William James. É reconhecido como representante principal do movimento da educação progressista (ou progressiva) norte-americana durante a primeira metade do século XX.

migrantes, visto que muitos camponeses deixaram suas terras e migravam para cidade, ficando assim a mercê da demagogia dos políticos e da “manipulação dos meios de comunicação de massas”.

Freire (1987) classificou a educação convencional como “bancária”, e defendia que em uma educação alicerçada na “ideologia de opressão”, não poderia haver uma pedagogia libertadora, estando ela longe dos oprimidos, e que era preciso que os oprimidos fossem os exemplos para eles próprios, na sua luta pela libertação.

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (FREIRE, p. 22, 1987).

Ao dissociar a sociedade, as condições de vida precárias levaram a população mais desprovida ao empobrecimento e à marginalização. Os estudantes foram reprimidos em suas manifestações e suas atividades foram controladas. Piletti (1995, p.126) comenta que “o regime pretendeu frear os avanços populares, o povo foi impedido de escolher seus governantes, acelerou-se a concentração da propriedade da terra e da renda, sindicatos foram invadidos e as greves impedidas pela força”. Diante das pressões dos estudantes, o governo promoveu a Reforma Universitária e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, de 1971, que foi aprovada, praticamente, sem discussão. Apesar do avanço que os números mostram, ainda continuamos com sérios problemas, na área da educação brasileira, neste período 25,94% da população de 15 anos acima continuava analfabeta.

Piletti (1995) aborda que após a derrocada do comunismo, no Leste Europeu, o ideário neoliberal, que vinha se impondo desde a década de 1970, adquiriu mais força. No Brasil, essa tendência foi o fracasso da sociedade, pois não usufruímos sequer das vantagens sociais alcançadas nos países capitalistas mais desenvolvidos. Em fins dos anos 1970, debateu-se muito sobre a democracia no Brasil. Em um país construído sob a tradição autoritária do colonialismo escravista, da república oligárquica e das ditaduras do século XX, não surpreende que tal preocupação fosse tão evidente. Muitas ideias foram debatidas nesse período de efervescência teórica e política.

Freire (1967) aborda que o diálogo se faz fundamental em relação à

responsabilidade social e política do homem, mas, no desenvolvimento do Brasil, não houve esse diálogo. Desde o período colonial, o poder político de alguns se sobrepôs à participação popular, submeteu o homem ao ajustamento, acomodação e não à integração. O autor pontua que o Brasil nasceu e cresceu realmente dentro das condições negativas em relação às experiências democráticas, pois:

O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio [...] escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro (FREIRE, p. 66-67, 1967).

Todavia, referiam-se à qualidade da educação a ser garantida com condições objetivas de funcionamento e não com discursos e estatísticas à valorização dos profissionais da educação com a perspectiva de uma carreira nacional e política voltadas para a formação de professores, para o financiamento adequado da educação, a começar pela garantia constitucional de recursos. Também, sua efetiva democratização e abertura ao controle social.

1.2- Redemocratização e Educação Brasileira: a Política Educacional na Contemporaneidade

Para compreender o processo de redemocratização e a educação brasileira, foi necessário voltarmos ao passado, em específico, após a ditadura militar. Com o enfraquecimento da ditadura militar, no final da década de 70, iniciava-se em 1980 o processo de retomada da democracia e dos espaços públicos. Em 1985 começava a Nova República e o período de redemocratização no Brasil. Durante o governo Figueiredo (1979 -1984), a economia brasileira passou por uma grave crise. A inflação era muito alta e as dívidas do governo eram maiores do que a arrecadação de impostos.

Devido à crise, a década de 1980 ficou conhecida como “década perdida”. Neste período, líderes da oposição lançaram uma campanha pela volta das eleições diretas para presidente da República, as *Diretas já!* E ficou marcada por grandes manifestações populares, com milhões de pessoas se reunindo em várias cidades do país.

Arruda (1996) aborda que com a eleição indireta para presidente, Tancredo

Neves foi eleito, mas não chegou a governar, pois teve uma morte trágica, foi então que seu vice, eleito na chapa, José Sarney, assumiu a presidência do Brasil, tornando-se o primeiro presidente civil depois do golpe militar. Sarney restabeleceu as eleições diretas para presidente, promulgou a nova Constituição, também implantou o primeiro plano na economia, o Cruzado, em fevereiro de 1986, e, para controlar a inflação, congelou os preços, os salários e acabou com a correção monetária.

A partir dos anos 1980 houve uma mudança na conduta das políticas sociais, a importância, no momento, era a reorganização e o fortalecimento da sociedade civil. As questões sociais passaram a ser enfatizadas como questões políticas com intuito de discutir a integração social. A qualidade do ensino assumiu um papel de destaque e teve um novo sentido ao se relacionar à proposta neoliberal, que “prima” pela qualidade na formação do trabalhador para a concorrência do mercado, mediante a globalização econômica.

É importante lembrar que em 1979 muitos exilados políticos brasileiros retornaram ao país, reforçando, com isto, os movimentos oposicionistas e as preocupações com o sentido social e político da educação. Segundo Akkari (2011), a partir da década de 80, os Estados adquiriram uma relativa autonomia para implementar políticas públicas e educacionais, fortalecendo a participação na definição de perspectivas educacionais e novas propostas educacionais para o país. Essa autonomia foi pautada na modernização educativa e preparação do cidadão para as necessidades do mercado globalizado.

No entanto, foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que o processo de inserção econômica obteve sua consolidação a partir do fortalecimento de alianças com gestores internacionais já firmadas desde 1980, com o Banco Mundial (BM) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A solução da crise política e econômica estava longe de acabar, devido à inflação e à enorme dívida externa, sob o controle do FMI, ao aperto salarial e a crescente pauperização da classe média.

Voltando à crise de 1980, segundo Akkari (2011) esta resultou na dependência do país e no que este necessitava, ou seja, recursos financeiros provenientes de financiamento externo. Com isso, as organizações internacionais formadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) agências

especializadas em Educação, bem como pelo Banco Mundial, entre outros tipos de organizações, tiveram influência significativa, no setor educacional.

Dessa forma os anos 1980, ressalta o autor, marcaram a mudança na liderança das organizações internacionais e das políticas educacionais, nos países em desenvolvimento. A UNESCO passou por enfraquecimento depois da retirada dos Estados Unidos e Reino Unido, que estavam entre os financiadores da instituição. Enquanto isso, o BM e FMI tiveram presenças dominantes, no sistema educacional, intervindo na estabilização das finanças públicas, pois devido à pressão, alguns países eram incapazes de financiar suas políticas públicas.

Devido ao aumento considerável do número de matrículas depois dos financiamentos realizados pela cooperação internacional, Akkari (2011) retrata que a Educação vem passando por grandes transformações. Todavia, estas não ocorreram sem consequências políticas, pois à medida que as organizações financiam, o setor educacional permite, ao mesmo tempo, a pressão sobre o país para que ele cumpra com os objetivos a que se propôs realizar. Cabe ressaltar que não são os países que mais necessitam aqueles que recebem essa ajuda financeira. Geralmente, ela acontece em função de interesses de ordem econômica, política ou histórica.

A transferência progressista da liderança da Unesco para o BM, foi fortemente sentida no campo educacional, pois as duas instituições possuíam visões muito distantes umas das outras. O BM superou a concorrente em sua influência sobre as políticas educacionais, nos países em desenvolvimento, que por sua vez, tem uma visão mais instrumental. Para este, a Educação deve permitir a inserção dos indivíduos na economia de mercado local ou global. As prioridades inspiradas pelo BM são diversas, no entanto, podemos citar três principais:

- a) dedicar metade dos gastos públicos com a Educação Básica; b) aumentar a participação do setor privado no âmbito educacional (em especial no Ensino Médio e Superior), o que permitiria, segundo o Banco Mundial, reduzir a pressão sobre as finanças públicas mobilizando algumas famílias para se encarregarem dos gastos escolares; c) descentralizar a gestão da Educação, dar prioridade à aquisição de conhecimentos e habilidades que possam ser mobilizados no setor produtivo e reformar os currículos escolares (AKKARI, 2011, p.32).

Considera-se que a partir de então, os organismos internacionais passaram a intervir, diretamente, na economia e na educação brasileira, levando o Brasil a compartilhar das novas estratégias econômicas e políticas, como a tentativa de

vários planos de estabilização econômica. Inclusive, com a mudança da moeda e o congelamento de preços, mesmo com todas as tentativas, constata-se que houve um crescimento da pobreza e recrudescer a violência, no campo e nas cidades.

O Brasil passa a viver no final da década de 1980 mais um momento de redemocratização, quando surge a possibilidade da elaboração de uma nova Constituição, no intuito de garantir um Estado Democrático de Direito. A nova Constituição Federal (CF) de 1988 inclui dispositivos importantes relacionados à política educacional, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, norteado com os princípios de igualdade, liberdade, valorização do educador, gestão democrática e qualidade. Estabelecia que seria dever do Estado à gratuidade e obrigatoriedade progressiva, atendimento aos deficientes e às crianças de zero a seis anos. Assegurava um conteúdo mínimo comum e o ensino religioso de matrícula facultativa.

No contexto político-econômico de sua elaboração, a CF/88 introduziu a gestão democrática do ensino público (inciso VI do artigo 206) como um dos princípios do ensino. O debate envolveu a participação da comunidade escolar na instituição educacional, intensificando a bandeira de luta que estava sendo empenhada desde o início da década 1980. Tinha como princípios fundamentais: a autonomia, a descentralização e a participação da comunidade escolar, inclusive nos processos decisórios e na elaboração das políticas educacionais.

A questão democrática passou a ser contextualizada na CF/88, respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e no Plano Nacional de Educação⁴ (PNE). Essas diretrizes asseguraram a participação da comunidade na gestão escolar, tendo como base referencial uma discussão que deve envolver diferentes tipos e níveis da participação, evidenciando desde aquelas instituídas pelo Estado (criação de órgãos colegiados, previsão de horário de trabalho coletivo e de planejamentos periódicos) às que são criadas no próprio cotidiano escolar.

As políticas educacionais estão relacionadas ao sistema de governo e, nas sociedades democráticas, em que as eleições são o sistema de decisão dos governantes, as políticas educacionais estão frequentemente no centro do debate

⁴ PNE, documento criado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo. O primeiro PNE foi elaborado em 1996.

eleitoral. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais.

As políticas educacionais são de grande importância para o mundo, pois elas abrangem princípios sociais, políticos econômicos e culturais. Akkari (2011, p.12) evidência que “uma política de educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Estas decisões dão rumo a uma educação universal de qualidade”.

A aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 redirecionou as formas de organização e gestão da educação, pois através da abertura política trouxeram debates críticos sobre a função da educação, destacando-se, trazendo entre outras, a proposta de execução de processos de participação e gestão democrática nas escolas públicas, isto é, nos indicando que a gestão das escolas deve ser efetivada por processos coletivos que envolvam a participação da comunidade local e escolar.

O Ministério da Educação (MEC) publicou durante o governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1997 e 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1ª a 4ª séries, 1997 e de 5ª a 8ª séries em 1998, depois de ter divulgado versão preliminar do documento em 1995. A proposta do documento era oferecer a construção de uma base comum nacional para o ensino fundamental brasileiro e ser uma orientação para que as escolas formulem seus currículos, levando em conta suas próprias realidades, tendo como objetivo do ensino de 1ª a 8ª série a formação para uma cidadania democrática.

Várias opiniões se manifestaram de forma crítica em relação ao processo de elaboração dos PCNs. Principalmente se o documento pretendia ser uma base comum nacional para o ensino fundamental, deveria ter contado com amplo processo de discussão na sua elaboração. Cunha (1996, p.61) aponta em relação aos PCNs que se “na proposta que seria justamente a partir da universidade (induzida pelo desenvolvimento científico e tecnológico) o que o ensino básico capacitaria a força de trabalho exigida pelo setor produtivo”.

Qualquer tentativa de enquadramento dos currículos escolares aos padrões postos pelos PCNs mais resultaria na implantação de um currículo nacional, do que

na elaboração de projetos pedagógicos adequados à realidade e às expectativas das escolas. Segundo Assis (1999, p.1), “As diretrizes são obrigatórias, os parâmetros não. As diretrizes saíram do Conselho Nacional de Educação, que é um órgão de Estado e não de governo”.

Entende-se que a educação pode trazer muitas realizações, crescimento intelectual e prazer aos seus envolvidos, cabe à escola assumir um compromisso prático e contribuir com a construção de uma sociedade mais justa. Evidência Arruda (1996, p. 234) que o século XX ficou marcado pelo destaque na ciência e na tecnologia, que vêm mudando rapidamente o comportamento dos habitantes de todo mundo. Toda facilidade oferecida pelo desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias, desencadeiam a globalização da economia, pois o avanço tecnológico nos faz prever grandes modificações no estilo de vida, no trabalho e, conseqüentemente, na educação. Vivencia-se um período que se privilegia a imagem, e os meios audiovisuais que nos sobrecarregam o tempo todo com figuras fascinantes e segmentadas. O signo verbal escrito dá lugar ao simulacro, na sociedade do espetáculo.

O crescimento acelerado da população mundial tem provocado transformações drásticas no estilo de vida da humanidade, alterando as expectativas de educação. A globalização, o avanço tecnológico e os acontecimentos atuais vivenciados pela humanidade a cada dia, interferem nos valores e nas condições de vida que o cidadão utiliza para compreender o mundo e a si mesmo, alterando com isso, a sua forma de pensar, sentir e agir, na sociedade.

A redemocratização institucional é necessária para que a prática pedagógica se torne efetiva e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo. Paro (1998) entende que:

[...] a democracia como medição para a realização da liberdade em sociedade, à participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se inicialmente, como instrumento a que a população deve ter acesso para exercer o seu direito a cidadania. Isto porque, à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a sociedade (PARO, 1998, p. 6).

Percorrida a trajetória educacional do Brasil, percebe-se um avanço significativo na construção de uma escola democrática, mediante as políticas educacionais construídas com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, de posse das informações necessárias que são de crucial importância

para tentarmos fazer as melhores escolhas. É idealizador quando temos um projeto pedagógico compartilhado e realizado para o bem de todos, quando podemos participar de uma escola que atenda a nossa realidade e um espaço para exercermos a nossa cidadania e autonomia. Tudo isso é condição essencial para que nossa escola seja um ambiente democrático.

O período de reflexão é propício ao estudo. Espera-se que a democratização escolar prevaleça, e que os envolvidos no processo educacional brasileiro, tenham maturidade e condições de participar, analisar e avaliar as políticas públicas implantadas nas escolas. É que as mesmas definem uma política de estado voltado a interesses políticos, sociais e econômicos que não dependem somente da administração de governo, mas também, da voz dos educadores do Brasil.

1.3- Estudos sobre Gestão Escolar Democrática: da administração escolar para a gestão escolar democrática

Faz-se necessário ressaltar que as discussões que se referem à gestão escolar remontam a década de 1980, período em que o país saía de um regime ditatorial (1964-1985), aclamando por relações mais democráticas, as quais só foram reconhecidas legalmente, a partir de sua implementação, na Constituição Federal de 1988.

A administração escolar conceitua-se como um conjunto de poderes em ação, agindo em nome e no interesse da instituição de ensino. Embora submetida à instância superior, a escola possui uma estrutura interna de poder. Na escola pública, a posição hierárquica mais alta é ocupada pelo diretor e na escola particular, pelo mantenedor (proprietário). Essa administração pode ser centralizada ou participativa. Na centralizada, as decisões administrativas e pedagógicas são tomadas, exclusivamente, pelo diretor. Aos demais funcionários, restam-lhes a incumbência de obedecer. Na gestão participativa, as decisões são tomadas em equipe, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

O conceito de administração apresentado por Paro (2012) vincula-se com o homem e sua relação com a natureza, com o trabalho e com o sistema capitalista debatido por Karl Marx e, contextualizado pelo teórico em estudo.

No que se refere à relação do homem com a natureza, e de acordo com o conceito de administração que estamos examinando (...) o homem age tanto mais administrativamente quanto mais ele conjuga seus conhecimentos e técnicas, os faz avançar e os aperfeiçoa na utilização de seus meios de produção (PARO, 2012, p. 29).

A atividade administrativa é compreendida como uma ação desenvolvida coletivamente e de forma democrática. Em relação ao cenário da gestão escolar, entende-se que os órgãos competentes de gestão, constantemente sobrecarregam as unidades escolares com vários projetos, medidas, leis, pareceres, resoluções, portarias, regulamentos, ficando assim, a função dos gestores a desejar. Estes se encontram sempre ocupados, sobretudo, em atender formalidades burocráticas, sobrando-lhes pouco tempo para desenvolver suas ações e a se dedicar às atividades pedagógicas da escola, na função social de educador.

A gestão educacional é uma construção histórica, resultante de um processo de transformação social, econômica e política, visto que as concepções neoliberais atribuem à escola um *status* empresarial, estimulado pela concorrência e padrões de qualidade almejados pelo mercado de trabalho.

Baseando nestes pressupostos, Paro (1996) esclarece que num processo de mudança, deve-se criar um clima amistoso e propício à prática da administração escolar, através de uma consciência crítica dos trabalhadores da educação, em busca da eliminação da dominação e das desigualdades sociais.

Paro (1996) enfatiza ainda que em todos os campos e, em particular na administração, devem ser aproveitados os desenvolvimentos da ciência e da técnica, no sentido de impulsionar o processo de mudança, para a conquista de uma nova sociedade democrática, cuja prioridade seja o homem. O autor considera que a "administração é a utilização racional de recursos, para a realização de fins determinados", através do "esforço humano coletivo".

Neste aspecto o homem deve ser considerado não somente como recurso ou meio, mas essencialmente como fim. É de sua importância considerar o homem como sujeito e não como objeto do processo, na busca da realização da práxis, desenvolvendo conscientemente, ações práticas, humana e social. Segundo Vazquez (1977), em toda atividade humana encontra-se presente a consciência, toda práxis é compreendida como "uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos".

No âmbito do sistema escolar, a administração se dá quando atendem suas

necessidades e as de um país, inspirando e modelando assim de forma institucionalizada e estável. Hora (1994), define o conceito como uma teoria administrativa do século XX representada pelas três escolas: a clássica, a psicossocial e a contemporânea. A autora apresenta os princípios básicos que apoiam a administração de empresas e escolar:

- a) As organizações, mesmo com objetivos diferentes, são semelhantes e, portanto, suas estruturas são similares e, com tais, os princípios administrativos podem ser os mesmos, desde que sejam feitas as devidas adaptações para o alcance de suas metas– ‘generalidade’.
- b) A organização escolar e o sistema de ensino como um todo precisam adotar métodos e técnicas de administração que garantam a sua eficiência e atendam aos objetivos estabelecidos pela sociedade– ‘racionalidade’ (HORA, 1994, p. 43).

A autora em destaque, aponta que a escola clássica da Administração surgiu no início do século XX e compõe-se de 03 (três) movimentos iniciais: Administração Científica, Administração Geral e Administração Burocrática, sendo seus expoentes, respectivamente, Taylor, Fayol e Weber. Ela propõe uma abordagem sintética, global e universal com a intenção de identificar e compartilhar os mecanismos da administração eficaz, da organização como um todo. A organização possui caráter altamente técnico, levando-se, em consideração, a produtividade.

Hora (1994), ressalta que na escola psicossocial todos os agentes da organização participam dos processos administrativos. Dessa prática surgem, então, ideias como delegação de autoridade, autonomia do empregado, confiança, senso de pertencimento, reconhecimento e segurança, dinâmica interpessoal, enfatizando-se a liderança e a colaboração grupal.

Na escola contemporânea os conceitos são bastante atuais, o que demonstra que essa teoria, embora conserve muito das outras escolas, traz inovações que revolucionaram a administração, em um contexto de flexibilização, defendendo a descentralização, e dando destaque aos aspectos práticos. Tem, por conseguinte, como objetivo, os resultados concretos e os ideais democráticos.

A Constituição Federal de 1988, a partir da elaboração do PNE, resguarda o princípio da democratização, amparada pela Lei nº 10.172/2001 o (PNE). Este apresenta uma nova forma para democratização da educação, que se constitui em um fazer coletivo com a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas tomadas de decisões de todo o processo de desenvolvimento do trabalho escolar, inclusive na

definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Em relação aos desafios da gestão, no contexto educacional, acredita-se que o papel do gestor para uma escola democrática, no que tange ao fortalecimento da coletividade, torna-se viável quando os profissionais são envolvidos, nas ações praticadas na escola, com intenções de favorecer uma educação de qualidade para os educandos. Para isso, faz-se necessário conhecer os problemas educacionais. Segundo Lück (2006, p.35), “A gestão democrática no âmbito escolar tem como princípio o envolvimento da comunidade escolar, sendo que todos participam das decisões de forma coletiva”.

A questão da gestão escolar democrática deve ser desenvolvida em um ambiente de coletividade em que todos os envolvidos, no processo educativo, são parceiros tanto na elaboração do Projeto Político Pedagógico, como nas ações desencadeadas no aspecto administrativo e pedagógico. Isso, com a perspectiva de promover uma educação igualitária e de qualidade para todos.

Neste sentido, se faz necessário delegar responsabilidades para, assim, abrir caminho para que o processo de democratização se efetive, buscando sempre uma participação, realmente eficaz, na construção de um processo democrático. Inclui, nesse fazer, os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados.

Libâneo (2009) acrescenta ao conceito de gestão, a dimensão de atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Neste sentido, segundo este autor, a administração (direção) é princípio e atributo da gestão, canalizando no trabalho, um conjunto de pessoas; e, orientando-as rumo aos objetivos. A direção segundo o autor põe em ação o processo de tomada de decisões na organização e coordenação dos trabalhos, de modo que sejam executados da melhor maneira possível.

A gestão escolar deve estar comprometida, socialmente, em busca da democratização para assim poder analisar, refletir e ajudar a comunidade a sanar os problemas apresentados, diariamente. E, ainda, a desenvolver processos pedagógicos que atendam aos direitos dos educandos, a fim de garantir o acesso ao conhecimento de qualidade e a permanência dos alunos, na escola.

Vale ressaltar que a gestão democrática, atualmente, se configura como uma temática mais discutida entre os educadores, visto que esta modalidade de gestão

representa importante desafio, na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

O ato de gerir democraticamente está para além do ato de administrar, entende-se por administrar uma atividade que corresponderia ao ato de “comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a realidade, de maneira distanciada e objetiva [...]” (LÜCK, 2011, p. 58)

A gestão democrática é um processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implantação. Nessa amplitude, o ambiente democrático acontece a partir da participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, os quais terão participação nas tomadas de decisão.

A priori a gestão democrática está vinculada aos mecanismos legais e institucionais. A coordenação de atitudes propõe a participação social em diversos âmbitos: o planejamento e a elaboração de políticas educacionais como na tomada de decisões, na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição, na execução das resoluções colegiadas, nos períodos de avaliação da escola, entre outros. Nesse contexto, a filósofa brasileira, Marilena Chauí afirma que:

A democracia liberal não é, pois, a democracia, nem a não-democracia, mas o trabalho histórico de uma sociedade de classes na qual a separação entre relações de produção e relações políticas permite a uma formação social [...] apresentar-se perante si mesma como politicamente democrática (CHAUÍ, 1993, p.205).

A partir desses princípios, a legislação brasileira sinalizou, positivamente, para a efetiva utilização dos princípios de produtividade, eficiência e qualidade total dentro da política educacional, acrescentando a participação da comunidade como elemento essencial à sua realização. Gadotti (1994, p.1) afirma que podemos considerar esses princípios como:

[...] fundamentos constitucionais da autonomia da escola e da gestão democrática, pois é importante que tenhamos uma visão de uma gestão escolar que preze pela democracia e, sobretudo, pela participação, tornando possível que todos os sujeitos participem ativamente do contexto escolar.

Assim, retrata-se a gestão democrática como algo que assume um papel indispensável na construção da efetivação de uma educação de qualidade. Nessa

perspectiva, a democratização educacional implica, na superação dos processos centralizados de decisão e na vivência da gestão colegiada, na qual as decisões iniciam-se das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, num processo pedagógico. Partindo desse pressuposto, a figura do gestor deve ser pautada na construção de relacionamentos em que ações do tipo: ouvir pessoas, aceitar sugestões, articular com a equipe as decisões e saber “lidar” com pessoas diversas e adversas ganhem um dinamismo de seriedade, assiduidade e compromisso.

Segundo Freire (1996) é necessário compreender que a educação é uma forma política e social de intervir no mundo, portanto, pressupõe a efetivação de novos paradigmas de organização e gestão, baseados num dinamismo por parte do grupo gestor que auxilie os processos de decisão e participação de todos os envolvidos, no processo educacional.

Evidencia-se que esse é um grande desafio a ser alcançado pelos gestores das escolas, já que o processo de democratização implica mudanças na tarefa de gerir; implica, também, autonomia da escola, vinculada a uma política geral do Estado para não perder o sentido público. E, se a instituição pública é de todos, todos devem participar, ativamente, da gestão escolar.

Libâneo (2001) expõe que a organização da escola e, conseqüentemente, as formas de conceber a gestão e a administração escolar podem ser agrupadas em dois grandes enfoques: o enfoque científico-racional e o enfoque crítico. No enfoque científico-racional, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra e técnica. Funciona racionalmente, portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência. Nesse enfoque dá-se ênfase, à estrutura organizacional (cargos e funções, hierarquia, normas e regulamentos, centralização das decisões, baixo grau de participação das pessoas, planos feitos de cima para baixo).

No enfoque crítico, de cunho sócio político, Libâneo (2009) expõe que a organização escolar é entendida como um sistema que agrega pessoas, havendo ênfase na intencionalidade, nas interações sociais entre elas, e no contexto sociopolítico. Esta organização escolar não é uma coisa totalmente objetiva, funcional, neutra, mas sim uma construção social levada a efeito por professores, alunos, pais e comunidade. Tal visão crítica se expressa em diferentes formas de gestão democrática.

A gestão escolar democrática não pode restringir-se apenas ao interior da escola, mas envolver, principalmente, todos os atores do processo educativo de modo que possam produzir efeitos que vão além dos muros da escola. Deve fazer com que toda a comunidade onde está inserida, participe e interaja com os acontecimentos que ela proporciona.

A visão crítica da escola resulta em diferentes formas de viabilização da gestão democrática e faz da escola um espaço mais aberto ao diálogo e à busca por uma relação horizontal, ou seja, sem focar o poder de comando em hierarquias. Esse modelo de gestão está amparado pela Constituição Federal de 1988 e, também, é reforçado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Conforme Libâneo (2001, p.66-67) “Toda instituição escolar possui finalidades e determina papéis e responsabilidades entre seus segmentos”. Seguindo a tipologia proposta pelo autor, há três concepções distintas de gestão escolar:

- A concepção técnico-científica: expressa-se, por exemplo, no modelo de gestão da qualidade total, de caráter piramidal, com ênfase no poder centralizado, na divisão técnica do trabalho escolar visando à racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares, dando maior importância às tarefas do que às pessoas.
- A concepção autogestionária: baseia-se na responsabilidade coletiva e recusa de qualquer tipo de norma e sistema de controle, priorizando as inter-relações mais do que as tarefas, a ausência de direção centralizada e a acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição.
- A concepção democrática-participativa: envolve uma “relação orgânica” entre direção e todos os outros segmentos da escola primando por objetivos e decisões construídas coletivamente que posteriormente serão assumidas por cada membro em sua especificidade de forma organizada e flexível (LIBÂNEO, 2001, p.66-67).

Concorda-se com o autor que, para se alcançar os objetivos, as instituições precisam ter bem clara a estrutura organizacional com definições de papéis, responsabilidades e, basicamente, a inter-relação entre os vários setores que compõem a escola. Desse modo, o gestor terá o conhecimento geral dos vários

segmentos da unidade de ensino, podendo viabilizar, flexibilizar e direcionar o trabalho de todos para uma melhor gestão administrativa e pedagógica da escola.

Mediante esse contexto, reafirma-se que, para garantir a gestão democrática, faz-se necessário organizar uma estrutura de ordem interna, no sentido de definir e dispor de funções que assegurem o funcionamento da escola. Essa estrutura é, geralmente, representada graficamente por um organograma.

Figura 1- Organograma Básico da escola



Fonte: Libâneo (2001, p.69)

O organograma nos mostra as inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço. Evidentemente, a forma do organograma reflete a concepção de organização e gestão. Libanêo (2001) aponta que a estrutura organizacional das escolas se diferencia, conforme a legislação dos Estados e Municípios, mediante as concepções de organização e gestão adotadas. Mas, pode, também, apresentar a estrutura básica das funções que expressam a organização do trabalho em uma unidade escolar.

Conforme ressalta o autor, cabe àqueles que fazem parte da comunidade

escolar, o papel de discutir os caminhos que a escola tem de percorrer, resguardando o princípio da participação, sendo necessário considerar que a escola tem funções sociais explícitas, objetivos próprios, projeto pedagógico e estrutura de gestão, formulada de forma coletiva e pública, dentro do critério do respeito aos papéis e competências.

As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e pareceres acerca do papel das pessoas na sociedade. Portanto, o modo pelo qual uma escola se organiza e se estrutura tem dimensão pedagógica, pois tem que ver com os objetivos mais amplos da instituição relacionados a seu compromisso com a conservação ou com a transformação social (LIBÂNEO, 2010, p.325).

Com essa proposta, a escola busca atrair sua comunidade, mantendo seus integrantes informados e envolvidos na dinâmica do ambiente escolar, aprimorando as ações participativas e reflexivas, interagindo escola e comunidade. Ela possibilita assim, melhorias e um ambiente de aprendizagem que faça sentido para todos.

Ao analisar a gestão escolar democrática frente aos desafios de construir e desenvolver o convívio democrático, observa-se que este é um processo que se constrói a cada dia, e tem como proposta envolver a comunidade escolar e suas relações com o ambiente. Entende-se, que a tarefa da gestão democrática na escola é deve ser a de contribuir para que hajam as mudanças que são almejadas, no cenário educacional, propiciando à equipe toda, uma parceria e um bom relacionamento com a comunidade escolar.

Trata-se de estabelecer um clima no qual cada um perceba a necessidade no desenvolvimento das suas ações pedagógicas, no contexto educacional. A gestão escolar democrática, também, se efetiva através de processos de organizacionais e em uma gestão inovadora e dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Para isso, a escola necessita consolidar sua autonomia, partilhando suas ações com a comunidade em que está inserida, buscando soluções adequadas às necessidades do seu cotidiano escolar.

Nessa dimensão, a LDB nº. 9394/96 reafirma a necessidade de efetiva participação política, da gratuidade do ensino, da universalização da educação básica e superior, uma vez que estes itens vinculam-se ao princípio de gestão democrática. Isso, à medida que conferem à educação nacional o papel de um dos instrumentos de promoção do exercício de cidadania, a ser assegurada por meio de

mecanismos de participação ativa dos segmentos da sociedade civil, nas instâncias consultivas, deliberativas e de controle social da educação.

É importante ressaltar que a gestão escolar é legalmente fundamentada e a legislação pertinente determina que tal gestão seja democrática, conforme estabelecido no Artigo 18 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). Neste, a democratização da gestão se reduz a um ideal de orientação de atividades de escolas e universidades e ao incentivo à participação da comunidade. Os principais incisos do Artigo são:

1º - o cumprimento do disposto neste artigo dar-se-á com observância dos seguintes preceitos:

I - existência de órgãos colegiados e conselhos escolares, com competência sobre o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;

II - avaliação permanente da qualidade de serviços prestados e dos resultados das atividades educacionais oferecidas à sociedade;

III - utilização de métodos participativos para a escolha de dirigentes, ressalvado o provimento de cargos por concurso público;

V - incentivo para a criação de associações de profissionais do ensino, alunos, ex-alunos e pais, além das de caráter acadêmico, assegurada sua participação nos processos decisórios internos das instituições (BRASIL, 1996).

Nesse aspecto, a LDB 9394/96 regulamenta a gestão democrática do ensino público em geral, contribui de forma transparente para que as leis sejam aplicadas na educação básica, oferecendo autonomia às unidades federativas para um planejamento adequado às pretensões de cada instituição de ensino. Diante deste contexto, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que é, atualmente, vivenciada.

Rosaria Trindade (2018) contribui argumentando que:

Compreende-se desta forma que, a legislação apresenta e oferece as garantias, mas é na vivência que este modelo de gestão pode, ou não, se concretizar. Não é possível então impor uma gestão democrática, visto que seria contraditório ao próprio princípio do que é democracia. As leis e diretrizes servem, portanto, para fundamentar, fortalecer e subsidiar as práticas (TRINDADE, 2018, p.59).

Além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações, a gestão escolar constitui-se num fazer coletivo. Está, permanentemente, em processo de mudança contínua e baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento. Estes, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na

educação, bem como suscita a participação direta da sociedade, na direção das tomadas de decisão da administração escolar.

A gestão, nos espaços escolares, precisa priorizar a organização que proporcione a igualdade de condições a todos os segmentos, e que de forma alguma iniba a participação, deve oportunizar e instigar a todos os integrantes da comunidade escolar a estarem atuando, nas tomadas de decisões, pois, a gestão é um princípio.

Sob esta perspectiva, a gestão escolar deve surgir como orientadora para o gestor desenvolver os trabalhos pedagógicos e deve ser exercida a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial teórico para a organização e orientação do trabalho em educação. A gestão escolar necessita estar afinada às diretrizes e políticas educacionais públicas para a efetivação das políticas educacionais, uma vez que as lutas, mediante as representações, têm fundamental importância para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Os princípios centrais para a gestão democrática da escola são baseados na autonomia e na participação coletiva. Esses elementos são indissociáveis na prática escolar, uma vez que o grande desafio do gestor é ser o articulador desse processo, que será viabilizado com sucesso se construído coletivamente, sempre pautado pelas leis dos sistemas de ensino.

Neste contexto, essa é uma atitude que significa estar engajado em um processo educacional de qualidade, no qual os beneficiados “comunidade escolar” são os que fazem parte do processo educativo. Para Ferreira (2001, p.32), “A gestão escolar democrática significa o ato de gerir, a maneira de administrar, ou seja, significa tomada de decisões”. Assim, o gestor exerce um papel primordial e influencia, ativamente, as condições que proporcionam oportunidades sociais aos indivíduos.

As experiências vividas, atualmente, apontam avanços significativos no conhecimento e na prática da gestão democrática, o que significa que, de certa forma, a gestão democrática funciona. Mas, para esse processo de fato acontecer, ainda é necessário legitimar mecanismos que garantam a democratização na gestão, ou seja, é preciso refletir sobre a participação da comunidade dentro da escola pública.

No que diz respeito à gestão democrática, no âmbito escolar, a criação de órgãos colegiados ou conselhos escolares, associações de apoio à escola, agremiações de alunos, é fundamental para a concretização do processo. A revolução da informação e a globalização mostram que as mudanças são necessárias nas instituições, uma vez que, a própria burocracia é desafiada à medida que as novas tecnologias facilitam cada vez mais a comunicação e a ação direta entre as pessoas.

Conforme Libâneo (2001, p. 300), os princípios que norteiam a gestão democrática são:

- I.Descentralização: A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada;
- II.Participação: Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola;
- III.Transparência: Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

Diante desta premissa, a gestão democrática participativa requer uma prática do trabalho em equipe que contemple as atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Com o auxílio e a contribuição dos autores acerca da administração/gestão escolar, compreende-se que a escola não é apenas um espaço de reprodução de relações sociais, mas um lugar onde se socializa o conhecimento, a ciência, as técnicas, as práticas produzidas, socialmente, em conjunto.

Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel enquanto participante da comunidade escolar. Essa participação deve se fazer presente a partir do processo de criação do PPP, buscando contemplar a Constituição Federal com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. Esta Lei presume que as relações de poder dentro das instituições de ensino devam gerar integração, cooperação e participação, pois, para gerar mais autonomia, as propostas precisam ser construídas e reconstruídas pelas próprias pessoas envolvidas com a escolarização.

A escola busca por essa “autonomia” e pela realização de um trabalho ancorado nas relações humanas, liberdade de expressão e democracia,

compartilhando as dificuldades e buscando soluções em conjunto com a comunidade escolar. A instituição em pauta neste estudo, escola Adelino Ariane, apresentou em sua administração e trajetória a transição de gestores. Alguns por não conseguir permanecer no cargo, outros por que foram substituídos mediante a indicação política ou de interventores enviados pela SEMEC. Esta situação tem influenciado sobremaneira o desenvolvimento democrático e pedagógico da escola e sua representatividade perante a sociedade, tema que será discutido mais à frente, nesta dissertação.

CAPÍTULO II - CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS DE 2010 A 2016

Neste capítulo, os aspectos relacionados ao cenário da educação no Estado de Goiás, no período em estudo, são apresentados, destacando as leis e políticas públicas que amparam a democracia nas escolas. São, também, demonstrados os avanços, conquistas, problemas e insucessos que acontecem no sistema educacional e na gestão democrática participativa, no Estado.

Durante os anos de 2010 a 2016, o então governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, filiado ao Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), implantou políticas públicas educacionais, com o intuito de viabilizar uma gestão descentralizada e estimular a autonomia e identidade das diversas regiões do Estado. Nesse período, foi sancionada a Lei Complementar N°26, de 28 de dezembro de 1998, que estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, bem como sua relação de políticas de autonomia e democratização da Educação.

É importante destacar que houve, também nesta ocasião, uma preponderância maior nas seguintes áreas: currículo, trabalho pedagógico, gestão e formação docente, de forma que o período de 2010 a 2016 ficou marcado por acontecimentos e transformações na educação. O Estado atingiu um desempenho satisfatório através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que estabelece a qualidade do ensino e a estruturação de um sistema educacional organizado. No entanto, acredita-se que alguns fatos afetaram e apresentam, ainda na atualidade, reflexos na educação de Goiás. Estes são a priori considerados entre os educadores como um retrocesso educacional que afeta a carreira docente, a qualidade do ensino e a democracia.

2.1- A Educação em Goiás (2010 - 2016)

O estado de Goiás em seu contexto histórico tem a fama de ser um “estado jovem”. Em 1998, Marconi Perillo foi eleito para o seu primeiro mandato como governador pelo Partido da Social Democrático Brasileiro (PSDB), com apenas 35 anos de idade. Era o mais jovem governador do Brasil e havia a promessa de um "tempo novo" para a política. Perillo fora assessor pessoal do governador Henrique Santillo entre 1987 e 1991, e deputado estadual entre 1991 e 1993. Em 1994, foi

eleito deputado federal pelo Partido Progressista (PP), sendo o sexto mais votado.

Em 2006, já no cargo de governador de Goiás, afastou-se do seu cargo para se candidatar a senador e Alcides Rodrigues do PP, seu vice-governador, assumiu o governo e se reelegeu no mesmo ano, permanecendo, no cargo até 2010. Em 2011, Perillo (PSDB) reassumiu o posto e, em 2014, mais uma vez, se reelegeu como governador. Ao longo de seus mandatos, Marconi Perillo nomeou secretários de Educação, sendo alguns deles por interesses políticos e outros por competência e experiência na Educação. Exemplo disso: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira⁵ foi convidada pelo governador Perillo e seu vice-governador José Eliton Figueredo Junior, a assumir a Secretaria Estadual de Educação de Cultura e Esporte, no período de 2015 a 2018.

Na época, a rede estadual de educação de Goiás, de acordo com o Panorama dos Territórios (2017) era composta por 1.050 escolas, com 981 unidades (93%) localizadas em área urbana e 69 (7%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais, reunindo todas as etapas e modalidades de ensino, somavam um total de 490.006. Destas, 480.378 eram matrículas em áreas urbanas e 9.628 nas áreas rurais. Do total de escolas do Estado, 622 compunham a rede de Ensino Médio regular estadual, estando 585 (94%) delas localizadas na área urbana e 37 (6%) escolas na área rural. Segundo o documento, o total de matrículas em escolas com Ensino Médio regular totalizavam 211.246, distribuídas da seguinte forma: 208.016 matrículas em escolas urbanas e apenas 3.230 matrículas em escolas situadas em área rural.

O ensino do Estado era direcionado pela Lei Complementar nº 26/98, que estabelecia as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. O governo desenvolveu um currículo referência que tinha como objetivo auxiliar na organização dos conteúdos, contemplando, assim, as diretrizes nacionais. Levava em consideração as diferentes realidades sociais, históricas e culturais. O currículo podia ser ampliado por cada escola de acordo com suas necessidades e especificidades. O governo, em seu discurso, buscava viabilizar uma gestão

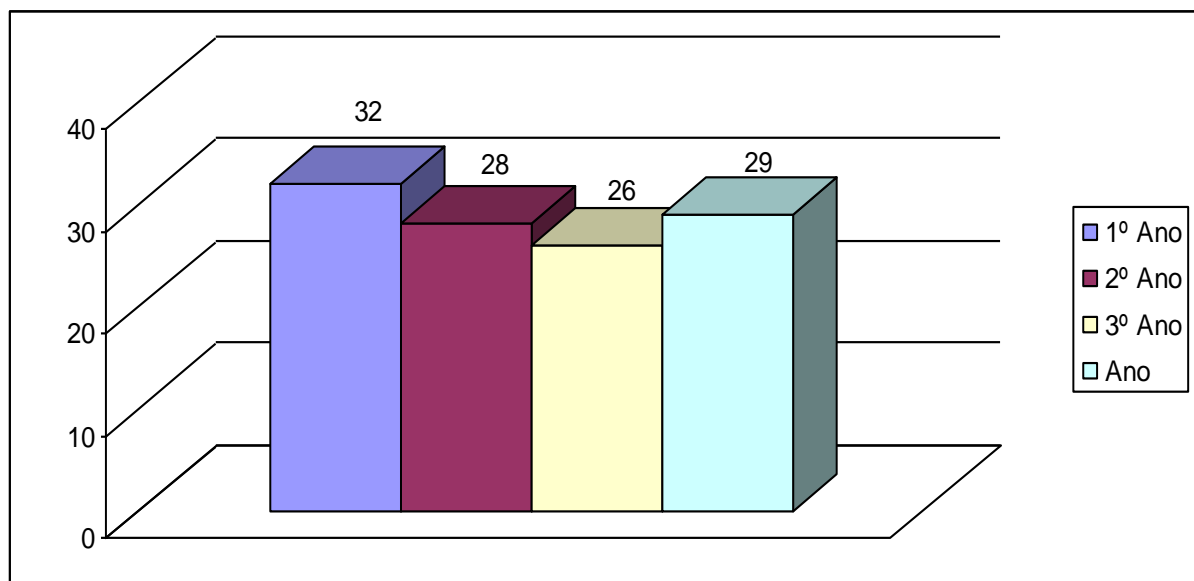
⁵ A atual secretária de Educação, Cultura e Esporte de Goiás, Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, é formada em Letras, mestre pela UNB, doutora em Linguística pela Universidade da Califórnia e possui pós-doutorado em Língua e Cultura pela Escola de Altos Estudos de Paris. Raquel Teixeira é docente titular da Universidade Federal de Goiás (UFG) e já ocupou os cargos de vice-diretora e diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras e o de pró-reitora de Assuntos Internacionais. Também foi professora da Universidade de Brasília entre 1970 e 1978. Ela foi secretária de Educação, de 1999 a 2001, secretária de Ciência e Tecnologia entre 2005 e 2006 e secretária de Cidadania em 2007. Além disso, foi eleita deputada federal (PSDB) em 2002 e reeleita em 2006.

descentralizada, que tinha como objetivo estimular a autonomia e identidade das diversas regiões do Estado.

Ao assumir a Secretaria de Educação, Raquel Teixeira se deparou com muitos problemas tais como: a retirada de benefícios, a titularidade de trinta por cento do vencimento dos educadores, as ameaças de greve se não houvesse o pagamento do piso salarial, entre outras reivindicações. Essa situação era constante e afetava diretamente os alunos e a qualidade do ensino. O que se presenciava, no decorrer da greve de 2016, realizada pelos educadores, era o oposto do que o governo de Goiás havia dito em seus discursos. A categoria lutava pelo seu direito instituído pela Lei nº 11.738/08, que estabelece o pagamento do Piso Salarial aos professores. Esse direito não estava sendo respeitado em Goiás. Eram vários os problemas enfrentados pelos educadores.

No que se refere à taxa de distorção idade-série, o Censo Escolar (2015) apresenta indicador que nos permite avaliar o percentual de alunos em cada série, com idade superior à recomendada. Em Goiás, de cada 100 alunos do Ensino Médio, aproximadamente 30 estavam com atraso de dois ou mais anos. A distorção idade-série era maior no primeiro ano do Ensino Médio, com taxa de 32%, mas com chances de melhorar, no decorrer dos anos, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Taxa de distorção idade-série Goiás



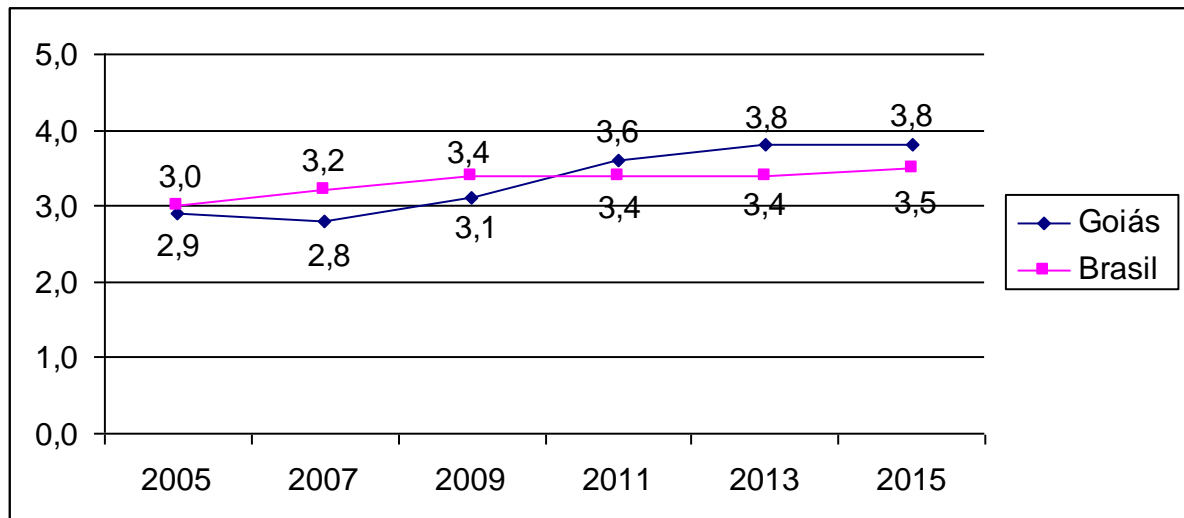
Fonte: INEP, 2015

Elaboração Instituto Unibanco – Gerência de Gestão do Conhecimento

Esta taxa de distorção entre os alunos do primeiro ano do ensino médio, se dava devido à necessidade dos mesmos terem que trabalhar para ajudar no sustento da família, e muitos não tinham tempo ou condições financeiras para continuar os estudos. O censo (2015) apresentava que havia uma tendência de diminuição ao longo dos anos, mas o que se vivenciava no âmbito escolar, em especial no período noturno, é a necessidade de trabalharem. Os discentes do 1º ano do ensino médio trabalham o dia todo para ajudar a família nas despesas de casa, e isso faz ocorrer mais desistência e desinteresse pelos estudos, por parte de muitos alunos.

O desempenho dos alunos, na aprendizagem é calculado através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que conceitua o fluxo escolar e a média de desempenho dos alunos, em avaliações padronizadas. O gráfico abaixo mostra um desempenho similar, ao comparar o IDEB de Goiás em relação ao Brasil.

Gráfico 2 - IDEB Goiás x Brasil



Fonte: INEP, 2015

Elaboração Instituto Unibanco – Gerência de Gestão do Conhecimento

O gráfico acima apresenta que o IDEB do Ensino Médio do Estado de Goiás subiu de 2,9 para 3,8 entre os anos de 2005 e 2015. É importante ressaltar que esta variação não foi totalmente linear, pois, a média de Goiás, comparando os anos de 2005 e 2007, apresenta um crescimento significativo. Em 2011 e 2013 melhorou ainda mais o seu desempenho, e passou a ter média mais elevada nos dois últimos anos.

Segundo o Censo Escolar (2015), em 2007 houve uma leve queda no desempenho e a nota ficou 0,1 menor do que em 2005. Foi apresentado pelo Estado de Goiás, um bom desempenho no IDEB, em comparação com as médias nacionais e regionais. Esse cenário pode ser complementado com as informações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB produz informações a respeito da realidade educacional brasileira por meio de avaliações bienais de proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa. Trata-se de uma avaliação por amostra e seus resultados, em conjunto com as taxas de aprovação escolar, são a base de cálculo para o IDEB de cada estado e do país.

Os dados obtidos pelo IDEB de 2005 a 2015 deram subsídios para esclarecer quais são e onde estão os obstáculos enfrentados pelas escolas e pela própria Secretaria de Educação. A preocupação do grupo gestor e da comunidade escolar, mediante esses dados, foi tomar algumas medidas, no sentido de mudar o foco dos exames avaliativos, para deixarem de servir apenas a elaboração de ranking dos estados e suas escolas e passar a subsidiar uma reflexão profunda sobre a real finalidade da avaliação. Buscou entender onde estavam os gargalos para então procurar fazer os ajustes necessários, com foco nos problemas que se pretendiam superar.

A situação das escolas de ensino regular do Estado de Goiás, no que diz respeito ao local de funcionamento, à infraestrutura e aos serviços públicos, a partir de dados do Censo Escolar 2015, mostra que as escolas goianas funcionavam, majoritariamente (100%) em prédios escolares, sem divisão do espaço e existiam muitas escolas particulares conveniadas com o Estado oferecendo todos os segmentos de ensino.

No âmbito escolar, percebe-se que a infraestrutura de muitas escolas estaduais deixa a desejar. Ainda, existe escola construída com placa, com estrutura precária. São poucas salas de aulas climatizadas, banheiros e instalações estão precisando de reparos, muitas escolas não apresentam acessibilidade adequada, entre outros fatores que dificultam o bom andamento das Unidades Escolares. Compreende-se que uma infraestrutura adequada e um ambiente agradável são aspectos importantes para o bom funcionamento de uma escola. A escola deve, também, ser adequada às necessidades da comunidade escolar. Demo (2002) contribui com este cenário quando apresenta considerações a respeito da rede física e aos equipamentos da escola, para ele:

[...] deveria estar claro que o sistema só pode funcionar com algum padrão de manutenção e funcionamento, que inclui área adequada, prédio conveniente, meio ambiente favorável, apoios didáticos e assistenciais, manejo das distâncias. Entretanto ainda é comum a escola malfeita, desequipada, suja, quebrada, como se nela ocorresse serviço de segunda categoria. Nem treinamento tolerável se faz. Este descaso é do tamanho da pobreza material e política do país (DEMO, 2002, p.79).

Entretanto, a escola é capaz de produzir efeitos que interferem diretamente no desempenho dos alunos, pois facilita os processos de aprendizagem, amplia oportunidades educativas, ajuda a dinamizar atividades e oferece um ambiente seguro e acolhedor.

Apesar das iniciativas do governo estadual e do desenvolvimento satisfatório apresentado através das ações sociais perante a sociedade goiana, o Estado ainda vivencia um cenário de retrocessos na Educação. Este assunto será apresentado no último tópico deste capítulo, pois tem sido extenuante o trabalho realizado pelos educadores com as cobranças, visando manter ou elevar as taxas e os índices de desenvolvimento, na aprendizagem dos alunos. Esta situação tem provocado desconforto e uma sobrecarga de atividades aos educadores, devido à quantidade de projetos, avaliações internas e externas e a pressão dos governantes em manter o Estado de Goiás em evidência.

2.2- Leis e Políticas Públicas que Amparam a Gestão Democrática nas Escolas em Goiás

Durante o período de 2010 - 2016 foram implantadas políticas públicas que amparavam a escola, os gestores e a comunidade escolar do Estado de Goiás. Em relação ao foco das políticas de educação em Goiás, é importante ressaltar que há uma preponderância nas seguintes áreas: currículo, trabalho pedagógico, gestão e formação.

A Lei nº 26 de 1998 determina que as escolas mantidas pelo poder público estadual obedeçam aos princípios da gestão democrática e assegura a existência de Conselhos Escolares com poder deliberativo e constituído, paritariamente, com a participação da comunidade escolar. Além do Conselho Escolar, a referida Lei indica mais dois mecanismos da gestão democrática: a eleição para Diretor e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que deve ser construído, coletivamente, pela comunidade escolar e expresso, no Regimento Escolar.

Em relação à forma de provimento ao cargo de direção, a Lei 26/1998 instituiu o Regime de Eleições Diretas para Diretores das Escolas Públicas Estaduais, indicando que professores que tenham, no mínimo, dois anos de comprovada experiência administrativa ou regência de classe podem se candidatar. De acordo com a Lei 26/98 do Sistema de Ensino do Estado do Goiás, é atribuição do Conselho Estadual de Educação elaborar normas que regulamentem a gestão democrática, na Educação Básica do Sistema Educativo do Estado.

A Resolução do CEE/CP nº 004/2009 expressa a concepção de gestão democrática como forma efetiva de convívio e de respeito com a pessoa humana, plena de direito, representada no ambiente escolar pelo aluno, pelo agente administrativo educacional e pelo docente, igualmente com respeito à diversidade cultural e às minorias sociais, nas ações de inclusão social e educacional, e no diálogo permanente com a comunidade. Nesta Resolução, consta como princípios da gestão democrática a autonomia acadêmica e financeira, a transparência, a valorização, o pluralismo de ideias, a livre organização, a participação e a formação.

Outras ações se apresentam como mecanismos da gestão democrática tais como: o Projeto Político Pedagógico, a eleição para diretor, a constituição de colegiados, a organização de grêmios estudantis, a eleição para gestor escolar, o conselho escolar com poder deliberativo e a elaboração do Plano Estadual de Educação. Para Demo (2002, p.13), “A democracia é obra humana e representa uma das qualidades fundamentais da história conhecida”.

Mesmo as políticas públicas determinando fatores precedentes da gestão democrática, nas ações diárias acerca da educação, é notória a falta de descentralização do poder na gestão escolar, mesmo que democrática. Na prática tem prevalecido a falta de momentos de diálogos com a comunidade que participa do processo educativo de um modo geral. Há falta de transparências nas tomadas de decisões, o que proporciona muitas dificuldades, na construção de um Conselho Escolar, efetivamente, participativo.

Dourado (2001) apresenta e contribui com o cenário da gestão democrática escolar quando aborda que:

A gestão democrática é entendida como um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscribe aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2001, p. 79).

A Lei nº 26/98 estabelece a eleição do grupo gestor do Estado, por chapa, sendo eleito pela comunidade escolar através do voto direto, secreto e facultativo, e nos termos da Resolução Nº. 04/2009. Fica vedado o voto por representação. Os candidatos, para concorrer ao pleito eleitoral, devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei, tais como: formação específica e continuada, frequência nos cursos oferecidos pela entidade mantenedora, período de vinculação na Unidade Escolar. As unidades escolares, no ato de sua criação, terão diretor protempore⁶, nomeado pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

A primeira eleição, na unidade escolar, fica dispensada a comprovação do tempo de modulação exigido para professores interessados a concorrerem ao grupo gestor. A resolução CEE/CP Nº. 04/2009 fixa normas para a gestão democrática nas unidades escolares de educação básica do Sistema Educativo do Estado de Goiás e dá outras providências. Das disposições da Constituição do Estado de Goiás e o Art.106, da Lei Complementar Estadual Nº. 26/98 rege-se pelos seguintes princípios:

- II - autonomia da unidade escolar, na aplicação dos recursos financeiros que lhe sejam legalmente destinados;
- VI - valorização da unidade escolar, como espaço privilegiado do processo educacional;
- VII - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IX - efetiva participação da comunidade nos órgãos colegiados e nos processos decisórios da unidade escolar (BRASIL, 1998).

De acordo com portal da Seduc, a gestão escolar tornou-se mais dinâmica e atuante, pois o gestor era o primeiro a ser informado e capacitado sobre como gerir as políticas públicas e alcançar as metas na sua unidade escolar, juntamente com sua equipe de trabalho, tendo em vista o apoio técnico e acompanhamento da Secretaria, durante o planejamento e a execução das metas.

Nesta perspectiva, os tutores trabalham diretamente com os gestores e coordenadores pedagógicos de cada escola, fazendo diagnósticos e a formação continuada desses profissionais. Além da formação, o projeto também contempla a

⁶ Diretores nomeados para o respectivo cargo temporariamente, até que haja uma próxima eleição para gestores ou até que seja indicado pelo órgão competente um diretor definitivo.

elaboração de material pedagógico, de aulas, de objetos de formação e avaliação institucional. As políticas educacionais do Estado apresentada nos documentos e sites institucionais da Seduc entre 2010 a 2016, mostram a implementação de vários programas e projetos de competência federal, desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou em parceria com o referido ministério da educação. Estes programas trouxeram mais autonomia e direcionamento à gestão escolar e à escola, no que diz respeito ao desenvolvimento, envolvimento e parceria da comunidade escolar.

Após estudos realizados, observou-se que na práxis, a maioria dos gestores é acompanhada para cumprir os objetivos estabelecidos pela secretaria. Esta “autonomia” depende do seu desenvolvimento satisfatório juntamente com sua comunidade escolar. Desse modo, identifica-se que se o trabalho do gestor não for bem realizado e os objetivos propostos atingidos, como os índices e taxas de qualidades no ensino, projetos ou até mesmo, seu desenvolvimento na administração da escola não forem satisfatórias, esse gestor poderá ser advertido ou até substituído por outro, independente do período do ano letivo.

O Plano Nacional de Educação aborda, na meta 19, especificamente, o tema gestão escolar, estipulando para que seja efetivada a gestão democrática em todas as escolas públicas. Esta é entendida como uma gestão baseada em critérios técnicos de mérito, de desempenho, com a participação da comunidade escolar e com aporte de recursos e apoio da União.

Sendo assim, as Leis e políticas públicas que amparam a gestão democrática, nas escolas em Goiás, foram e são de suma importância para orientar os caminhos que o grupo gestor e todos os envolvidos no processo educativo, necessitam seguir para que ocorra, de fato, um trabalho democrático qualitativo na Educação do Estado de Goiás. Todavia, as práxis vivenciadas pelo sistema de ensino, no Estado não passaram somente por momentos de glórias. Vivenciou-se também, problemas e insucessos.

2.3- Avanços e Retrocessos na Educação e na Gestão Escolar de Goiás

A Educação, em todo Estado de Goiás, tem passado por avanços e retrocessos que serão abordados neste tópico. O intuito é analisar a influência destes, na gestão democrática e participativa, no período de 2010 a 2016, bem

como seus desdobramentos, no âmbito político, social e econômico, do sistema educacional.

Como já foi dito anteriormente neste estudo, o Estado de Goiás tem apresentado um histórico de conquistas e crescimento, na qualidade do ensino desde 2007, ano em que o MEC adotou o IDEB para avaliar a qualidade do aprendizado no Brasil e começou a visualizar curvas de crescimento. Segundo o Panorama dos Territórios (2017) no Ensino Fundamental I, as metas de desenvolvimento foram atingidas cinco vezes consecutivas, tendo iniciado com nota 4,3 e saltado para 6,6 dez anos depois. O mesmo cenário pode ser percebido no Ensino Fundamental II.

No Ensino Médio, as notas acima da meta do INEP⁷ começaram a surgir em 2009. De lá para cá, vem superando seus próprios índices, tendo saltado da 16ª posição, em 2011, para a liderança atual. O maior avanço em destaque foi no ano de 2013, quando a rede estadual de Goiás alcançou o topo nacional do IDEB, com 3,8 pontos. Já no último ranking divulgado, em 2015, Goiás foi um dos quatro Estados a cumprir as metas estabelecidas para o Ensino Médio.

Mediante o cenário apresentado acima, a atitude do governo de Goiás torna-se incompreensível pelos envolvidos no processo educacional, uma vez que se a rede estadual tem obtido excelentes resultados nas avaliações externas (IDEB, SAEGO, dentre outros). Então, não se compreende a decisão de privatizar a gestão escolar sendo que a privatização só atende a interesses particulares, objetivos econômicos e políticos que atenderão a uma minoria. Essa decisão só atende aos interesses de um pequeno grupo da elite goiana que não está preocupada com a melhoria da qualidade da educação em Goiás. Nesse sentido, Critelli (1981) argumenta que:

A vivência da dominação e da inautenticidade tem em nossa história atual um modo bastante específico de desdobrar-se. [...] em nossa maneira de ver, aquilo que permite que se sustente as dominações ao nível do econômico, do político, do social tal como as podemos identificar e explicar atualmente (CRITELLI, 1981, p. 55).

Com essa atitude impensada e autoritária do governo, emergiu um dos maiores problemas que gerou e tem gerado muitos conflitos sociais e descontentamentos daqueles envolvidos com a Educação no Estado, a exemplo do desgaste físico e emocional entre os educadores, pais e alunos com o processo das

⁷ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OSs⁸ em Goiás. Há de se ressaltar que quando o governador eleito Marconi Perillo fez o anúncio da implantação das OSs, a partir de janeiro e fevereiro de 2015, na mídia, circulavam notícias de que a Secretária de Educação Raquel Teixeira estava pesquisando modelos de OSs para implantação em Goiás.

A privatização das escolas estaduais foi sendo implementada pelo Governo do Estado sem o consentimento da sociedade, sem diálogo e sem transparência. De acordo com o Sintego⁹ (2015), a Seduce selecionou cinco OSs recém-criadas e sem experiência em Educação Básica para gerir 23 escolas da Regional Anápolis. Isso ocorreu, mesmo com a interferência do Ministério Público (MP), devido às várias irregularidades, entre as quais ocorreu a desobediência à Constituição Federal ao se delegar às OSs que contratassem professores e servidores administrativos, sem concurso público.

Em fevereiro de 2016 aconteceu a ocupação de algumas escolas públicas em Goiás, pela comunidade escolar: estudantes, professores e outras pessoas. O Sintego e MP interviram nas ocupações e o MP recomendou, na época, o adiamento do edital de chamamento de fevereiro de 2016, entrando com ação civil pública e liminar contra as OSs. Isso foi feito por que o tal edital ia contra a legalidade da Constituição Federal/88; a LDB 9.394/96; Leis Federais 8.069/90 e 12852/12 e a Lei Complementar 26/98 que amparam a educação quando institui: a gestão democrática; a carreira docente; o destino dos recursos públicos como Fundeb e outros, e a garantia do plano de cargos e salários da educação. Assim, mediante as polêmicas e as manifestações da população, o projeto do governo foi frustrado.

Os recursos do salário-educação apresentados pelo Panorama dos Territórios (2017) indicam que mais que duplicaram em Goiás, antes destinados apenas ao ensino fundamental, agora financia toda a educação básica, da creche ao ensino médio, e sua repartição passou a ser feita entre Estados e Municípios pela matrícula, diretamente aos entes federados. O ensino fundamental de nove anos atende as crianças das camadas pobres que iniciam o ciclo de alfabetização na mesma idade que os filhos da classe média, aos seis anos, garantindo-se o direito de aprender a ler e escrever a todos. A extensão dos programas como: livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar, antes restrito apenas ao ensino fundamental, também foram estendidos para toda a educação básica, da creche ao

⁸ Organizações Sociais

⁹ Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás

ensino médio.

A proposta da Seduc para inclusão é que todas as unidades escolares de educação básica (UEB) que constituem a rede pública estadual de ensino sejam inclusivas. Sendo assim, as salas alternativas não caracterizam um nível especial de ensino, bem como salas de correção de fluxo idade/ano escolar e projetos de melhoria da aprendizagem dos estudantes, classes hospitalares e atendimento pedagógico domiciliar (Projeto Hoje) não constituem porte ou tipo diferenciado de ensino.

O Estado disponibiliza o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), de acordo com o Panorama dos territórios (2017, p.33), ele promove a capacitação dos profissionais da educação para o atendimento às pessoas com surdez. O Centro de Apoio Pedagógico para as Pessoas com Deficiência Visual (CAP), que atende alunos com deficiência visual e seus familiares, e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação (Naah/s) têm como objetivo atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com características de altas habilidades/superdotação. Todas essas iniciativas oportunizam o aprendizado específico e estimulam as potencialidades criativas, oferecendo apoio pedagógico aos professores e orientação às famílias.

No contexto educacional de Goiás, apesar dos programas, centros de apoio e das escolas tentarem fazer a diferença mediante a inclusão, a rede estadual passa por vários problemas para conseguir atender os discentes com necessidades especiais. As unidades de ensino não apresentam infraestrutura adequada, há falta de profissionais capacitados, os educadores não têm qualificação ou preparo para a adequação curricular e/ou para lidarem com a verdadeira necessidade dos alunos.

A própria Seduc, mediante a situação burocrática e administrativa, encontra dificuldades para enviar o profissional de apoio e/ou cuidador para atender os alunos com necessidades especiais, nas escolas. Em decorrência disso, os professores e o grupo gestor ficam incapazes de realizar uma “inclusão” de qualidade. Muitas vezes, a escola diante das dificuldades encontradas, se vê de braços atados frente a esta situação. Os discentes são amparados pela CF, LDB 9394/96 e, também, pela Lei Nº 13.146 de julho de 2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão que consagrou a política de educação inclusiva no Brasil. Em seu Art. 3º Para fins de aplicação desta lei, considera-se:

I– acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

No entanto, todas as unidades de ensino devem cumprir as determinações dessa lei, no sentido de aprimorar seus sistemas de ensino, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todas as pessoas com necessidades especiais. A família tem o direito de requerer a vaga e a receber um atendimento de qualidade para seus filhos. Compreende-se que, na maioria das vezes, na prática essa não é a realidade, os alunos, ao invés de serem incluídos, acabam sendo excluídos das salas de aula e do próprio sistema de ensino.

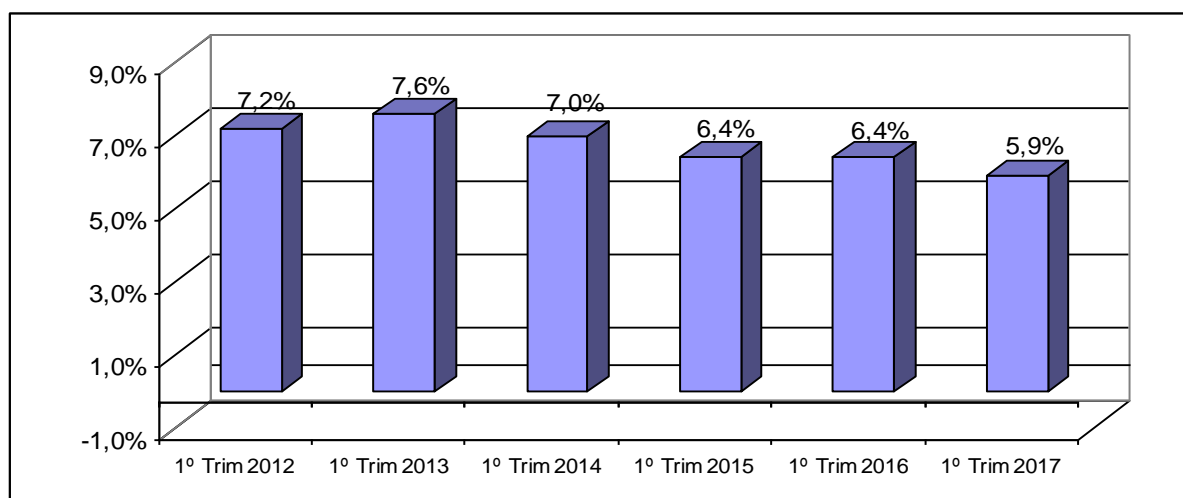
O governo objetivava transformar o espaço escolar em um ambiente mais atuante e presente na vida da comunidade local, promovendo o diálogo, a cooperação e a participação entre alunos, pais e equipe de profissionais. Nesse sentido, a Seduc reafirma o compromisso com a execução de política pública voltada para a educação integral, oportunizando a comunidade, atividades socioeducativas que promovam a cultura da paz, a sociabilidade, o sentimento de pertencimento e a valorização do bem comum.

Através da pesquisa realizada observa-se que os projetos implantados pela Seduc, nas escolas no período estudado, apresentaram sob duas vertentes. Uma delas é que, muitas vezes, a escola não tinha condições de realizar todas essas iniciativas de inclusão de forma eficaz, devido a dificuldades tais como: falta de estrutura física, acessibilidade do espaço, falta de profissionais capacitados para que a escola e seus agentes executassem um projeto de qualidade. Em razão dessas dificuldades, entende-se que antes da implantação dos programas e projetos voltados para a inclusão, o governo de Goiás deveria apoiar, capacitar e adequar os espaços educacionais para que a equipe tivesse condições de proporcionar um espaço de inclusão sociocultural. E, ainda, contribuir para a diminuição da violência doméstica e urbana e precaver-se da vulnerabilidade social.

O analfabetismo é outro fator preponderante para o desenvolvimento educacional do Estado de Goiás, segundo o IBGE, é um indicador importantíssimo na mensuração da qualidade de vida da população. Trata-se de

condição primordial para se exercer plenamente a cidadania e, por meio dela, garantir a dignidade humana. Assim, a tabela abaixo nos permite a visualização da trajetória temporal da taxa de analfabetismo para população acima de 14 anos no estado de Goiás, desde 2012 até 2016, distribuída pelos quatro trimestres anuais. A evolução de 7,2% para 6,4% no período, mostra que houve avanços na alfabetização. Todavia, a baixa redução em cinco anos instiga a exigir medidas mais efetivas na melhora dessa condição, veja na figura a seguir:

Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo para população acima de 14 anos- 2012 a 2017 – Goiás



Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2017.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos socioeconômicos e Especiais.

Observa-se no gráfico acima que a taxa de analfabetismo tem caído, possibilitando a visualização das políticas educacionais voltadas à alfabetização, além de caracterizar o público específico para a formulação de ações, buscando a solução do problema. Segundo o IBGE, ficam evidentes as discrepâncias entre as gerações, em que mais da metade dos analfabetos têm 55 anos ou mais. Devido a isso, percebe-se que há o efeito de estoque, ou seja, as pessoas trazem um histórico de desenvolvimento econômico, estiveram preocupadas tão somente com o trabalho manual, que envolve todo o sistema educacional em suas histórias passadas. Portanto, os dados reforçam a ideia de se intensificar os programas de alfabetização para adultos e idosos.

Segundo os dados do IBGE (2012-2017), nos últimos anos as taxas de alfabetização têm melhorado e demonstrado um cenário favorável, na alfabetização da população goiana. Contudo, salienta-se que, a respeito do avanço obtido, tanto no grupo etário total, quanto na idade de oito anos, fazem-se necessários esforços

voltados para o cumprimento do compromisso que implica na melhoria da qualidade do ensino, e no uso de novas tecnologias que contribuam para a alfabetização dos alunos.

A tecnologia (uso de computador e da internet nas escolas) pode ser considerada ferramenta didática atual e dinâmica que desperta maior interesse dos alunos na aprendizagem. Apesar de não ser acessível a todos, há estudos que apontam para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nas salas de aula, como sendo as responsáveis por elevar a qualidade da educação, bem como por proporcionar uma maior preparação dos jovens para atuar em um mundo global e competitivo.

Além da existência de computadores nas escolas, as pesquisas sinalizam a importância da preparação dos professores para a utilização de tais tecnologias, não sendo, portanto, automático o impacto na qualidade do ensino. A existência de computador e internet, nas escolas, podem ser consideradas uma boa forma de inclusão digital, uma vez que, nem todos os jovens possuem acesso a computadores ou internet em suas casas.

É importante ressaltar que o Estado de Goiás deve se preocupar com as escolas que, ainda, enfrentam muitas dificuldades, pois existem unidades de ensino no Estado que não estão equipadas com computador e internet. Não disponibilizam nem aos professores nem aos alunos. Acredita-se que esses instrumentos são de suma importância, pois auxiliam os docentes na aprendizagem dos discentes. O acesso às tecnologias é de suma importância, pois em um mundo globalizado é necessário ter acessibilidade à informação e ao conhecimento por meio de veículos eletrônicos. As TICs podem tornar ferramentas didáticas que contribuam cada vez mais para a aprendizagem integral dos nossos discentes.

Para a carreira profissional dos professores, o portal da Seduc, aborda que o Plano Estadual de Educação de Goiás promove e apoia a formação docente através do órgão colegiado (FORPROF/FEPAD), criado em 2010, pela própria Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. Esse órgão é responsável pela elaboração do Plano Estratégico de Formação de Professores.

Os educadores de Goiás, em sua maioria, apresentam-se desestimulados a respeito das formações ditas continuadas. Muitas vezes, estes ficam desmotivados por indisponibilidade de tempo, baixa remuneração e/ou falta de valorização profissional por parte do Estado. Portanto, é preciso que haja um investimento na

qualificação dos professores, de forma a capacitá-los para oferecer um ensino adequado, além de uma boa remuneração.

Observando o quadro de docentes nas escolas, hoje, percebe-se que as formações para os docentes são insuficientes. Durante o ano letivo não acontece nem uma formação para todos os docentes, ainda mais aos de áreas afins, como por exemplo, os professores do Ensino Médio. Sobre a formação continuada dos docentes Libâneo (2001) considera que:

A educação continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humanos com prática que se transforma constantemente. A realidade muda, e o saber que construímos sobre ela precisam ser revistos e ampliados sempre. Dessa forma, um programa de educação continuada se faz necessária para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças, que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças (LIBÂNEO 2001, p.48).

A maioria dos professores procura melhorar sua carreira profissional por conta própria, quando tem disponibilidade e condições financeiras para tal. Os docentes além de arcarem com as despesas de sua formação como as especializações e pós-graduações, ainda têm que enfrentar a decepção devido à ação abusiva do Governo do Estado que, em janeiro de 2012 cancelou a titularidade de 30% do vencimento dos professores, com a justificativa de pagar um bônus chamado Reconhecer.

E, veja que esse bônus ainda não era para todos os professores. Era somente para aqueles que não adocessem e/ou apresentassem atestados médicos acima dos critérios preestabelecidos pelo governo. Era para os que não faltassem e para aqueles que não tirassem nenhuma licença médica e/ou por aprimoramento. Segundo a Seduc, o bônus estipulado era de acordo com a carga horária de trabalho, a carga horária do professor seria de 40 horas como referência e o valor bônus seria de dois mil reais a cada semestre.

Com esta iniciativa o governo, em seu discurso, garantia o pagamento do Piso Salarial como garante a lei, mas somente receberiam os docentes que eram PI e PII. Os educadores PIII e PIV só receberiam a partir de maio de 2012, ou seja, quatro meses de prejuízos financeiros e sem a esperança de receber o retroativo. Nesse contexto, recorre-se a Demo (2002) que contribui com o cenário acrescentado que:

Assim, escola de “qualidade total” supõe necessariamente um professor formal e politicamente adequado, ou seja, bem-formado e bem-remunerado. Ademais, não se obtém essa qualidade pela via dos treinamentos resumidos, tipicamente domesticadores, pois, em vez de sujeitos críticos, criativos, participativos, teremos apenas lacaios lustrados (DEMO, 2002, p.19).

Os educadores do país e de Goiás vivenciaram mais um retrocesso quando o governo federal anunciou a reestruturação da matriz curricular do ensino médio pela medida provisória, nº 746/2016, anunciada no dia 22 de setembro de 2016. Esta medida visava reduzir a evasão escolar e mudar o currículo do Ensino Médio em todo o Brasil. Implantavam, assim, as seguintes medidas: ampliação da carga horária mínima anual para 1.400 horas, as disciplinas de língua portuguesa e matemática são obrigatórias nos três anos do ensino médio, o ensino da arte e da educação física se tornaria facultativo, o ensino da língua inglesa seria obrigatório, deveria haver nas escolas o oferecimento de outros idiomas, de preferência o de espanhol e, ainda, que os conteúdos cursados no ensino médio fossem aproveitados no ensino superior.

O currículo do ensino médio seria composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por critérios específicos e definidos em cada sistema de ensino com relevância nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. O objetivo é a conquista da autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

As medidas a respeito do ensino médio geraram polêmicas e levantou discussões, nos espaços escolares e fora dele, dividindo opiniões. O retrocesso na educação é algo visto com preocupação. É obrigação do Estado assegurar aos estudantes possibilidades de se desenvolverem como cidadão integral, críticos, consciente e capaz de se integrar na sociedade e deixá-lo desassistido.

O Governo Federal encara a proposta como uma oportunidade de discutir um modelo que se esgotou e que precisa ser repensado, urgentemente. Mediante a toda essa explanação é preciso avaliar se essas mudanças foram capazes de alterar o número de repetência e evasão escolar, ou se esta medida não é apenas mais uma imposição dos governantes para reduzir os gastos com a Educação e maquiar os gráficos e o baixo rendimento dos alunos do ensino médio, no Enem, e nas demais estatísticas.

Entende-se que a medida está longe de solucionar todos os problemas de

uma área tão complexa quanto a Educação. Todavia, o tempo para os debates e reflexões frustrou os educadores de Goiás, pois não se acreditava que o pouco tempo estabelecido pelos governantes seria suficiente para analisar a Medida Provisória nº 746/16 e resolver o currículo e a formação dos alunos do ensino médio de uma forma unificada. O tempo escasso parecia mais uma iniciativa governamental de se impor e enviar um currículo de referência nacional somente para serem cumpridos pelos educadores, como está acontecendo em Goiás com a transferência da gestão de escolas estaduais para a Polícia Militar. Rafael Santos (2016) pesquisador do tema em questão argumenta que:

Segundo dados extraídos de leis estaduais (Goiás, 2001a), até o meio do ano de 2016, o governo do Estado totalizou quarenta e sete criações e transferências de escolas públicas para a administração da Secretaria de Segurança do Estado mediante aprovações na Assembleia Legislativa. Com a lei 19.066, de 30 de setembro de 2015, o governo continua a transferências com mais cinco escolas. A lei 19.122, de 27 de novembro de 2015, muda a administração de mais duas e, em maio de 2016, de mais duas. A maioria das transformações em CPMG foi realizada nos anos de governo de Marconi Perillo do PSDB (SANTOS 2016, p.21-24).

Essa atitude trouxe grandes desavenças, protestos e resistência entre os educadores, à comunidade escolar e o poder público, pois a justificativa da Seduc para a transição se deu devido às escolas estarem apresentando baixo rendimento e grande índice de violência entre os alunos, no âmbito escolar. Mas, para os educadores essa atitude não passou de interesse político e econômico por parte dos governantes e até empresários.

A transferência da gestão das escolas estaduais para a Secretaria de Segurança contribui, mais ainda, para a falta de autonomia e credibilidade dos gestores (professores efetivos, modulados na unidade escolar) em administrar com competência as escolas estaduais. A priori as autoridades competentes deixam de exercer sua função perante a comunidade escolar e repassam a administração escolar para serem geridas por outros órgãos. Neusa Ferreira contribui com a pesquisa quando argumenta que os Colégios Estaduais da Polícia Militar (CEPMGs):

Os CEPMGs integram a Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, mas se diferenciam das demais escolas pelo ensino oferecido a seu corpo discente, pela estrutura física e pela organização pedagógica. Possuem instalações físicas superiores às demais escolas estaduais e contam, além dos recursos advindos do poder público, com a contribuição voluntária de pais e responsáveis pelos alunos atendidos nessas unidades escolares, o que lhes permite investir em melhorias estruturais e pedagógicas para a unidade (FERREIRA, 2018, p.47).

Pode-se inferir, após alguns estudos realizados que, os estudos que os Colégios da Polícia Militar de Goiás oferecem, se destinam a um grupo selecionado de alunos que têm parentescos policiais ou, em sua maioria, tenham a sorte de serem sorteados com a vaga. Também, que seus pais e/ou responsáveis sejam capazes, financeiramente, de arcar com a “contribuição voluntária” que é cobrada de acordo com a série/ano que o aluno cursa. Ainda, que os pais e/ou responsáveis tenham condições financeiras de comprar os uniformes e/ou acessórios que são exigidos, dificultando assim, o acesso dos alunos mais carentes à Escola Militar.

A implantação das escolas integrais em Goiás também foi mais um desafio para os educadores da rede estadual e comunidade escolar. Esses profissionais foram surpreendidos com esta decisão do governo. A educação de tempo integral é uma política pública regulamentada pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Este visa promover a melhoria, na qualidade do ensino firmado pela lei nº 13.005 de junho de 2014, que previa que até 2024 a educação em tempo integral seria ofertada em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

A Lei nº 13.005 estabelece que a permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passa a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola. O Plano Nacional de Educação (PNE) também deixa claro que as secretarias de educação devem priorizar o atendimento da educação em tempo integral, nas comunidades com baixa renda ou com crianças em situação de vulnerabilidade social. A educação em tempo integral deve ser promovida, através de atividades de acompanhamento pedagógico, multidisciplinares, culturais e esportivas.

De acordo com a Seduc, a Educação em Tempo Integral começou a ser implementada, na rede estadual de Goiás. Inicialmente, 31 escolas de Ensino Fundamental, tiveram expansão de carga horária, posteriormente totalizando 144 unidades escolares. A secretaria implantou o programa Novo Futuro que visava à ampliação do tempo escolar com qualidade para atender estudantes do Ensino Médio na perspectiva da formação de um cidadão livre, solidário e qualificado em acordo com o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº. 9.394/1996).

Segundo a Seduc, o programa Novo Futuro contemplava 22 unidades escolares estaduais e era responsável por estruturar os CEPIs. Os Centros de Ensino em Período Integral foram criados através da Lei 17.920/2012 e estão pautados em um modelo pedagógico diferenciado, baseado em várias experiências de sucesso no país. No Ensino Médio, houve a ampliação do tempo de permanência dos estudantes, na escola. Isso teve início em 2013, quando 15 unidades se adequaram ao Programa Novo Futuro, uma proposta pedagógica de educação integral, que visa uma formação multidimensional, na qual o desenvolvimento de competências sócioemocionais torna-se tão relevante quanto à dimensão cognitiva.

Ressalta-se que as escolas de Ensino Médio necessitam de um olhar mais crítico por parte das autoridades competentes e de todos os autores envolvidos no processo, para se tornarem integrais. Deve-se ater que, para que esse projeto tenha êxito e seja oferecido pelas unidades, deve-se proporcionar um atendimento com qualidade e humanidade. Não basta apenas inserir uma ação como essa para atingir as metas preestabelecidas pelo sistema, mas sim, se preocupar com a qualidade dessa ação e o desenvolvimento de todos os alunos que ali estão inseridos.

Segundo a Seduc atualmente o Estado de Goiás possui 203 CEPIs, sendo que 142 ofertam o Ensino Fundamental, 48 ofertam o Ensino Médio e 13 ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cada ano que passa o número de escolas em período integral é ampliado. Conforme o portal do MEC e a Política de Fomento há Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação que visa injetar até 2020 mais recursos financeiros para a implantação de escola em tempo integral. Isso, em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que estabelece que:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...]
§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996, p. 34).

Compreende-se que para garantir o acesso democrático, a permanência dos alunos e a qualidade que a educação em tempo integral requer, há necessidade de financiamento adequado e cooperação entre os órgãos municipais, estaduais e da União. A implantação de escola em regime integral requer recursos materiais e humanos, além de continuidade ao longo do tempo. A educação em tempo integral demanda recursos financeiros, administrativos e humanos, através da aplicabilidade,

disponibilidade e preparação dos profissionais para atender, com excelência, os alunos, pais e comunidade em geral.

O Estado de Goiás tem parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a Seduc juntamente com o grupo gestor acompanha o programa para proporcionar aos jovens estudantes goianos, mais uma oportunidade para seu desenvolvimento social, econômico e, investimento, na sua formação profissional.

O Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Além disso, visa ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos financiados pelo Governo Federal são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais.

As iniciativas e políticas governamentais a cerca da Educação de Goiás durante o período (2010-2016), trouxeram momentos de euforia e exaustão para seus envolvidos que vivenciaram a cada decisão ou implantação de políticas públicas educacionais. As intensas cobranças se deram com o intuito de alcançar os índices nacionais esperados, o que provocou muita centralização nas tomadas de decisão. Compreende-se que os avanços e retrocessos na educação e na gestão escolar democrática de Goiás, foram pontuais e contribuíram de alguma forma, para o desânimo por parte dos educadores e gestores do Estado, e afetaram, diretamente, o processo democrático, nos aspectos social, econômicos e culturais da sociedade goiana.

CAPÍTULO III – GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Aborda-se, neste capítulo, o modelo de gestão da Escola Municipal Adelino Ariane do município de Aparecida de Goiânia, no período de 2010 a 2016, bem como as práticas educativas constitutivas pelo grupo gestor, a fim de verificar os avanços e problemas vivenciados pela instituição nesse período. Tem por propósito, também, compreender as mudanças que a gestão proporciona na postura e cultura dos sujeitos pertencentes e atuantes, na comunidade escolar.

Com os desafios lançados e com a implantação dos mecanismos da redemocratização da gestão escolar, instituídos pela legislação educacional brasileira, apontamos no decorrer do capítulo os principais instrumentos que permitem a participação de colaboradores na tomada de decisão e na gestão escolar; assim como os possíveis desafios frente à gestão escolar, levando-se em conta, especificamente, o caso da Escola Adelino Ariane.

Busca-se compreender o funcionamento desta unidade escolar e sua proposta de gestão escolar, a fim de possibilitar a visão esclarecedora de redemocratização e o direcionamento das ações educativas por via da participação dos agentes envolvidos em favor das melhorias no trabalho articulado e no desenvolvimento da instituição. Será exposta a transição organizacional no âmbito escolar desta instituição, analisando alguns apontamentos destacados no seu contexto sócio-político e educacional, bem como sua experiência de gestão democrática no período recortado, neste estudo.

Procura-se apresentar a identidade da escola Adelino Ariane, sua comunidade escolar e administração, sublinhando as intervenções e eleições para gestores, os resultados da gestão participativa democrática, seus desafios e realizações. A análise se centra no processo de gestão da escola, objeto deste estudo, respaldada no seu Projeto Político Pedagógico (2014 – 2016), no Regimento Escolar (2015), na Lei Municipal nº 2861/09 e nas Diretrizes Gerais (2015/2016) da Educação do Município de Aparecida de Goiânia.

3.1- Apresentações da identidade da Escola e da comunidade escolar

A escola Adelino Ariane tem como missão, segundo seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016, formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de se integrar, como sujeitos que podem modificar o meio em que vive, na atual sociedade. O intuito é conscientizar o aluno de que a educação deve ser prioridade na vida de qualquer pessoa, pois, é através dela que nos tornamos capazes de ter uma vida social dentro dos padrões e normas sugeridas pela sociedade, educando-se para vida.

Figura 2, 3 - Escola Municipal Adelino Ariane



Fonte: própria - 2019

A construção da unidade escolar deu-se no primeiro semestre de 1992, a obra foi custeada com recursos próprios do Tesouro Municipal na administração do então Prefeito Sebastião Lemes Viana e da Secretária de Educação Diva Dalva Alves. Acredita-se que o período foi de muitas dificuldades financeiras tanto para o Estado de Goiás como para o Município de Aparecida de Goiânia para custear e concluir a construção da escola. Na ocasião, o país vivenciava o processo de *impeachment* de Fernando Collor, fato esse, considerado o primeiro do Brasil e da América Latina.

O Brasil passou quase três décadas sem escolher o presidente da República, os brasileiros reconquistaram esse direito, exercido em 1989. Nessa eleição Fernando Collor de Melo derrotou Luiz Inácio Lula da Silva por uma pequena diferença de votos. O candidato conquistou a maioria dos votos, apresentando-se como um político que se preocupava em modernizar o país, mostrando a necessidade de privatizar algumas empresas estatais, combater o monopólio e abrir portas para a concorrência internacional.

Em dezesseis de março de 1990, após a sua posse, autoridades econômicas do governo anunciaram o *Plano Collor*, que teve um grande impacto social, por exemplo, o bloqueio de contas e aplicações bancárias, cerca de 80% do dinheiro que circulava no país foi confiscado, inclusive o das cadernetas de poupança, a troca da moeda vigente, o cruzado, pelo restabelecimento do cruzeiro, dentre outros.

Depois de dois anos de mandato Collor, Arruda (1996) ressalta que entre as ineficazes medidas econômicas de impacto, o presidente foi denunciado por corrupção contra a cúpula do governo. As denúncias se repercutiram na imprensa e mídia do país, o que levou o governo a criar uma comissão para investigar as denúncias. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apurou as irregularidades. Ocorreram no período, várias manifestações, a população exigia o *impeachment* de Collor. Ao final da apuração dos processos pela CPI, o *impeachment* contra o presidente foi aprovado e transcorreu em setembro de 1992, e em outubro assumiu a presidência o vice-presidente Itamar Franco.

A implantação da escola Adelino Ariane ocorreu no final da gestão do governo Fernando Collor de Melo (1990 - 1992), na presidência, e de Iris Rezende Machado (1991-1994), no governo do Estado de Goiás, na época. Segundo o PPP (2016) da escola, a conclusão da obra inaugurada aconteceu, no dia 06 de junho do mesmo

ano. A unidade de ensino foi construída de placas¹⁰ onde possibilitou uma execução mais rápida da obra. Compreende-se que a infraestrutura da escola, mesmo recém-construída, não era adequada, pois as salas de aulas de placa esquentam muito e não isola o barulho, atrapalhando assim o desenvolvimento da aprendizagem e a realização das aulas e das ações pedagógicas.

Na conclusão da obra a unidade escolar, iniciou as aulas com quatro turmas no período matutino e uma pré-alfabetização no período vespertino. O primeiro dia de aula aconteceu em 5 de agosto do mesmo ano (1992). Esse início dos trabalhos na escola foi muito difícil, a instituição não recebia nenhuma verba do Governo Federal, todo material pedagógico, de limpeza e alimentação eram fornecidos pela Secretaria de Educação. Mediante a situação da época, não havia nenhum espaço coberto para as aulas de educação física e/ou recreação e nem como propiciar um ambiente agradável e adequado aos discentes e à equipe escolar.

Figura 4 - Escola Municipal Adelino Ariane



Fonte: própria - 2019

O nome dado à instituição, Adelino Ariane, foi uma sugestão dada pelo Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia, Sebastião Viana, em homenagem ao Sr^o Adelino Ariane, um taxista morador do bairro e pioneiro da cidade. O taxista foi o doador de uma quadra da sua terra para a construção da escola (PPP, 2016).

¹⁰ Placas de cimento pré-moldadas.

Figura 5 – Foto do Senhor Adelino Ariane



Fonte: foto consta nos arquivos da escola (2016)

A escola está localizada na Avenida Odorico Nery Qd. 43, SN, Vila Maria, no Município de Goiânia Aparecida de Goiânia (ver em anexo o mapa de localização). A construção da Escola foi de grande importância para comunidade local, pois atendeu a luta e os anseios dos moradores. O setor necessitava de uma escola para atender as crianças, visto que muitas delas se encontravam em situação de risco, vulnerável à violência urbana e doméstica.

Figura 6 - Mapa de localização



Vila Maria
Aparecida de Goiânia - GO

Fonte: Google Maps (2018)

A comunidade escolar pertencia a extratos sociais com baixa renda, ou seja, era uma população muito carente e, em grande parte, vinha de outros Estados. Politicamente, era uma comunidade que cobrava melhorias e mudanças dos governantes locais, porém não tinha tempo para participar da educação escolar ou acompanhar o processo de aprendizagem dos filhos. Os responsáveis justificavam que precisavam trabalhar para sustentar a família, esta era uma situação real e desafiadora para equipe escolar.

[...] tende-se a considerar e a atribuir à escola tudo aquilo que é educativo; a escola tem que absorver todas as funções educativas que antes eram desenvolvidas fora da escola, já que hoje há uma tendência a esperar que as mesmas sejam desenvolvidas dentro da escola. [...] A função educativa que antes se acreditava ser própria da família agora passa a assumir a forma escolar. Também se advoga o alargamento da escola no sentido horizontal, ou seja, a expansão do tempo de permanência nas escolas. Está em ordem do dia a defesa da jornada de tempo integral, 8 horas por dia (SAVIANI, 1994, p. 154).

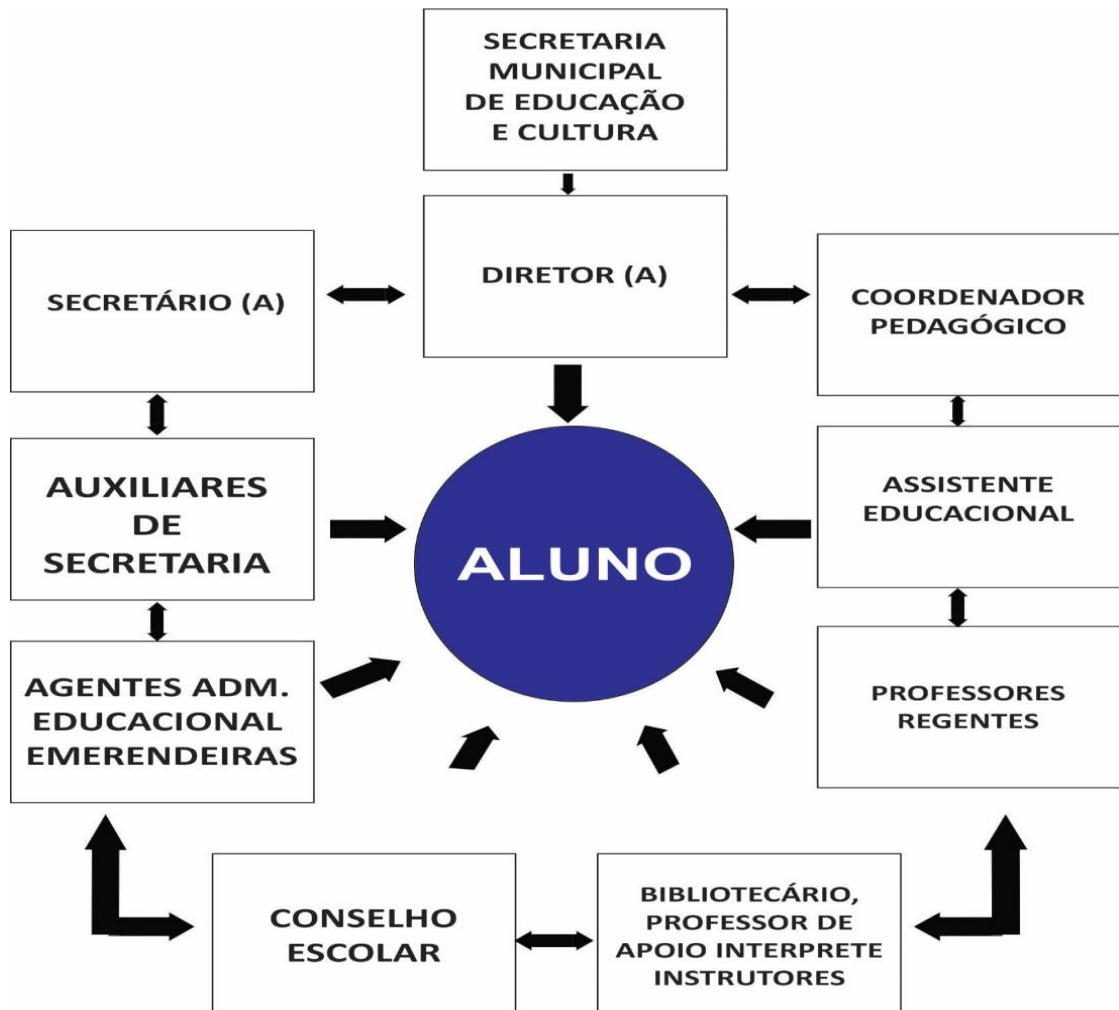
O objetivo da escola em pauta, se prima na construção de uma escola cidadã e de qualidade social, menos burocrática, mais inclusiva, humanizada, politizada, envolvida e comprometida com interesses e necessidades de toda comunidade (PPP 2016). Neste aspecto, busca-se por propostas educacionais que visem oportunizar ao educando a ampliar sua visão de mundo, a compreender a complexidade da realidade, a aprimorar sua capacidade de transformar e a ampliar, significativamente, sua inserção no espaço social.

Como já colocado no capítulo anterior dessa dissertação, a educação inclusiva é um direito assegurado e garantido pela Constituição Federal (CF) de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, entre outras instâncias. Segundo seu PPP (2016), na escola Adelino Ariane as crianças participam das aulas e de tudo que lhes é proposto, são acompanhadas pela professora de apoio, que executa adequações curriculares junto aos alunos que necessitam de assistência especial, estando sempre em consonância ao conteúdo desenvolvido pela professora. No entanto, paradoxalmente, os alunos com necessidades especiais como: Transtorno do Déficit de Hiperatividade (TDHA), Transtorno de Déficit de Atenção (TDA), não tinham direito a professor (a) de apoio. A SME informava que esses discentes, mesmo com a necessidade comprovada por laudo, o discente não tinham direito a professor(a) de apoio, mesmo com suas individualidades e necessidades especiais, ficando assim, a professora regente

responsável pelos cuidados e o aprendizado do aluno.

Esta Unidade Escolar tem como foco o aluno e sua aprendizagem, a organização do trabalho pedagógico acontece mediante a rotina diária com a educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental. Desenvolve as seguintes atividades: acolhida, roda de conversa, hora da história, leitura dos cartazes da sala (calendário, combinados, chamadinha, quantos somos e outros), atividades dirigida e sistematizada, lanche e recreio, músicas, brincadeiras cantadas, vídeos, jogos, hora do brinquedo (dentro e fora da sala de aula). A rotina do ensino fundamental tem uma mudança, na aplicabilidade dos conteúdos curriculares e atividades propostas.

Figura 7 - Organograma da escola



Fonte: PPP 2016, p.10-11.

O trabalho administrativo tem como proposta, como consta no PPP (2016), a troca de experiências entre outros representantes administrativos com o objetivo de enriquecer e facilitar o trabalho da secretaria, intensificar a comunicação dos turnos por meio de um mural, contendo as decisões tomadas coletivamente, os ofícios e encaminhamentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Tem por meta realizar o levantamento dos bens patrimoniais e materiais pedagógicos da escola, atualizando o inventário de tudo que dispõe na unidade escolar. E, também é ofício dos funcionários administrativos manter o balanço do controle dos estoques e planejar as comprar dos materiais que estiverem acabando.

Em 2001 os órgãos competentes já haviam ampliado a escola com mais três salas de aula e, com isso, a instituição ofereceu a 2ª fase do ensino fundamental, 6º ao 9º ano, pois a demanda era grande, e a escola era a única do bairro. Então, devido à quantidade de alunos a escola também trabalhou com o turno intermediário. Nesse período, a escola chegou a ter 21 turmas, funcionando com quatro turnos, sendo: matutino da 7:00 às 10:00 horas, intermediário das 10:00 às 14:00, vespertino das 14:00 às 17:00 horas e alfabetização solidária, no noturno, das 19:00 às 22:00 horas. Acredita-se que foi um período de muitas dificuldades para comunidade escolar tanto na instância administrativa, pedagógica e financeira, pois, era uma escola pequena para atender tamanha demanda em horários tão restritos.

Figura 8 – Ampliação de mais um pavilhão na Escola



Fonte: própria (2019)

Em janeiro de 2005, José Macedo de Araújo assumiu a prefeitura e nomeou a

professora Adriana Borges como Secretária Municipal da Educação. Em 2006, com a retirada do turno intermediário, houve alterações na escola e no quadro de pessoal. Na época, a escola contava com seis salas de aula, secretaria/direção, coordenação, sala dos professores, banheiro masculino e feminino, banheiro de funcionários e cozinha.

No ano de 2010, a escola passou por uma reforma e ampliação e, atualmente, conta com 10 salas de aulas, pátio coberto, quadra aberta, laboratório de informática, biblioteca e dois depósitos (PPP, 2016).

Figura 9, 10 – Ampliação da Unidade Escolar



Fonte: própria (2019)

O funcionamento desta Unidade Escolar passou por transformações, no decorrer dos anos e de acordo com o PPP (2016) a comunidade escolar tornou-se

mais participativa. A situação financeira das famílias melhorou. A escola já tinha os processos administrativos e financeiros regulamentados, as verbas relacionadas à merenda eram enviadas para a escola pelos órgãos competentes e Governo Federal.

A unidade de ensino recebe recursos federais: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), divididos em duas parcelas que, geralmente, são recebidas em julho e dezembro do ano corrente. A verba é utilizada para aquisição de materiais pedagógicos e de expediente necessários, a fim de melhorar a qualidade do ensino, garantir o bom índice de aprovação e otimizar a rotina escolar.

O Programa Nacional de Alimentação da Pré-escola (PNAP) envia recursos destinados à merenda dos alunos do Agrupamento V educação infantil, (R\$ 0,50 por aluno) e o recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para merenda escolar dos alunos do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (R\$ 0,30 por aluno). Os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o ano em exercício dos programas PDDE, PNAE e Mais Educação são baseados nos dados do Censo do ano anterior. O FNDE está vinculado ao Ministério da Educação e tem como objetivo a execução de políticas educacionais do Ministério da Educação. O FNDE foi criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, lei alterada pelo decreto de Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969.

A Escola possui um caixa escolar que é composto por um grupo de representantes de cada seguimento da escola, composto pela direção, docentes, pais entre outros, que são responsáveis por fiscalizar e acompanhar os recursos financeiros recebidos pela escola e sua execução mediante as ações e pagamentos de equipamentos, materiais de expediente administrativo e pedagógico.

A escola disponibiliza, também, de um Conselho Escolar, segundo as Diretrizes Gerais (2016, p. 52) o Conselho estabelece que:

a primeira ação deve ser a elaboração do Regimento Interno desse Conselho, este definirá ações importantes, como calendário de reuniões, substituição de conselheiros, condições de participação do suplente, processos de tomada de decisões, indicação das funções do Conselho, dentre outros. Em um segundo momento, deve se trabalhar para a elaboração, discussão e aprovação do PPP da escola, as escolas que já possuem o PPP, cabe ao Conselho Escolar avaliá-lo, propor alterações, se for o caso, e implementá-lo.

Em ambos os casos, o Conselho Escolar tem um importante papel no debate sobre os principais problemas da Unidade de Ensino e suas possíveis soluções. As Diretrizes Gerais (2016) ressaltam que os conselhos escolares devem se reunir com periodicidade. São sugeridas reuniões mensais, com uma pauta previamente divulgada para os membros, para que possam discutir e definir as ações do Conselho em prol da escola. Após cada reunião, os conselheiros devem convocar os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas e levantar novas demandas para as reuniões seguintes.

Entende-se que o planejamento financeiro de uma escola, quando elaborado e executado em consonância com seu Projeto Político Pedagógico, visando o sucesso da aprendizagem dos alunos, tem mais possibilidades de alcançar resultados positivos, que satisfaçam toda a comunidade escolar. Segundo Perrenoud (2000, p.103):

[...] administrar os recursos de uma escola é fazer escolhas, ou seja, é tomar decisões coletivamente. Na ausência de projeto comum, uma coletividade utiliza os recursos que tem, esforçando-se, sobretudo, para preservar uma certa equidade na repartição dos recursos. Por essa razão, se não posta a serviço de um projeto que proponha prioridades, a administração descentralizada dos recursos pode, sem benefício visível, criar tensões difíceis de vivenciar, com sentimentos de arbitrariedade ou de injustiça pouco propícios à cooperação.

Os profissionais da escola são, em sua totalidade, efetivos e capacitados de acordo com sua área de atuação. A escola em 2016 funcionava nos períodos matutino e vespertino, sendo que no matutino são atendidos os alunos do 1º ao 5º ano, onde estão matriculados 155 discentes e no período vespertino atendiam-se alunos do Agrupamento IV até o 5º ano, com 179 matriculados, até o presente momento, os docentes são distribuídos na série/ano, conforme a necessidade da escola. Segue abaixo a tabela de estruturação dos turnos da instituição.

Tabela 1- Estruturação dos Turnos da Escola Adelino Ariane

MATUTINO – 155 ALUNOS	
1º ano A	28 alunos
2º ano A	27 alunos
3º ano A	24 alunos
4º ano A	32 alunos
5º ano A	23 alunos
5º ano B	21 alunos
VESPERTINO – 179 ALUNOS	
Agrupamento V	25 alunos
1º ano B	29 alunos
2º ano B	25 alunos
3º ano B	24 alunos
3º ano C	16 alunos
4º ano B	20 alunos
4º ano C	20 alunos
5º ano C	21 alunos

Fonte: PPP, p.9, 2016.

Em dezembro de 2015 a comunidade escolar recebeu mais um benefício, o prefeito Maguito Vilela e o secretário de Educação Domingos Pereira, entregaram para comunidade do setor Vila Maria e Escola Municipal Adelino Ariane a quadra coberta poliesportiva. A inauguração da quadra coberta foi realizada, na própria escola, com a presença da comunidade escolar e local.

Foram investidos na construção da quadra coberta, segundo o site da cidade de Aparecida de Goiânia, cerca de R\$ 850 mil recursos do Governo Federal com contrapartida do município. O prefeito da cidade de Aparecida de Goiânia Maguito Vilela em seu discurso abordou que:

nosso objetivo é dar condições para que as crianças possam realizar atividades físicas sem sol e chuva, além de melhorar a qualidade do ensino. Para isso é preciso investir na educação como estamos fazendo. Muita coisa pode ser feita aqui neste espaço, pelos alunos e pela comunidade (VILELA, 2015).

Figura 11 - Inauguração da Quadra Poliesportiva Coberta



Fonte: aparecida.go.gov.br (2015)
Foto: Valdir Antunes – Secom

Figura 12- Quadra Coberta



Fonte: própria (2019)

Figura 13 – Quadra coberta



Fonte: própria (2019)

A gestora da escola, Deborah Lemes Soares, que atuava no ano da entrega e a partir da inauguração da quadra coberta ressaltou que “este é um espaço de convivência para nossos alunos, mas também para a comunidade. A educação se completa com o esporte, por isso muito tem sido feito ao longo dessa administração para melhorar a educação”. A Escola neste ano, atendia 320 alunos do Jardim de Infância até o 5º ano, além de 120 alunos do Programa Mais Educação, o evento aconteceu com apresentações artísticas dos alunos da unidade e comunidade local.

O secretário de Educação da época, Domingos Pereira, destacou que as quadras cobertas são espaços públicos da comunidade, por isso, todos são responsáveis pela preservação do lugar. “Este espaço é para atender os alunos e também os moradores. Aqui poderão ser realizados casamentos, aniversários, reuniões da associação de moradores e muitas outras atividades da comunidade”, reiterou o secretário. Após a sua inauguração, a quadra era diariamente utilizada pelos discentes, nas aulas de educação física, gincanas, recreação e festas culturais. No período que não havia aulas, nos finais de semana e feriados era cedida para eventos sociais e para comunidade local.

Considera-se mediante ao PPP (2016), que atualmente a comunidade encontra-se envolvida no processo educacional, coopera com a escola e contribui no ensino aprendizagem das crianças. A escola estabelece condições de comunicação bem próxima com a comunidade em geral, através de reuniões pedagógicas e conselhos de classe bimestrais. Avisos e informativos são enviados aos pais e/ou responsáveis, diariamente, no portão da escola durante a entrada e saída dos discentes. Eventos são planejados (ver planilha de ações e eventos em anexo) considerando as normatizações do PPP e realizados pela escola para a comunidade escolar. Compreende-se que, para promover um ambiente democrático, é preciso romper com uma série de práticas caracterizadas pela hierarquia de poderes do sistema de ensino.

3.2- Análises do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e documentos da Unidade Escolar.

As ações pedagógicas da escola Adelino Ariane são regidas por normas expressas, no Regimento Interno, que prevê as funções e atribuições de cada segmento existente na instituição. Visando à qualidade social do ensino, o Projeto

Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que contribui e garante a efetivação da gestão democrática, bem como da organização e cumprimento das ações pedagógicas, proporcionando certa “autonomia” e identidade própria da escola.

Compreende-se que o PPP é uma referência norteadora do trabalho pedagógico e administrativo da escola, elaborado e reformulado anualmente com a participação de todos os envolvidos, no processo educacional da escola. Deve estar sempre ao alcance de toda comunidade escolar e demais pessoas interessadas em conhecer a dinâmica de ensino da escola. Entretanto, quando esse projeto é elaborado somente pela gestão escolar ele perde a sua finalidade e exclui todos os componentes da instituição de um dos processos mais democráticos. Seu engavetamento, também, é um dos problemas, pois o grupo se distancia do que foi proposto como as metas a serem cumpridas, no decorrer do ano letivo.

A Escola Adelino Ariane, reafirma em seu PPP (2016) que planeja suas ações políticas pedagógicas, visando oportunizar a formação crítica e consciente dos alunos, no contexto social. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos, bem como seu preparo para exercer sua cidadania e o desenvolvimento de sua capacidade de compreender, criticamente, a realidade social, aonde cada um vai se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento.

Segundo o Regimento Escolar da escola Adelino Ariane sobre os princípios da educação, no art. 3º, afirma estar a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, independente do sexo, etnia, cor, situação social e econômica, credo religioso e político e quaisquer preconceitos e discriminações, observando alguns princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- V – garantia do padrão de qualidade, na execução do currículo pleno, assegurado ao aluno ambiente e condições favoráveis ao bom desempenho de suas atividades (REGIMENTO ESCOLAR, 2016, p.5).

Os educadores da escola retratam, em seu PPP (2014, p.8), que consideram “o homem como sujeito que constrói o próprio conhecimento, partindo de interações que estabelecem entre si e com o meio, transformando a sociedade, primando pela igualdade e acesso ao conhecimento construído socialmente”, pautando-se, na perspectiva Vygotskyana. Nesse sentido, Vygotsky (2001) afirma que:

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente (VYGOTSKY, 2001, p. 115).

Através de pressupostos teóricos foram construídas ação e reflexão, idealizando o docente como o mediador entre o objeto de conhecimento e o discente, que recria ou constrói o conhecimento, sendo visto como alguém com experiências que realizam esforços para compreender, internalizar e interagir com a cultura social.

Na concepção de infância foi apresentada a importância em conhecer a história da educação escolar e o seu desenvolvimento, sendo o professor mediador e interventor no processo de aquisição do conhecimento. Observa-se, no PPP (2016), que todos os envolvidos no processo educacional compreendem que a teoria e prática são unânimes para aquisição do conhecimento, tanto no nível formal como no convívio familiar, até mesmo antes de ir à escola para vir a ser formado e integrado socialmente. Dá-se importância ao conhecimento prévio do educando, de forma a dinamizar e orientar as atividades inerentes ao processo educacional, buscando acompanhar a evolução da criança e atendendo suas necessidades no desenvolvimento de suas potencialidades.

A Escola Adelino Ariane aponta no regimento escolar art. 4º que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e o desenvolvimento de sua capacidade de compreender criticamente a realidade social, aonde cada um vai se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento, respeitando-se as especificidades das seguintes modalidades de ensino:

- I – a Educação Infantil - Agrupamento V, tem por finalidade atender crianças de 5 anos, proporcionando-lhe o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, emocional, cognitivo, linguístico, cultural e social, completando a ação da família e da comunidade; proporcionar também condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral, ético e social.
- II – Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – tem por objetivo garantir ao educando a apropriação de conhecimentos básicos (domínio de leitura, da escrita e do cálculo), sistematizados e significativos, num processo de ampliação da sua capacidade de elaboração, compreensão da realidade, tendo em vista a formação de atitudes e valores (REGIMENTO ESCOLAR, 2014, p. 6).

A saída da Educação Infantil e a entrada no Ensino Fundamental marcam uma passagem importante na vida das crianças. Nesse período, os alunos conhecem os novos professores e colegas, e muitos deles, também, precisam se adaptar a uma nova escola. Para alguns essa mudança pode ser traumática. O professor e o coordenador necessitam compreender esse período de transição e desenvolver metodologias para minimizar esse sofrimento e, assim, contribuir para que todas essas novidades se encaminhem de maneira natural e bem-sucedida, não apenas com os alunos, mas também, com as famílias.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado através da Lei nº 8.069, de 1990, e garante às crianças e adolescentes oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, em condições de liberdade e dignidade. A infância e a adolescência ficaram mais respaldadas, pois como ressalta o Estatuto, devemos assegurar através das nossas ações como cidadãos os direitos das nossas crianças como aponta o Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

Mesmo diante do que foi proposto no ECA, ainda se encontra dificuldades para sua efetivação, visto que muitas crianças e adolescentes se encontram desprovidos de recursos, por falta de políticas públicas e fiscalização dessas ações governamentais que iniciam projetos, mas logo estes ficam descaracterizados ou se perdem em suas propostas e finalidades.

No primeiro ano de escolarização segundo o PPP (2016) a criança começa a ter uma rotina de alfabetização e avaliação dos processos de aquisição da linguagem realizada, constantemente, através de brincadeiras no seu espaço de aprendizagem. Desta feita, o tempo torna-se diminuído e a hora de estudar ganha mais importância. A transição de uma etapa de ensino para a outra sempre envolve muitos fatores: novos colegas, mais matérias, conteúdos mais avançados, outros professores. Contudo, a mudança do ensino infantil para os anos iniciais do ensino fundamental tende a ser mais traumática para as nossas crianças.

Na escola, valoriza-se as experiências comuns com o objetivo de tornar a

escola um verdadeiro ambiente de transformação, propiciando uma maior compreensão e aprendizagem por parte dos alunos, potencializando sua autoestima e possibilitando a aquisição de conhecimentos e habilidades que lhes proporcionem igualdade de oportunidades, com os alunos escolarizados em condições mais favoráveis de aprendizagem.

É constituído de acordo com o Regimento Escolar no art. 35, ao corpo docente em exercício na Unidade Escolar, devidamente registrados ou autorizados, integrantes do quadro de Pessoal do Município, admitidos de acordo com a legislação vigente. O art. 36 estabelece algumas atribuições do Corpo Docente:

II – conhecer e cumprir o Regimento Escolar, o Calendário Escolar, a Diretrizes Curricular, o Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento da Escola, as Diretrizes Gerais de Organização e Funcionamento da Rede Municipal de Ensino e demais normas e instruções em vigor;

III – participar de reuniões pedagógicas, planejamento coletivo e outras convocações;

IV – elaborar e reelaborar, quando necessário, os planos de ensino de sua competência, juntamente com a Coordenação Pedagógica;

VII – utilizar estratégias adequadas, variando métodos e técnicas de ensino, de acordo com o alunado e o conteúdo a ser ministrado, para alcançar os objetivos propostos (REGIMENTO ESCOLAR, 2014, p. 19).

A Avaliação da aprendizagem escolar que é realizada, na escola Adelino Ariane, acontece de maneira contínua, permitindo aos alunos e professores da escola refletir sobre o que é aprendido. As dificuldades de interiorização dos conteúdos conceituais, as eficiências e deficiências das ações procedimentais retomadas, para que, a partir de situações concretas e coletivas, o projeto pedagógico redirecione e se reorganize, permitindo que o aluno desenvolva a aprendizagem integral, como um instrumento social e de comunicação humana.

Nesse processo, os docentes juntamente com a coordenação pedagógica, verificam e acompanham o desenvolvimento do aluno, considerando elementos definidos no plano como: objetivos, conteúdos e procedimentos diagnósticos. Caso não haja avanço, cabem ao professor e a coordenação refletir e encontrar soluções para a superação das dificuldades e fazer intervenções quanto aos procedimentos, estratégias e metodologias dos processos avaliativos.

Como ressalta a LDB nº 9394/96 e, com base nestes pressupostos, o corpo docente faz uso de diversos instrumentos avaliativos com critérios definidos no grupo, no decorrer do bimestre sendo eles: trabalhos dirigidos, simulados, provas,

relatórios descritivos, diagnósticos de leitura e escrita, com o objetivo principal de acompanhar e intervir pedagogicamente no processo de construção do conhecimento de cada educando.

A recuperação também é contínua e processual. Está centrada na observação do desempenho dos alunos, os quais não devem ser comparados entre si, mas individualmente ou em grupo, conforme as aquisições, trabalhos realizados e projeto de ensino. É através do acervo de produções do aluno, que se tem o quadro representativo dos conteúdos por eles apropriados.

A respeito da formação docente, consta no PPP (2016) que a formação teórica e prática do professor podem contribuir para melhorar a qualidade do ensino, visto que, são as transformações sociais que irão gerar transformações no ensino. A priori é impossível falar em qualidade de ensino sem falar na formação do professor, pois, estas questões estão intimamente ligadas.

Durante o momento de formação, os educadores têm um espaço para estudos e reflexões das práticas pedagógicas que acontecem em duas sextas-feiras do mês (ver Planilha de formação em anexo), quando a equipe escolhe o tema a ser trabalhado e ministrado pelos próprios professores, coordenação, direção e/ou convidados liberados pela SME. Nóvoa (2002, p. 23) diz que:

“O aprender contínuo é essencial se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.” Para esse estudioso português, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise.

Os professores dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental participam do PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, programa Federal que visa a melhoraria da qualidade do ensino e aprendizagem, no país. O grupo docente considera importante a formação continuada e, também, o convite de outros profissionais e estudiosos para contribuírem e participarem destes momentos de formação.

A escola Adelino Ariane tem como referência para trabalhar em sala de aula a Matriz Curricular (1º ao 5º), como consta na tabela abaixo.

Tabela 2 – Matriz Curricular

Base Nacional comum	Componentes Curriculares	1º ao 5º ano
	Língua Portuguesa Matemática Geografia História Ciências Arte Educação Física	960 horas
Parte Diversificada	Ensino Religioso Informática	

Fonte: Matriz Curricular, 2016.

Constam ainda algumas observações a cerca da matriz curricular (2016) e sua aplicabilidade, nas séries iniciais, sem ultrapassar o 5º ano, a jornada é de 4 (quatro) horas e 15 (quinze) minutos de efetivo trabalho na sala de aula, os componentes curriculares, do 1º ao 5º ano, serão ministrados sob forma de atividades, a matriz curricular proposta, completa. O ano letivo tem 200 (duzentos) dias letivos, 20 (vinte) horas semanais, hora/aula de 50 (cinquenta) minutos, do 1º ao 5º ano nas 3 (três) primeiras aulas e 45 (quarenta e cinco) minutos nas 2 duas últimas aulas, 960 (novecentos e sessenta) horas /aulas. No 1º ao 5º ano, as disciplinas de Arte e Educação Física são componentes curriculares obrigatórios em todos os anos (art.26, da Lei 9394/96);

Além de trabalhar as disciplinas da matriz curricular, os educadores trabalham, também com a Literatura de Goiás, escrita por escritores e poetas do Estado. Salienta-se a importância de os alunos terem contato com as produções literárias de autores goianos, especificadamente, a de Cora Coralina e Bernardo Elis, sem descartar outros escritores em Goiás. Ao relacionar os conhecimentos dos patrimônios históricos da nossa região que são muitos, os professores abordam literaturas que retratam o contexto histórico das Cidades de Aparecida de Goiânia, Goiás e Pirenópolis, dentre outras.

Trabalha-se de maneira interdisciplinar os conteúdos como parte do currículo, assim como ressalta o PPP (2016), entremeando os estudos da história e cultura afro-brasileira, e, também, indígenas, numa atitude híbrida de formação e

construção do conhecimento. São trabalhados de forma interdisciplinar, a história da África e dos africanos, a escravidão, no Brasil: formas e tipos diversos, a luta dos negros no Brasil, uma história de resistências, o abolicionismo, a luta pela liberdade, a cultura negra e a sua influência no Brasil, e, principalmente, o negro na formação da sociedade nacional. Na cultura Indígena aborda-se a presença do homem no continente americano, o contato entre os europeus e os indígenas, escambo e escravidão nos primeiros anos de colonização, a cultura indígena e a sua influência na formação da sociedade nacional e as contribuições dos povos indígenas nas diversidades cultural e linguística, além de outras benesses tais como a preservação dos bens naturais de nossa nação.

Sobre o Conselho de Classe, o Regimento Escolar (2014) estabelece em seu art. 40 que é um colegiado de natureza deliberativa e consultiva, em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo acompanhar o processo ensino e aprendizagem, quanto a seus diversos aspectos e em todos os níveis. Em seu parágrafo único aborda que o conselho de classe é soberano em suas decisões e obrigações, e em cada bimestre letivo será composto pelo Diretor/a, Secretário/a, professores/as, Coordenação Pedagógica, representante dos alunos, dos pais ou responsáveis e dos demais agentes educativos.

A escola desenvolvia, no período deste estudo, vários projetos e programas ao longo do ano letivo, com intuito de proporcionar oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento cognitivo e intelectual aos alunos. O programa Mais Educação foi um, dos que fora implantado na instituição em meados de 2005. Este projeto trouxe mais uma oportunidade de desenvolvimento na aprendizagem dos alunos e na ampliação da jornada escolar para 7 horas.

Durante a implantação deste projeto, a escola Adelino Ariane não tinha estrutura e nem espaço adequados para implantação do programa, e teve que se adequar de qualquer maneira para receber a iniciativa. Inicialmente, a rotina dos alunos no período matutino acontecia da seguinte forma: aulas em período normal, depois os alunos voltavam para casa para almoçar e só retornavam para escola no contraturno, no turno vespertino os alunos chegavam à escola por volta da 8 horas da manhã, retornavam para casa e voltavam para escola às 13 horas, quando tinham aula normalmente.

Os alunos participavam das oficinas de letramento e matemática, aulas diversificadas (dança, teatro, esporte, etc.), sob a coordenação do programa Mais

Educação executadas pelos seus monitores. Nos conselhos de classe e reuniões pedagógicas havia muitas reclamações por parte dos professores regentes acerca do barulho que os alunos faziam durante as oficinas, a indisciplina e a falta de realização das atividades de casa eram mais acentuadas, a desorganização e a falta de zelo com os materiais escolares, dentre outras observações.

No ano de 2016, na gestão da professora Debora Lemes, vivenciamos a implantação de uma rotina sem interrupções em que o aluno permanecia na Unidade Escolar (UE) durante 7 horas, e era oferecido aos discentes lanche e almoço. Foi um período de adaptação, muito esforço e trabalho para a equipe escolar. Foi desocupada uma sala ociosa que servia como depósito para criar, nela, um ambiente agradável para a realização das atividades e, também servir como refeitório. A gestora da escola solicitou à SMEC, uma merendeira para executar as refeições dos alunos e os utensílios para servir o almoço. A escola foi atendida em consonância com a necessidade do período.

O programa deixou de desenvolvido, pois a instituição não recebeu mais verba para sua execução e para o pagamento dos monitores. Percebe-se com isso, a falta de continuidade dos programas governamentais. Para que se possa garantir acesso democrático aos alunos e permanência deles com a qualidade de ensino e aprendizagem que a educação integral requer, necessita-se de um financiamento adequado e do envolvimento do Município, do Estado e da União. A implantação e continuidade do programa Mais Educação requeria recursos financeiros, materiais pedagógicos suficientes para a execução das aulas e oficinas e a valorização dos agentes que trabalham no programa, além de espaços adequados para a realização das oficinas. Os responsáveis pela implantação do Programa Mais Educação se preocuparam com a ampliação do tempo, mas não se esqueceram de pensar a estrutura física para o êxito do programa.

Outro projeto de ensino importante foi o de Letramento e Matemática desenvolvido pela escola, através do reagrupamento de alunos de acordo com seu nível de conhecimento. As aulas eram ministradas de maneira atrativa através de jogos pedagógicos, atividades diversificadas, recortes, colagens, produções escritas e leituras de textos contextualizados. As aulas de matemática eram realizadas por meio de levantamento prévio dos conhecimentos matemáticos dos alunos com avaliação diagnóstica e observações diárias. As professoras se revezavam a cada bimestre (projeto em anexo).

Os alunos eram reagrupados a partir do segundo ano de escolaridade e da seguinte maneira: três grupos de acordo com nível de escrita, Grupo 1: Pré – silábico, sem Valor Sonoro e com valor sonoro, Grupo 2: Silábico Alfabético, Grupo 3: Alfabético. O Reforço em letramento e matemática foi utilizado como forma de recuperação contínua e paralela, o mesmo acontecia uma vez na semana, sempre nas quartas feiras, no período das 07h às 9h15 min. no turno matutino, e das 13h às 15h15 min. no turno vespertino.

Como apresenta o PPP (2016, p.8), “o conhecimento aparece como resultado da relação que prepara o aluno para o exercício da cidadania, valorização de habilidades, conhecimentos específicos, atitudes, valores e formas de atuar na sociedade por meio da aprendizagem significativa”. É nessa perspectiva que a concepção de educação é vista como um caminho não linear, mas um emaranhado de relações cognitivas e afetivas, que implica na interação e percepção das diferenças, na busca constante de todos os envolvidos nesta ação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Aparecida de Goiânia, através das Diretrizes Gerais (2016) ainda propõe para as escolas Projetos Institucionais que são projetos criados e desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e suas respectivas Unidades de Ensino durante o ano. Conta, também, com projetos de iniciativas de outras secretarias e demais parceiros como: Calendário Ambiental proporcionado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), Programa Saúde na Escola (PSE)/Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Feira de Ciências, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Projeto Rede da Cidadania/Escola em Ação/Prêmio Betinho/Rede Nacional de Mobilização Social (COEP).

O intuito da SEMEC é o de promover o aperfeiçoamento e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, enfatizando a necessidade do trabalho interdisciplinar e transversal como uma prática constante, respeitando a LDB nº 9.394/96, Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares, entre outras normativas.

Neste contexto educacional, observa-se que os agentes da escola buscam mesmo com as dificuldades cotidianas, alternativas para resolução dos conflitos e tomada de decisão democrática, na qual predomine o diálogo, a participação, a cooperação e a boa relação entre todos da comunidade escolar com intuito de promover uma educação de qualidade.

3.3- Administração: Intervenções e eleições para gestores

Acredita-se que a busca de uma gestão democrática e participativa para a instituição deve ser proporcionada e conquistada a cada dia, mediante a efetivação de novas políticas educacionais, novas formas de trabalho, novas tecnologias e atitudes que se adequam ao mundo globalizado em que vivemos. Os envolvidos no processo devem ser agentes que busquem ser atuantes e participativos nas decisões coletivas do grupo.

A busca da escola Adelino Ariane como aborda o PPP (2016) em realizar um trabalho focado nas relações humanas de cooperação, liberdade de expressão, compartilhando as dificuldades e priorizando a resolução dos problemas em conjunto com a comunidade escolar é notável, pois, a instituição tem passado ao longo de sua trajetória por transições de gestores, que em sua gestão impactaram o desenvolvimento democrático e pedagógico da escola.

A Unidade Escolar segundo PPP (2016), já passou por algumas gestões, como podemos ver no cronograma dos gestores a partir de 1992:

- Agosto/1992 a Dezembro/1992: gestora Ana Cristina Borges
- Janeiro/1993 a Dezembro/2004: gestor Franklin Pereira de Oliveira
- Janeiro/2005 a Dezembro/2010: gestora Fulvia Hosana Mendes
- Janeiro/2011 a Dezembro/2012: gestora Elcivânia B. de Souza Mariano
- Janeiro/2013 a Dezembro/2014: gestora Doralice de França Santos
- Janeiro/2015 a Dezembro/2016: gestora Déborah Lemes de O. Soares
- Janeiro/2017 a Dezembro/2018: gestor Franklin Pereira de Oliveira

A primeira diretora da Unidade Escolar foi à professora Osvaldina, que permaneceu no cargo apenas seis meses. Após esse período, quem assumiu oficialmente a direção foi à professora Ana Cristina Borges juntamente com a Secretária Geral Clarice de Assis Matos que assumiram a gestão da escola no dia primeiro de agosto de 1992 e permaneceram no cargo por apenas cinco meses.

No ano de 1993 elegeu-se uma nova Administração Municipal, tomando posse o prefeito Norberto Teixeira, que nomeou um novo Secretário de Educação Olegário Brasil. O professor Franklin Pereira de Oliveira foi indicado para ser o novo diretor da Unidade Escolar, onde exerceu o cargo por 11 anos, sua gestão foi realizada com muitas dificuldades em todos os âmbitos administrativo, pedagógico,

estrutural e financeiro.

O grupo gestor (diretor e secretária) ficou por cinco anos responsáveis por todas as funções administrativas e pedagógicas desta Unidade Escolar, pois até então a escola não contava com coordenador pedagógico, auxiliar de secretaria e nem assistente educacional. Somente em 1998 houve concurso para estes cargos, o que duplicou o número de funcionários.

No final de 2004 a SME divulga em reunião com os gestores que a partir de 2005 só poderiam ser diretores os educadores que tivessem o curso superior concluído. Com essa resolução o diretor Franklin Oliveira intercedeu perante o vereador da região e indicou a professora Fúlvia Mendes para o cargo de gestora, já que a mesma já havia concluído o curso superior em Pedagogia.

Em Janeiro de 2005 assumiu a direção da escola a professora Fúlvia Hosana Mendes, que ficou no cargo por cinco anos, a gestora não tinha experiência como diretora, mas havia sido coordenadora da instituição, por isso foi mais fácil aprender com diretor anterior Franklin Oliveira. Os recursos financeiros não eram suficientes, foi na implantação do programa Mais Educação que a situação da escola melhorou, tal programa veio para “salvar” a instituição. A gestão foi pautada em ter um bom relacionamento com a Secretaria Municipal de Educação (SME), cumprir as normas delimitadas e entregar os documentos em tempo hábil. Primava em ser realmente amiga e companheira, acompanhava e convivia de perto com a equipe escolar, era como se fosse uma “família”, e tentava ser mais democrática possível.

A comunidade nesta gestão mostrou-se participativa, contudo, era muito carente. A escola tinha muitos alunos matriculados e estes necessitavam muito de apoio. A escola atendia quatro turnos (matutino, vespertino, intermediário), havia muitas turmas repletas de alunos, os professores eram participativos e não havia diferenciação nem privilégios entre os funcionários. O grupo gestor foi responsável por realizar a transferência dos alunos de 6º ao 9º ano para outra escola municipal próxima Eurípedes Menezes.

Em 2009 os educadores do Município de Aparecida conquistam um objetivo democrático que já não se acreditavam que seria possível no município. O prefeito de Aparecida de Goiânia, Luiz Alberto Maguito Vilela, em seu período de gestão (2009 – 2012) sancionou a Lei Nº 2861/2009, que estabeleceu critérios para o processo de eleição de Diretores dos estabelecimentos de ensino da rede Pública Municipal.

Como aborda Celiberti (2005), sabemos que essa é mais uma conquista de luta dos educadores e que será uma experiência de democratização para o sistema educacional do município, mas que por si só não garante um sistema totalmente democrático, pois:

a democracia representativa, a democracia eleitoral, tal como existe, é incapaz de sustentar a democracia como sistema, senão articulada com uma forte participação cidadã e, portanto, com uma democracia participativa que amplie o debate sobre as prioridades e urgências da agenda social e econômica dos cidadãos e cidadãs (CELIBERTI, 2005, p.56).

A Lei nº 2861 de 2009 instituiu normas para a Gestão Democrática nas Unidades Escolares e Centros Municipais de Educação Infantil de do sistema educativo e dão outras providências. Em seu art.14 estabelece que as eleições para direção de unidade escolar e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) fossem realizadas no último dia letivo do mês de novembro, a partir do ano de 2010, e no art. 15 determina que o mandato dos membros da direção fosse de 02 (dois) anos, com início no primeiro dia do semestre letivo subsequente ao do processo eleitoral, permitindo apenas uma recondução consecutiva.

A Escola Municipal Adelino Ariane destaca em seu PPP (2016) que a eleição para diretores das escolas apresenta-se como um passo fundamental para a consolidação dessas conquistas. Busca-se com a participação neste processo, alcançar o objetivo de tornar os agentes envolvidos atuantes e ativos na realização da gestão democrática dentro da unidade escolar.

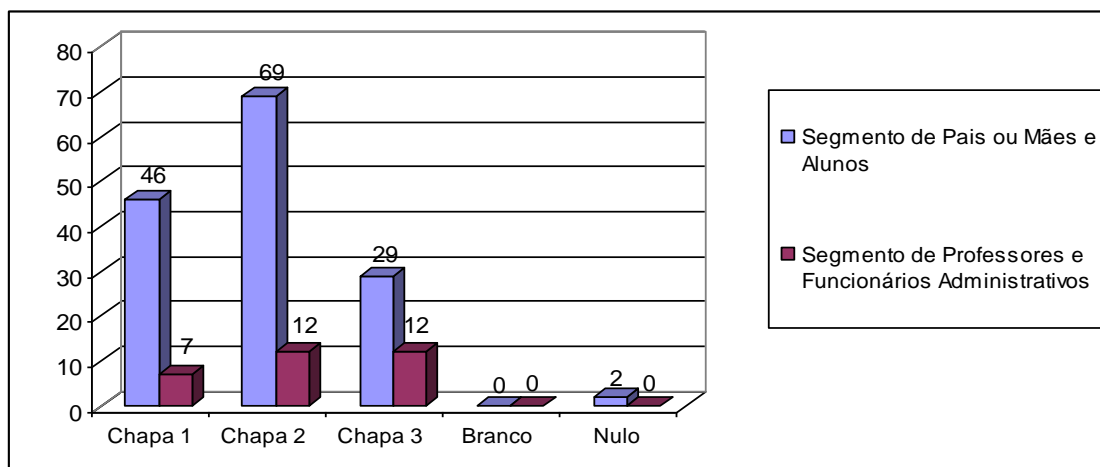
A democratização institucional é necessária para que a prática pedagógica se torne efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo. Por isso, esta investigação sobre a representatividade, retrata bem a postura de concorrências e de competições entre as classes, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.

Sabe-se que muitos são os desafios a serem enfrentados pelo grupo gestor, mas com dedicação, interesse, competência e trabalho coletivo, pode-se continuar acreditando que a escola é um lugar de relacionamento interpessoal que possibilita o respeito às diferenças, independente das indiferenças existentes quanto a esse aspecto. Nessa dinâmica de trabalho considera-se que o grupo gestor só conseguirá êxitos mediante os meios necessários e as situações favoráveis para que isso aconteça, sendo assim, se faz necessário repensar as práticas e cultura da unidade escolar.

Ser gestor de uma escolar pública, hoje, é ter em mente que suas ações não serão tomadas sozinhas, mas em conjunto com todos os que fazem parte da comunidade escolar na qual a instituição está inserida. No entanto, uma vez tomada às decisões de forma compartilhada, é preciso colocá-las em prática. É nessa hora, sobretudo, que o dirigente se torna essencial, pois a ele cabe coordenar e administrar com bases nas aspirações da comunidade escolar (LIBÂNEO, 2004, p. 10).

O primeiro processo democrático na escola Adelino Ariane aconteceu em 2010 no último dia letivo do mês de novembro, e a primeira eleição para gestores foi realizada para o período de 2011 a 2012. O entusiasmo foi tão grande que teve a participação de três chapas, como consta em na Ata de eleições da instituição, foi um pleito muito concorrido, houve uma competição democrática entre os envolvidos. Os votos são computados de forma diferenciada os do segmento de segmento de professores e funcionários administrativos tem mais peso. Veja no gráfico abaixo o resultado da apuração dos votos.

Gráfico 4 - Eleição da equipe das unidades escolares ano de 2010



Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola- 2010, p. 35.

Tabela 3: Pontuação por chapa

Chapas	Pontuação por chapa	Porcentagem das chapas
Chapa 1	99,4	25,98 %
Chapa 2	160,6	41,97%
Chapa 3	120,6	31,52%

Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola- 2010, p. 35.

Sendo assim, a chapa nº 2 com 41,97% dos votos foi eleita

democraticamente, a chapa da professora Elcivânia Barros de Souza Mariano para gestora e a professora Mara Lúcia Barbosa da Silva para secretária. Na instituição vivenciou-se um momento democrático, a comunidade escolar teve a oportunidade de participar do pleito e o direito de escolher a chapa que apresentou um plano de trabalho mais democrático, coerente e adequado à realidade da escola (Atas da apuração das eleições em anexo).

Com a eleição o grupo gestor realizou algumas mudanças, com a proposta de uma gestão democrática, e mais autonomia nas tomadas de decisões. O grupo trabalhou juntamente com a comunidade. Percebe-se mediante as experiências presenciadas na escola, que este período foi o que a comunidade mais participou e se envolveu.

O grupo gestor juntamente com o apoio da equipe e comunidade escolar, tralhava com assistencialismo. Devido à situação precária de muitos alunos a escola era o refúgio dos alunos, a direção oferecia cesta básica e, ainda, deu-se continuidade ao programa Mais Educação (citado no tópico 3.2) para ajudar essas crianças. Realizavam os eventos da escola através de parcerias de fornecedores e lojistas, por meio dessas contribuições conseguiam realizar festas nos dias das crianças, dos professores, das mães e pais, entre outros. Esta gestão não fazia eventos com a participação financeira da comunidade ao contrário realizavam eventos para beneficiar a comunidade.

A comunidade contribuía fazendo pequenos reparos na escola, alguns funcionários tinham dificuldades no trabalho devido à mudança na rotina, o grupo foi conquistado com tempo. Percebe-se que as atividades eram realizadas na escola de forma democrática, toda a comunidade participava de acordo com as suas possibilidades. Entretanto, esta forma de gestão parece não ter agradado os políticos locais, pois não gostaram de perder o controle político para a democracia.

Houve também problemas com a falta de funcionários, o que acabava sobrecarregando o grupo gestor, que ficava muito em sala de aula. Durante esta gestão houve uma greve dos funcionários administrativos e o grupo gestor juntamente com os professores, tiveram que assumir o trabalho administrativo, inclusive fazendo até a merenda dos alunos, para que estes não fossem prejudicados com a falta de aulas. Os funcionários administrativos contrariados com a situação e ressentidos com aqueles que não apoiavam a greve, não concordavam com atitude do grupo gestor e faziam algumas denúncias.

No segundo semestre de 2012 iniciou-se o segundo pleito eleitoral na escola Adelino Ariane, quando houve muitas dificuldades para montar as chapas que iriam concorrer. A atual gestora Elcivânia Souza e sua secretária Mara Lúcia Barbosa, não quiseram concorrer a mais um pleito eleitoral. Outra chapa tentou se organizar, mas como ocorreu desistência de um dos membros, segundo Ata de eleições da escola, não houve no período a homologação de nenhuma chapa, portanto, a eleição não foi realizada.

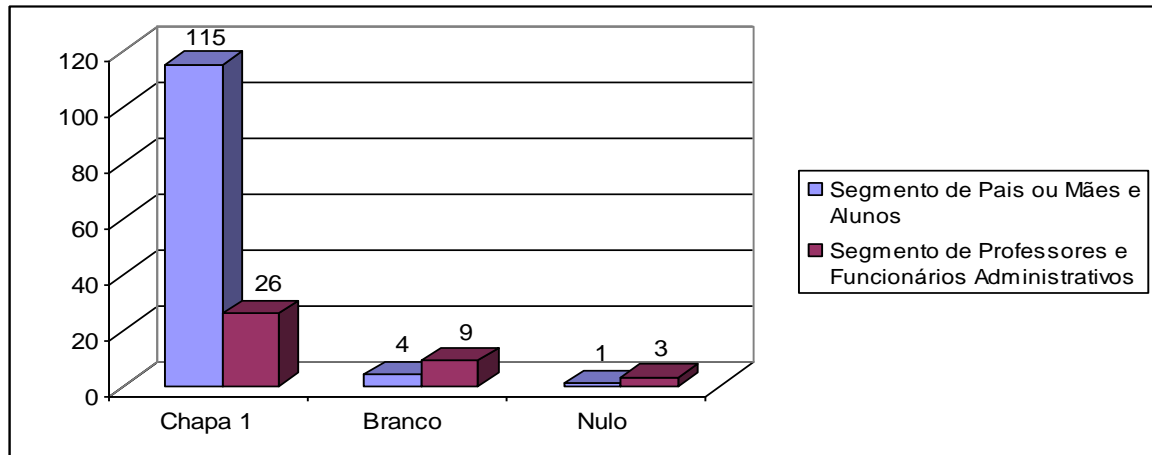
Com isto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), no uso de suas atribuições legais, enviou protempore¹¹ Doralice Santos como diretora e Gilamária Cavalcante como secretária da escola, até que houvesse outro candidato para se realizar outra eleição. O grupo permaneceu por um período de dois anos, esta gestão teve como objetivo proporcionar a democracia dentro do âmbito escolar.

Este novo grupo gestor deu continuidade aos programas, projetos e ações que a escola já desenvolvia e implantou o projeto “Aniversariante do Trimestre”, quando realizava a festa de aniversário de todos os funcionários e alunos da instituição a cada três meses com direito da participação da família. Esta iniciativa aumentou o envolvimento e a participação da comunidade escolar, conseguindo estabelecer uma relação de respeito e um ambiente agradável a todos.

No final de 2014 aconteceu a terceira eleição para direção da escola. A gestora protempore, Doralice Santos, reuniu-se com a equipe para conscientizar o grupo docente da importância da eleição para a escola. Mostrou como era significativo que o grupo de professores da escola participasse das atividades da instituição, pois estes docentes já tinham conhecimento da instituição, experiência educacional e envolvimento com a comunidade escolar.

Por meio desta reunião coletiva a gestora do período consultou todos os educadores para saber se alguém se interessava em concorrer às eleições para direção. Nesta ocasião, somente uma docente se prontificou a montar uma chapa e concorrer à eleição. Contudo, houve a homologação de uma chapa única e, assim, foi possível acontecer o pleito eleitoral. Segue abaixo o gráfico com os resultados da eleição:

¹¹ Diretores indicados e enviados pela Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, para assumir a gestão das escolas por um período determinado.

Gráfico 5 - Eleição da equipe das unidades escolares ano de 2014

Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola- 2014, p.25.

Tabela 4 - Pontuação e porcentagem por chapa

Chapas	Pontuação por chapa	Porcentagem das chapas
2Chapa 1	229	61 %

Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola- 2014, p. 25.

Como mostra a tabela 4, a chapa foi eleita com 61% dos votos e, em janeiro de 2015, assumiram a gestão como diretora professora Déborah Lemes de Oliveira Soares e como secretária geral Thais Taveira de Moraes, que permaneceram nos respectivos cargos por dois anos. Durante esta gestão houve muitos progressos como: a jornada ampliada para 7 horas para os alunos do programa Mais Educação (citado no item 3.2 desse capítulo) com direito a almoço e lanche, e inauguração da quadra coberta (citada no item 3.1 desse capítulo).

Esta gestão escolar contava com parceiros que contribuíam com a gestão para realização de eventos. Foi desenvolvido o projeto Preservação do Meio Ambiente, em que a comunidade escolar trazia garrafas pets de casa e retirando-as do meio ambiente. Em seguida, uma empresa parceira buscava para utilizá-las na reciclagem e depois realizavam uma exposição de animais feitos com a reciclagem. Este projeto obteve nota satisfatória no IDEB, 5,3 e a equipe escolar foi parabenizada pela conquista.

Houve também o envolvimento e a participação da comunidade nesta gestão. A escola e a quadra de esporte coberta eram abertas para comunidade e o presidente de bairro era responsável em organizar os horários e cuidar da quadra

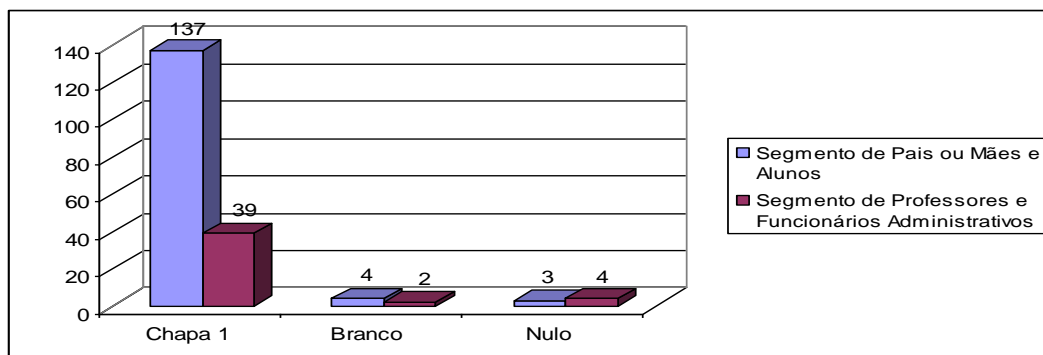
juntamente com a comunidade. Desenvolviam-se atividades esportivas como: capoeira, futebol, havia um projeto de música desenvolvido pela Igreja Católica para a comunidade local.

Durante essa gestão houve dificuldades devido a algumas mudanças no âmbito pedagógico e administrativo da escola, como: adequação e organização da unidade para o desenvolvimento de programas, projetos e na realização de ações pedagógicas e processos administrativos. Além disso, a gestora não tinha tanta experiência, e ainda, teve que lidar com desavenças com alguns funcionários. A gestora, também, ficou por seis meses, responsável pelos processos administrativos e financeiros da escola, pois a Secretária se encontrava de licença maternidade. Entretanto, a gestão escolar teve um bom relacionamento com a SMEC, as dificuldades encontradas estavam relacionadas às prestações de contas.

Em 2016, nesta gestão, aconteceu a greve dos professores, quando o turno matutino parou as atividades pedagógicas e o turno vespertino continuou com mais da maioria dos funcionários trabalhando. Findada a greve, as reposições aconteceram aos sábados e em janeiro do ano seguinte. Ao final do ano de 2016 a comunidade escolar vivenciou mais um momento de expectativa e de exercício da democracia com o terceiro pleito eleitoral.

No segundo semestre de 2016, inicia-se mais um processo democrático, foi homologada uma chapa única e, no final do semestre, aconteceu a eleição. A chapa foi eleita pela comunidade escolar com 89,75 dos votos para diretora, à professora Neusa Sousa Rêgo Ferreira. E, para secretaria a auxiliar de secretaria, Thais Taveira, que resolveu concorrer e continuar no cargo. Segue abaixo gráfico com os dados da eleição:

Gráfico 6 - Eleição da equipe das unidades escolares ano de 2016



Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola- 2016, p.57.

Tabela 5 - Pontuação e porcentagem por chapa

Chapas	Pontuação por chapa	Porcentagem das chapas
Chapa 1	245,92	89,75 %

Fonte: dados retirados da ata de eleição para diretores da escola - 2016, p.57.

Em janeiro de 2017 a candidata Neusa Sousa, como apresenta a tabela acima, foi à gestora mais votada na história da escola, eleita com 89,75% dos votos, entretanto, não pode assumir a gestão da escola, pois havia sido aprovada no Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás, de forma que optou pela licença por aprimoramento para cursar o mestrado. Devido a esta desistência da gestora, tomou posse somente à secretária Thais Taveira de Moraes e a SMEC encaminhou para gestor da instituição o professor Franklin Pereira de Oliveira, que já tinha sido diretor da escola, anteriormente, por onze anos.

Levando em consideração as atribuições do gestor, suas influências e representatividade perante a comunidade escolar e local, observa-se que muitos educadores perderam o interesse em participar do processo de democratização da gestão, por isso a resistência e/ou receio de se candidatarem ao cargo de gestor. A falta de autonomia, respeito e as questões de vulnerabilidade social desestimulam os educadores que em sua maioria são mulheres. Desistem de concorrer a um pleito eleitoral ou de fazer parte de um grupo gestor, pois não recebem o suporte necessário dos órgãos competes para garantir os direitos de cidadã para participarem do pleito eleitoral e/ou de uma suposta reeleição.

Descarries (2000) aponta críticas apresentadas pelas feministas igualitárias mediante aos fundamentos da desigualdade:

[...] os papéis socialmente impostos na divisão sexual do trabalho constituem a principal fonte de discriminação e de conflito entre os sexos, enquanto as injustiças sofridas pelas mulheres são interpretadas como restos de condições socioculturais anacrônicas. O acesso à igualdade passaria prioritariamente pela abolição das condições discriminatórias vividas pelas mulheres na esfera da educação, do trabalho e da política (DESCARRIES, 2000, p.15).

Compreende-se que para haver democracia, participação e respeito em qualquer instituição de ensino é necessário que os envolvidos, no processo, estejam abertos à reflexão, ao diálogo e que sejam conscientes da importância da sua função para que tornem capazes de desenvolver um pensamento coletivo e participar das tomadas de decisões, democraticamente. A gestão democratização foi

bem aceita pela comunidade escolar, mas percebe-se que teve uma descontinuidade, com a falta de realização do processo de eleição para gestor nas escolas devido ao desinteresse de muitos educadores pela gestão escolar. Reconhece-se que esse processo tem sido uma significativa experiência de democratização para os agentes da educação do município de Aparecida de Goiânia.

3.4- Resultados da gestão escolar participativa e democrática

Ao analisar e compreender alguns apontamentos destacados no contexto democrático, social, político e histórico da Escola Adelino Ariane e observar a experiência de democratização educacional de 2010 a 2016, nesta instituição, notamos que a mesma tem sido administrada ao longo da sua jornada, mediante a transição de gestores. Em seu PPP (2016) a instituição relata que tem o propósito de realizar um trabalho ancorado nas relações humanas de cooperação, liberdade de expressão, compartilhando as dificuldades e buscando soluções em conjunto com a comunidade escolar.

Os estudos acerca da gestão escolar participativa e democrática, como já foram pontuados neste estudo, iniciaram a partir do processo de lutas e reivindicações realizadas pelos educadores de todo país. Acredita-se que a gestão escolar democrática deve ser desenvolvida em um ambiente de coletividade em que todos os envolvidos no processo educacional sejam participativos na elaboração, acompanhamento e execução dos programas e ações em relevância no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, com o intuito de promover uma educação igualitária e de qualidade a todos.

A descentralização do poder é primordial em uma gestão escolar democrática, pois se faz necessário delegar responsabilidades a outros atores para assim abrir caminho para que o processo de democratização se efetive. A busca da participação eficaz na construção do processo de gestão inclui, também, os processos de planejamento, a tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados. Libâneo (2001) corrobora que a escola bem organizada é aquela que garante condições pedagógicas e operacionais para que os educadores desempenhem um bom trabalho e através do seu desenvolvimento possa promover uma aprendizagem satisfatória a todos os alunos.

Na verdade, os educadores defrontam-se diariamente com decisões que precisam ser tomadas, orientações a serem dadas, não podendo contentar-se apenas em fazer a crítica da situação. Às escolas são organizações educativas que têm tarefas sociais e éticas peculiares, com um caráter profundamente democrático (LIBANEO, 2001, p.10).

Nessa perspectiva, a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a vivência da gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, num processo pedagógico democrático. Dessa forma, busca-se uma visão de uma gestão que preze pela democracia e, sobretudo, pela participação, tornando possível que todos os sujeitos participem do âmbito escolar. Assim, retrata-se a gestão democrática como algo que assume um papel indispensável na construção da efetivação de uma educação de qualidade.

O processo de gestão, na sociedade, implica remeter à história de redemocratização no contexto internacional e brasileiro, visto que estes aspectos estão associados aos seguimentos das esferas sociais, políticos, econômicos e culturais. A democratização na educação é compreendida aqui, como o processo por meio do qual as forças sociais organizadas se mobilizam e lutam por espaços de participação, controle e decisão dos rumos das políticas educacionais, no país.

Não se trata somente de maior participação em termos de direito a voto ou representação, mas também, do estabelecimento de instrumentos efetivos de controle das políticas e das práticas educativas. Chartier (1990) contribui quando nos leva a refletir que:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) (CHARTIER, 1990, p. 17).

Compreender esse processo requer uma análise e reflexão de como as escolas e o próprio sistema de ensino vivenciam o modelo de gestão. Assim, nesse campo, surgem questionamentos sobre a importância da gestão democrática na educação com respaldo nas políticas de descentralização existentes, no contexto educacional. Estas garantem autonomia dos agentes envolvidos e a efetivação da democracia, no espaço escolar.

Entende-se que transformar o âmbito educacional é o grande desafio para o

gestor, contudo ele é o articulador desse processo e só será viabilizado e terá sucesso se construído coletivamente, sempre pautado pelas leis dos sistemas de ensino. Essa é uma atitude que significa estar engajada no processo educacional para que se tenha qualidade. Com isso, os beneficiados serão todos que fazem parte do processo educativo.

A Escola Adelino Ariane, em tese, se coloca a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos, independente do sexo, etnia, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político e/ou quaisquer preconceitos e discriminações, observando os seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – garantia do padrão de qualidade, na execução do currículo pleno, assegurado ao aluno ambiente e condições favoráveis ao bom desempenho de suas atividades (PPP, 2018, p.25-26).

Como foi exposto nos tópicos anteriores, desde sua construção a Escola Adelino Ariane em Aparecida de Goiânia vem passando por intervenções e indicações de gestores, essa instabilidade na gestão afeta o desenvolvimento democrático e pedagógico. Os reflexos e conflitos em sua esfera administrativa e pedagógica foram inevitáveis, pois quando a comunidade escolar consegue estabelecer um vínculo com a equipe gestora é surpreendida com a intervenção e/ou a indicação de gestor sem a interferência e participação dos envolvidos no contexto educacional.

A instituição vivenciou algumas transições na gestão desde sua construção, acredita-se que isso provocou oscilações na continuidade do processo e contexto educacional da escola Adelino Ariane. Percebe-se mediante estudos haver até uma rotatividade de funcionários, a cada substituição do grupo gestor quando novos objetivos e regras eram traçados e impostos à comunidade escolar que passou pelos reflexos das mudanças, ansiedades e indecisões.

A gestão educacional passou por transformações em seu processo democrático depois da implantação da Lei Nº 2861/2009, que instituiu a eleição da direção das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia. Não se pode negar que esta conquista veio minimizar a princípio com as intervenções políticas na gestão das

escolas, e depois com a implantação de diferentes modelos de gestão. Com a eleição para os diretores estabeleceu-se o início de um processo democrático nas escolas, o que significou uma conquista para história da Educação em Aparecida de Goiânia.

A escolha do grupo gestor para administrar a escola é um direito adquirido a todos os alunos, funcionários e pais/responsáveis. Espera-se que essa proposta de política pedagógica estabeleça a interação e a democratização do ensino. Entende-se que toda gestão tem seus pontos fortes e fracos, mas a instituição pode intervir para melhorar sua qualidade de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir, na construção de um trabalho pedagógico e social significativo. A promoção da qualidade social da educação por meio de uma gestão democrática requer uma escola cidadã.

Segundo Lück (2006) uma forma evidente de conceituar a gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por da participação ativa e competente, se promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos educacionais.

No âmbito educacional, há um crescente avanço no interesse por debates que focam a gestão democrática e sua efetivação nas escolas públicas. Nessa perspectiva, a instituição de ensino é vista como um organismo aberto cuja estrutura e processos de organização e gestão são constantemente construídos pelos que nela trabalham e pelos seus usuários, garantindo um espaço de autonomia, participação, transparência e descentralização (LÜCK, 2006, p.25).

Percebe-se que com a transição de gestores na escola Adelino Ariane as relações gestão/comunidade escolar em alguns momentos ficaram conturbadas. É notória a descontinuidade dos processos e desenvolvimento não satisfatório das ações e políticas pedagógicas propostas, pois muitas vezes planejadas pelo grupo, geralmente, não eram realizadas durante o período de cada gestão. Ficando a cargo do próximo gestor em reiniciar ou dar continuidade às ações pedagógicas e administrativas, estas não eram realizadas.

Em contrapartida com a abordagem do PPP e outros documentos apontando períodos de gestões satisfatórias, compreende-se que cada gestor tem suas metodologias e maneiras de gerir, nenhum vai ser igual ao outro. Acredita-se que o curto período de gestão de alguns gestores e a indicação que está prevalecendo, na escola Adelino Ariane, é que tem acarretado no âmbito escolar uma situação desafiadora para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem dos alunos

e para a organização institucional. Nesse contexto, Saviani afirma que:

A educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através das relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens (SAVIANI, 2003, p.22).

Considera-se que a escola em estudo após análise documental, pode ser destacada como uma escola com princípios democráticos. É uma escola que se esforça, procurando mobilizar e articular os que dela participam enquanto organização, primando para que a ação do processo sócio-político e educacional aconteça da melhor forma possível.

Nessa premissa, a questão da gestão democrática, na condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, torna-se sucesso à medida que se possibilita que processos e instâncias deliberativas viabilizem vínculos com a comunidade. Em relação aos desafios dessa forma de gestão no contexto educacional, tendo-se em voga o papel do gestor para uma escola democrática, no que tange ao fortalecimento da coletividade, torna-se viável que os profissionais envolvidos nas ações praticadas na escola, tenham intenções de favorecer uma educação de qualidade para os educandos.

Daí se pensar a estrutura educacional perseguindo exemplos constantes de representação e poder entre os governantes, os gestores e a comunidade escolar. Exemplos que constituem uma competitividade em relação à representatividade, gênero e poder, e que propiciam consequências marcantes na Educação de Goiás. As tendências atuais do debate educacional expressam de maneira bem clara a mudança do cenário social, cultural, econômico e político.

No contexto histórico, tudo isso mostra a necessidade de uma Democratização Escolar autônoma e com vistas à qualidade do ensino, no qual a escola constitui-se como alvo dessa melhoria das possibilidades do aperfeiçoar qualitativo do ensino. É na escola que podemos realizar experiências pedagógicas alternativas.

Pode-se inferir que as políticas educacionais e o processo democrático que deveriam propiciar uma maior autonomia à gestão escolar parecem estar cada vez mais desacreditados, devido à falta de liberdade dos educadores e da escola, nas

tomadas de decisões. Mesmo diante à implantação da Lei Nº 2861/2009, que institui a eleição para diretores das Escolas, há uma percepção de que a efetivação da mesma sofre influências econômicas, sociais e políticas, comprometendo a democratização, nas Unidades Escolares do município de Aparecida de Goiânia.

Em geral, identifica-se mediante aos estudos que os educadores da escola Adelino Ariane, entre outros do município de Aparecida de Goiânia, não querem mais ser gestores das escolas, inclusive, nas de ensino regular. Isso ocorre devido à falta de autonomia e respaldo por parte dos órgãos competentes, inclusive na questão referente aos recursos humanos. Há, também, muitas dificuldades em lidar com os próprios colegas de trabalho devido à resistência em cumprir regras e normas estabelecidas pela SMEC, bem como pelo grupo gestor em respeitar hierarquias.

Como toda instituição, a escola apresenta problemas administrativos e pedagógicos. Os conflitos internos que acontecem entre a direção da escola e a equipe, mesmo apresentando para o órgão competente, não surtem muitos resultados e, ao gestor(a), fica sempre a responsabilidade de resolver as discórdias que acontecem no dia a dia. O desinteresse de alguns educadores em não se candidatar, pode estar atrelado ao não querer ter resolver problemas de interação, nem querer assumir responsabilidades que o faça responder pelos atos de outras pessoas.

Ainda há a desvalorização dos gestores. Estes não tendo o reconhecimento satisfatório pelo trabalho que desenvolvem nas escolas tornam-se pessoas ressentidas. Muitas vezes, assumem atitudes que denunciam tais sentimentos. Todavia, ocorrem interferências de outras naturezas e que são necessárias para se pensar o bom funcionamento da instituição. Mesmo não recebendo o respaldo do grupo, que se posiciona contrário à decisão da maioria e tenta “minar” os projetos da escola. É possível contornar tais reações e realizar uma boa gestão administrativo-pedagógica. É constante, na atualidade, alguns educadores agirem em defesa dos direitos individuais acreditando que essa é uma postura democrática.

Do ponto de vista financeiro, também, existem empecilhos para a candidatura dos professores. É que aqueles que têm dois concursos, na mesma rede ou em outra, são mais beneficiados e ganham mais do que os gestores das unidades de ensino que não são integrais. Ainda, nos dias atuais, os diretores recebem de acordo com a quantidade de alunos matriculados na instituição, de forma que o

salário não é igualitário.

O grupo gestor depara-se com muito trabalho burocrático e cobranças tanto da SMEC, como da comunidade escolar, no período de gestão. Após experiência vivida como gestora percebe-se que o primeiro ano de mandato o grupo gestor fica somente para organizar a escola e, no seguinte é que conseguem preparar a escola para entregar ao novo gestor, se no caso não houver uma reeleição.

Entretanto, quando a escola apresenta resultados satisfatórios ao sistema proposto e garante uma boa avaliação, o processo corre tranquilamente. Mas, se se apresentar conflitos, no contexto escolar, e índice baixo de aprendizagem mediante os diagnósticos e avaliações externas, é sinal de incompetência, motivo para ser acompanhada mais de perto e recebe mais cobranças e torna-se um caos. A falta de recursos financeiros é outro problema. Os recursos que recebem, geralmente, não são suficientes para manter a escola; inclusive, manter a merenda foi um dos desafios enormes que as gestões anteriores enfrentaram durante a trajetória na escola.

O período de capacitação para o grupo gestor também é visto como insuficiente, pois o candidato que não tem experiência, na gestão escolar, não consegue, após o curso, realizar os trabalhos administrativos e tecnológicos. Fazer as prestações de contas e resolver alguns problemas no âmbito administrativo e pedagógico, pois o curso de capacitação não fora ministrado em conjunto o secretário(a) participa de um tipo de capacitação e o diretor(a) de outra os assuntos não são os mesmos. Tudo isso fica difícil depois da posse. Saber lidar com todos os processos administrativos e pedagógicos da instituição é uma grande saga. Catarina Cortez (2015) corrobora que:

Daí o porquê de o diretor escolar ter de ser alguém que possua atributos que preencham um certo perfil para o exercício da função gestora. E se se compreende que competências são desenvolvidas pelas aprendizagens ao longo da vida, é fundamental que o gestor esteja em permanente exercício e busca dos conhecimentos que o habilitem para a função gestora. Em outras palavras, o processo educativo escolar exige, para sua efetividade, não um gestor qualquer, que seja eleito pela comunidade escolar por critérios que não por sua capacidade técnica em gestão nas suas diferentes dimensões e por sua competência de liderança (CORTEZ, 2015, p. 49-50).

Ao assumir a gestão da escola, os gestores se deparam com outro problema, se algum componente do grupo gestor (diretor/secretária) necessitar se afastar por motivo de doença e/ou algum outro motivo pessoal, a escola não tem direito a um

substituto. O outro integrante do grupo gestor tem que assumir as responsabilidades e administrar a escola. Se o mesmo não for capacitado ou tiver alguma experiência nos processos escolares, será difícil ter êxito, no desenvolvimento das atividades e ações da escola. Foi o que aconteceu em algumas gestões que passaram pela escola Adelino Ariane, gerando desgastes e frustrações, na comunidade escolar.

A própria Lei nº 2861/2009 exclui muitos professores quando estabelece critérios sobre as condições para candidatura e posse dos mesmos. A exemplo, o art. 69, que estabelece que a direção eleita deverá, obrigatoriamente, antes da posse: II - não ter nenhum outro vínculo de trabalho, conforme o disposto na Lei Complementar nº 013, de 26 de setembro de 2006, art. 103: "É vedado o exercício concomitante de função de confiança de Diretor e/ou Secretário-Geral de Escola Municipal, com cargo efetivo, em comissão, função de confiança ou emprego permanente, em outro Município, no Estado, na União ou na iniciativa privada", comprovado por meio de:

- a) Declaração expedida pela Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos;
- b) Declaração comprovando não possuir outro cargo técnico na Prefeitura de Aparecida de Goiânia, expedida pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;
- c) Declaração expedida pela Secretaria Municipal de Administração de Goiânia (BRASIL, 2009).

Com isso, os mesmos não podem concorrer a uma eleição para gestores das escolas de Aparecida de Goiânia. Entretanto, mais de noventa por cento das escolas só funcionam durante o dia, o professor que é de outra rede poderia trabalhar à noite em outra instituição sem precisar deixar a rede de ensino e/ou retirar uma licença sem remuneração. Até a cidade que os agentes moram é estabelecida pela Lei nº 2861/2009, se é um "processo democrático" deveria contemplar a todos educadores efetivos (concurados) do município de Aparecida e de Goiânia, independentemente, de onde o educador reside.

Em relação aos desafios dessa forma de gestão no contexto educacional, o papel do gestor para uma escola democrática, no que tange ao fortalecimento da coletividade, torna se viável, quando os profissionais são envolvidos nas ações praticadas na escola, com intenções de favorecer uma educação de qualidade para os educandos. No que diz respeito à gestão escolar participativa e democrática de Aparecida de Goiânia é possível afirmar que houve avanços, mas a busca pela

democratização e autonomia continua.

Vivenciou-se nas paralisações e greves que ocorreram durante o período em estudo (2010-2016), a participação de poucos educadores. Entretanto, o ritmo desses avanços não tem sido o mesmo. Esse tema tem sido objeto de políticas públicas, mas em se tratando das conquistas no campo da participação e democratização educacional, ainda, são pequenas e lentas. As conquistas se fazem por meio de muita luta.

Ressalta-se que, infelizmente, há falta de respaldo e de apoio em relação aos envolvidos, no processo educacional no que tange à continuidade de promover um processo eleitoral que atenda a demanda social do município. A falta de preparo dos candidatos que assumem a gestão também é um requisito que dificulta o êxito na gestão democrática. Por ser ineficaz a formação específica aos gestores. A formação específica não garante eficiência e excelência na gestão escolar. Não os prepara para a resolução das demandas da comunidade escolar que assumem enquanto gestores. Contudo, deve-se levar em consideração que esses momentos de aprendizado quase solitário, durante a transição da gestão escolar tornam requisitos do grupo gestor. E, será a partir deles que se iniciam as relações de respeito e democracia.

É preciso também ressaltar que há falta de apoio dos envolvidos, no processo educacional de Aparecida de Goiânia para que esse “colega professor” que faz parte do mesmo contexto social permaneça no cargo por mais tempo. Este apoio poderia evitar tanta oscilação na gestão da escola. Perder esse ato democrático devido a tantas questões burocráticas está sendo mais cômodo para algumas instituições que preferem continuar com as indicações e intervenções, na gestão. E, também, para os docentes que não querem participar do processo democrático e serem eleitos, para fazerem a diferença, na sua comunidade.

Acredita-se que os educadores sentem necessidade de construir/conviver em uma sociedade mais justa, solidária, respeitosa e inclusiva. Estes são requisitos essenciais para se estabelecer uma verdadeira democracia. A convicção da educação se fundamenta no projeto de construção dos agentes, escritores da sua própria história e, também, sujeitos capazes de superar as relações de dominação. Conclui-se que a gestão escolar democrática abrange uma dimensão integral, e tem o intuito de mediar às relações entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou alguns apontamentos destacados no contexto democrático, social, político e histórico da Escola Adelino Ariane (Aparecida de Goiânia). O intuito foi o de observar a experiência de democratização educacional da Escola, entre os anos de 2010 e 2016. No decorrer do estudo, analisou-se a problemática: quais as representações coletivas que os agentes envolvidos na gestão educacional da Escola Adelino Ariane fazem da democracia? O estudo permite à pesquisadora afirmar que as dificuldades de participação democrática desta comunidade escolar advêm das identidades dos seus agentes e das influências e interferências sociais, culturais, econômicas bem como das políticas públicas.

Percebeu-se que a autonomia da escola em tese, acontece parcialmente e a cada dia, a cada decisão e/ou a cada ação a ser desenvolvida ela é conquistada, pois mesmo com as iniciativas da equipe, acontecem muitas interferências e imposições externas do próprio sistema ou dos órgãos competente (secretaria, entre outros) e às vezes vindo do próprio grupo gestor e/ou comunidade escolar mediante as tomadas de decisão. A própria escolha do gestor evidencia essa autonomia, quando a equipe não consegue eleger um representante entre si, e, por conseguinte, deixa de priorizar essa autonomia. Este ato tem interferido no desenvolvimento do processo democrático e educacional da escola.

Compreende-se que o processo de democratização deve ser desenvolvido em um ambiente de coletividade em que todos os envolvidos no processo educativo sejam parceiros na elaboração dos objetivos, das ações desencadeadas no aspecto administrativo e pedagógico com perspectiva de promover uma educação igualitária e de qualidade a todos. Observa-se que, na escola Adelino Ariane, há interesse dos envolvidos para que esse processo dê certo. Mas ainda, existem empecilhos tais como: ideias controversas, distanciamento de alguns em entrar num consenso mediante as propostas pedagógicas da escola. Falta de posicionamento no momento das tomadas de decisão, como foi já citado acima, bem como a própria falta de autonomia, provocam contratempos para que a democratização não aconteça.

Nessa premissa, entende-se que a democracia se faz primordial na condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação. A gestão escolar, na

medida em que possibilita processos democráticos e instâncias deliberativas, estabelece vínculos e uma boa relação com a comunidade escolar e viabiliza a continuidade do processo educacional. Dessa forma, a escola Adelino Ariane como aponta em seus documentos, deve continuar primando pela busca de uma gestão que preze pela democracia e, sobretudo, pela participação, possibilitando que todos envolvidos participem do âmbito escolar.

Acredita-se que a democratização educacional em Aparecida de Goiânia, ainda necessita de atenção, pois, as políticas educacionais e o processo democrático que deveriam propiciar uma maior autonomia à escolar estão desacreditados pelos educadores. Mesmo mediante a implantação da Lei Nº 2861/2009, que institui a eleição para diretores das Escolas, percebe-se que a efetivação da mesma sofre influências econômicas, sociais e políticas, influenciando o pleito eleitoral democrático, nas Unidades Escolares.

Portanto, com a pesquisa foi possível compreender as políticas educacionais com intuito de responder aos apontamentos apresentados. Entendeu-se que esse processo requer uma análise e reflexão do próprio sistema educacional e vivência do modelo de gestão da escola em estudo. Daí haver focado a importância da democratização educacional com respaldo nas políticas de descentralização que garantem autonomia dos agentes envolvidos e a efetivação da democracia, no espaço escolar.

Percebeu-se que a Escola Adelino Ariane tem passado por transições de gestores, cada um com sua maneira específica e particular de gerir a instituição, o que de certa forma, provoca descontinuidades, no seu processo democrático. Quando a comunidade escolar começa a se situar com um tipo de gestão, acontece a substituição do diretor. Desta forma, as metas, os planejamentos e as ações pedagógicas ficam para o próximo gestor dar continuidade ou reiniciar tudo novamente, causando, com isso, um desconforto para comunidade escolar.

Com o propósito de conhecer e dar visibilidade à experiência de democratização educacional vivenciada naquela comunidade educacional, o estudo propiciou reflexões e entendimento acerca do modelo de gestão da Escola Adelino Ariane. Foi possível compreender algumas políticas educacionais, as diretrizes estabelecidas e propostas pela Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, as propostas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a implantação da Lei da Lei Nº

2861/2009, Conselho Municipal, Constituição Federal de 1988, entre outras abordagens.

Pretende-se, em outro momento, continuar com a pesquisa em nível de doutorado, pois devido a situações burocráticas, mesmo mediante a um ano de tentativa com o Conselho de Ética desta universidade, não foi possível a realização de entrevistas com os agentes envolvidos. Nem a aplicabilidade de questionários foi realizada, sem contar que os dois anos de estudo e pesquisa não foram suficientes para todos os esclarecimentos acerca da problemática.

Compreendeu-se que não existe modelo de gestão escolar totalmente eficaz, mas apenas proposições que revelam racionalidades, perspectivas, democracia, experiências e interesses distintos. Entendeu-se que a democratização educacional advém de um pleito eleitoral estabelecido por um processo de autocrítica e de transformação por parte de seus agentes e que só através do respeito aos diferentes grupos sociais, e da busca de representações comprometidas com a Educação será possível se almejar uma democratização educacional de qualidade.

Constatou-se que mesmo com a instituição da Lei Nº 2861/2009 que estabeleceu a eleição para diretores e seus princípios “democráticos” e rígidos critérios para que os educadores efetivos homologuem suas chapas, não é simples assumir o cargo. No início do processo eleitoral para diretores das escolas, observou-se mediante os documentos estudados durante a pesquisa o entusiasmo da comunidade escolar pela conquista que tanto se almejou.

Na prática, sabe-se que a lei por si só não garante a democratização em um contexto educacional. Atualmente, esse processo “democrático” não se efetiva como o almejado, depois dos estudos e análises realizados neste trabalho referente às problemáticas abordadas, percebeu-se, ainda, que mesmo mediante a toda iniciativa e busca da equipe da Escola Adelino Ariane e de todo amparo das leis ao processo democrático de gestão, a indicação dos gestores foi evidenciada, na administração da escola. Portanto, as interferências políticas, econômicas e sociais continuam influenciando nos resultados da gestão escolar participativa e democrática, do município de Aparecida de Goiânia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSIS, Regina de. Qualidade definida. *Jornal do Brasil*, Caderno Empregos, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1999.

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Os sentidos da democracia e da participação*. org. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAUÍ MARILENA. *Cultura e Democracia*. Cortez, São Paulo, 1993.

CRITELLI, Dulce Mára. *Educação e Dominação Cultural*. Tentativa de Reflexão Ontológica. São Paulo: Cortez, 1981.

CORTEZ, Catarina de Arruda. *Conquistas e Desafios da Gestão Escolar na Prática da Gestão Democrática Participativa: um estudo de caso na cidade de querência (MT)*. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/conquistas-e-desafios-da-gestao-escolar-na-pratica-da-gestao-democratica-participativa-um-estudo-de-caso-na-cidade-de-querencia-mt/>. Acesso em 03/12/19.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação brasileira: projetos em disputa: Lula x FHC na campanha eleitoral*. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, PEDRO. *Educação E Qualidade*. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

DESCARRIES, Francine. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec. In: Labrys, *estudos feministas*. Brasília: UnB, 2002.

DOURADO, L. F. *A Interiorização da Educação Superior e a Privatização do Público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. *Organização do Trabalho na Escola*. São Paulo, Ática, 2ªed.1994.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2008.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão Democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LIBÃNEO, José Carlos. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÃNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÃNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 5.ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÃNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: MF Livros, 2009.

LÜCK, Heloisa. *Liderança em Gestão Escolar*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. *Liderança em gestão escolar*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Série cadernos de Gestão; 4).

NÓVOA, António Manuel Seixas Sampaio da. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar- Introdução Crítica*. 17 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique *A Gestão da Educação Antes as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública*. Petrópolis, Vozes, 1998.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia*. Campinas: Papirus, 1996.

PERRENOUD, Phillipe. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

PILETTI, Claudino. *Didática Geral*. Editora Ática. São Paulo, SP. 1995.

SANTOS, Rafael José da Costa. *A Militarização da Escola Pública em Goiás*.

Dissertação disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, (Coleção Educação Contemporânea), 2003.

SOUZA, Neusa Ferreira. *Gestão Militar da Escola Pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da polícia militar de Goiás em Aparecida de Goiânia*. Dissertação disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9043/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Neusa%20Sousa%20R%C3%A7o%20Ferreira%20-%202018.pdf>. Acessado no dia 22 de março de 2019.

TRINDADE, Rosaria da Paixão. *Gestão Democrática na Escola: percursos e percalços para a sua difusão*. Tese de Doutorado. Programa de Pesquisa e PósGraduação em Difusão do Conhecimento Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26647/1/TESE%20Rosaria%20Trindade%20DMMDC%20UFBA.pdf>. Acesso em 04/12/2019.

VAZQUEZ, Sánchez Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. MEC, 1988.

BRASIL. *Censo Escolar 2015*. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>.

BRASIL. *Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969*. Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126028/decreto-lei-872-69>.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 5692 de 1971*.

BRASIL. *Lei nº 13.564, de 08 de dezembro de 1999.* Estabelece as Eleições para Diretores de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13564.htm. Acesso em: 13 de mar.2018

BRASIL. *Lei nº 13.005 de junho de 2014.* Estabelece a educação em tempo integral até 2024.

BRASIL. *Lei dos Centros de Ensino em Período Integral - Lei nº 17.920, de 27 de dezembro de 2012.* Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2012/lei_17920.htm.

BRASIL. *Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011:* Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html>.

BRASIL. *Lei Complementar Nº 26, de 28 de Dezembro DE 1998.* Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/1998/lei_complementar_n_26.htm. Acesso em: 20 de fev.2018.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. *Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008:* regulamenta o *piso salarial* profissional do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em 18 de set.2019.

BRASIL. *Lei nº 2861 de 13 de novembro de 2009:* Eleição da direção das Escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil CMEIs da Rede Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/a/aparecida-de-goiania>. Acesso em: 13 de fev.2018

BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990:* Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. *Lei nº 12.852 de 2013:* Estatuto da Juventude. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>.

BRASIL. *Lei Nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.* Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5537.htm

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001:* Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 6 de jun.2018

BRASIL. *Instituto Mauro Borges*, 2012. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acessado em 11 de fev.2019.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2012/13*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf. Acesso em: 14 de mai.2019.

BRASIL. *Medida Provisória do Novo Ensino Médio nº 746 de 22 de Setembro de 2016*. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 17 de abr. de 2019.

BRASIL. *Panorama dos Territórios de Goiás 2017*. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/panorama-dos-territorios>. Acesso em: 8 de mar.2018.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação*. Brasília, DF: INEP, 2001.

BRASIL. *Resolução CEE/CP Nº. 04/2009*. Gestão Democrática. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-12/2009-resolucao-cp-04.pdf> 04/09. Acesso em: 10 de março de 2019.

GOIÁS. *Diretrizes Gerais, Organização e Funcionamento*. Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, 2015/2016.

GOIÁS. *Prefeitura Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia*. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/>.

GOIÁS. *Projeto Político Pedagógico (PPP)- Escola Adelino Ariane*: Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, 2016 e 2018.

GOIÁS. *Regimento Escolar- Escola Adelino Ariane*: Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, 2015.

GOIÁS. *Secretaria Estadual de Educação e Cultura*. Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br>.

GOIÁS. *Sindicato dos Trabalhadores em Educação* - Disponível em: <http://sintego.org.br/>

GOIÁS. *Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação*. Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2007. Disponível em: <http://sss.segplan.go.gov.br/certame>.

ANEXOS



ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE

ONOGRAMA DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA MATUTINO (SEXTAS FEIRAS)	
JANEIRO	
28/01	Análise das Diretrizes Gerais Reelaboração do PPP e PDE interativo
29/01	Análise das Diretrizes Curriculares Reelaboração do PPP e PDE interativo Elaboração do Plano de Ensino Anual
FEVEREIRO	
05/02	Conclusão do estudo e reflexão do PPP Planejamento Pedagógico
19/02	Planejamento Pedagógico
26/02	Formação Continuada Estudo - Identidade Docente: Desafios e Sabores
MARÇO	
04/03	Planejamento Pedagógico
11/03	Formação Continuada Estudo - Diretrizes do Município Aparecida de Goiânia
18/03	Planejamento Pedagógico
ABRIL	
01/04	Formação Continuada Estudo – O que é Conselho de Classe, função e funcionamento.
08/04	Conselho de Classe 1º Bimestre
15/04	Planejamento Pedagógico
29/04	Trabalho Pedagógico da Educação Infantil
MAIO	
06/05	Formação Continuada Estudo - Plano Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia
20/05	Formação Continuada Estudo – Escrita de Texto Regras e Brincadeiras
JUNHO	
03/06	Planejamento Pedagógico
10/06	Formação Continuada Estudo – Saúde vocal: Dicas para cuidar da

	VOZ
17/06	Planejamento Pedagógico
24/06	Formação Continuada Estudo – A Importância da Socialização e Convivência
30/06	Conselho de Classe 2º Bimestre
AGOSTO	
05/08	Planejamento Pedagógico
12/08	Formação Continuada Estudo – O Fazer Pedagógico: PIAGET
19/08	Planejamento Pedagógico
26/08	Trabalho Pedagógico da Educação Infantil
SETEMBRO	
02/09	Formação Continuada Estudo – Avaliação Diagnóstica –Jussara Hoofmam
16/09	Planejamento Pedagógico
23/09	Formação Continuada Estudo – Educação e Família/ Função Social
OUTUBRO	
07/10	Conselho de Classe 3º Bimestre
21/10	Trabalho Pedagógico da Educação Infantil
28/10	Planejamento Pedagógico
NOVEMBRO	
04/11	Formação Continuada Estudo – Conhecendo a Paz
11/11	Planejamento Pedagógico
25/11	Formação Continuada Estudo – Como Lidar com a Indisciplina
DEZEMBRO	
02/12	Planejamento Pedagógico
09/12	Formação Continuada Estudo – Tecnologia Como Aliada da Educação
16/12	Planejamento Pedagógico
22/12	Conselho de Classe 4º Bimestre

Fonte: PPP, 2016.



ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE

CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA VESPERTINO (SEXTAS FEIRAS)	
JANEIRO	
28/01	Análise das Diretrizes Gerais Reelaboração do PPP e PDE interativo
29/01	Análise das Diretrizes Curriculares Reelaboração do PPP e PDE interativo Elaboração do Plano de Ensino Anual
FEVEREIRO	
05/02	Conclusão do estudo e reflexão do PPP Planejamento Pedagógico
19/02	Planejamento Pedagógico
26/02	Formação Continuada Estudo - Identidade Docente: Desafios e Sabores
MARÇO	
04/03	Planejamento Pedagógico
11/03	Formação Continuada Estudo – Compostagem Artesanal Como Gestão de Resíduos Orgânicos (teoria)
18/03	Planejamento Pedagógico
ABRIL	
01/04	Formação Continuada Estudo – Compostagem Artesanal Como Gestão de Resíduos Orgânicos (prática)
08/04	Conselho de Classe 1º Bimestre
15/04	Planejamento Pedagógico
29/04	Formação Continuada Estudo – Dinâmica de Grupo para a Sala de Aula
MAIO	
06/05	Formação Continuada Estudo - Plano Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia
20/05	Formação Continuada Estudo – Nova Ortografia
JUNHO	
03/06	Planejamento Pedagógico
10/06	Formação Continuada Estudo – Saúde vocal: Dicas para cuidar da voz
17/06	Planejamento Pedagógico

24/06	Formação Continuada Estudo – Técnicas de Relaxamento
30/06	Conselho de Classe 2º Bimestre
AGOSTO	
05/08	Planejamento Pedagógico
12/08	Formação Continuada Estudo – Musicoterapia
19/08	Planejamento Pedagógico
26/08	Formação Continuada Estudo – Como Trabalhar Sites Educativos na Informática
SETEMBRO	
02/09	Formação Continuada Estudo – Libras
16/09	Planejamento Pedagógico
23/09	Formação Continuada Estudo – Música na Educação Infantil e Fundamental I
OUTUBRO	
07/10	Conselho de Classe 3º Bimestre
21/10	Formação Continuada Estudo – Palestra do Ovo
28/10	Planejamento Pedagógico
NOVEMBRO	
04/11	Formação Continuada Estudo – A Importância dos Valores Humanos para Escola
11/11	Planejamento Pedagógico
25/11	Formação Continuada Estudo – Como Ensinar com Amor
DEZEMBRO	
02/12	Planejamento Pedagógico
09/12	Formação Continuada Estudo – Tecnologia na Educação
16/12	Planejamento Pedagógico
22/12	Conselho de Classe 4º Bimestre

Fonte: PPP, 2016.



PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ESCOLA ADELINO ARIANE

JANEIRO
<ul style="list-style-type: none"> - Acolhida equipe e comunidade escolar, início do ano letivo; - Estudo e adequações do regimento escolar, PPP; - Repasse de normas escolares aos discentes.
FEVEREIRO
<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval: Brincadeira Responsável; - Apresentações culturais; - Trabalhar: drogas, violência, alcoolismo, projeto resgatando valores humanos, etc;
MARÇO
<ul style="list-style-type: none"> - Dia da Mulher; - Violência contra mulher; - Lei Maria da Penha; - Brechó.
ABRIL
<ul style="list-style-type: none"> - Dia do Livro (Monteiro Lobato) Realizações de Ações como: soletrando, semana da escrita e leitura de poesias, textos diversificados.
MAIO
<ul style="list-style-type: none"> - Dia das mães; - Aniversário de Aparecida de Goiânia (11/05).
JUNHO
<ul style="list-style-type: none"> - Festa Junina - Realizar diversas ações: ensaios de danças e estudo de diferentes culturas, etc. - Brechó
AGOSTO
<ul style="list-style-type: none"> - Dia dos pais - Dia do estudante: jogos, gincana, interclasse. - Folclore.
SETEMBRO

<ul style="list-style-type: none">- Dia da família;- Exposição de peças antigas (artesanato e objetos) e exposição de comidas típicas da região centro-oeste. (objetivo de angariar fundos para festa da criança e visita técnica a Brasília)
OUTUBRO
<ul style="list-style-type: none">- Dia das Crianças- Dia do Professor;- Brechó
NOVEMBRO
<ul style="list-style-type: none">- Proclamação da República- Dia da Bandeira;- Consciência Negra
DEZEMBRO
<ul style="list-style-type: none">- Natal;- Cantata de natal
Observação: segue abaixo em anexo alguns projetos desenvolvidos pela instituição

Fonte: PPP, 2016.



ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE

PROJETO: Resgatando valores: Bullying

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2014**

INTRODUÇÃO

Vivemos em dias de profunda crise de valores. Ética, respeito e justiça são raramente encontrados fora dos dicionários. E elas precisam ser resgatadas como base das relações sociais. O ser humano já não tem mais tempo de preocupar-se, ou envolver-se com os problemas do seu semelhante, e a escola tem sentido o impacto deste tipo de comportamento. São comuns as situações de indisciplina, violências, agressões físicas e verbais, ausência de valores éticos, desrespeito ao espaço do outro e dificuldade de comunicação interpessoal.

Infelizmente esta violência encontrada dentro da escola é um reflexo do que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentescos, onde muitas vezes acontecem situações de agressões domésticas, como abuso físico, sexual e psicológico, além de abandono e negligência.

Assim, torna-se extremamente importante falar de paz, levando os alunos a refletirem sobre si mesmo, sobre o quanto ele tem feito no sentido de contribuir para que a harmonia esteja incluída no processo de humanização passando inclusive pela valorização de nossos idosos, enquanto indivíduos capazes de contribuir com a formação de valores em nossas crianças, por meio de sua sabedoria e experiência e por isso mesmo, merecedores de nosso carinho, respeito e atenção.

A conquista da paz também está intimamente relacionada aos valores religiosos e de respeito ao próximo de cada ser humano e neste sentido, a Escola Municipal Adelino Ariane pretende romper os limites da sala de aula e ir além, visando o resgate da auto-estima e dos valores espirituais dos nossos alunos com a realização de atividades voltadas para a família e DEUS.

JUSTIFICATIVA

Aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um espírito novo que, graças precisamente a esta percepção das nossas crescentes interdependências, graças a uma análise partilhada dos riscos e dos desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos,

Utopia, pensarão alguns, mas utopia necessária, utopia vital para sair do ciclo perigoso que se alimenta do cinismo e da resignação (DELORS – 2006, p.19).

Partindo do princípio acima, entendemos que a escola tem um papel fundamental no processo de humanização dos indivíduos, estabelecendo conceitos sólidos de convivência civilizatória que atualmente se encontra abalada em suas estruturas no nosso mundo, onde se vê propagando a cultura da violência, tornando-se, lamentavelmente, algo normal.

Assim, justificamos o Projeto Paz na Escola, pois irá contribuir para a construção coletiva de um novo sentimento de civilidade, fundamentada em uma nova ética solidária com princípios de que todos somos responsáveis pelo bem comum, anulando a idéia geral de que violência se combate usando a força e não com inteligência e legalidade.

Este Projeto será executado durante todo o ano letivo de 2011, tendo a culminância em outubro dia 29 dia Mundial da Paz, e espera-se que, ele possa trazer a todos que participarem dele um enriquecimento maior nas suas relações humanas.

E nesse sentido, acreditamos na retomada e ênfase nos valores humanos, éticos e espirituais como forma de amenizar os conflitos dentro da unidade e por extensão, na família e na comunidade, por meio de desenvolvimento de sub-projetos destinados a Melhor Idade a valorização dos valores espirituais pela família, bem como pela união de ambas como necessárias à formação do ser humano.

OBJETIVO

Geral

- Proporcionar aos alunos uma reflexão sobre a questão da violência e suas contribuições no sentido de promover a paz, através de ações concretas, como, companheirismo, partilha, diálogo, interesse pelo bem comum, etc., levando-os a uma mudança de postura diante da violência, entendendo-se como agentes construtores da paz que valorizam e respeitam o próximo, os idosos e a comunidade em geral reconhecendo a todos como dignos de respeito enquanto ser humano e espiritual.

Específicos

- Modificar atitudes e práticas pessoais por meio do conhecimento de que a paz começa conosco e não com o próximo;
- Ser multiplicador, levando as informações obtidas para a comunidade escolar, familiar e seu entorno;

- Intervir na realidade que os cerca, propagando o respeito, carinho, e importância dos idosos no seio da família e comunidade, bem como de sua experiência para os mais jovens.

- Conscientizar da importância do seu papel na construção de uma sociedade sem violência e pautada na valorização do próximo e dos valores éticos, morais e espirituais na família e na sociedade em geral como forma de tornar pacífica a convivência entre os seres humanos;

- Entender que a prática do Bullying fere os direitos humanos, podendo ocasionar traumas nas vítimas.

- Romper os limites da sala de aula em situações de aprendizagem com a presença da família e da comunidade em geral.

METODOLOGIA

- Sensibilização dos alunos por meio de palestras e debates sobre a questão da violência e a importância de se promover a paz.
- Sessões de filmes alusivos ao tema.
- Confecção de cartazes, frases de impacto que possibilitem a prática da reflexão.
- Produção textual (textos, poemas, poesias e músicas, alusivas a questão paz/violência).
- Exposição dos trabalhos realizados pelos alunos (cartazes, poemas, textos, etc).
- Leitura de histórias e outros gêneros literários que trabalhem a temática.
- Na culminância do projeto serão realizadas palestras, shows musicais e artísticos, exposição e apreciação dos trabalhos realizados pelos alunos.
- Dramatizações.
- Sinalização nas proximidades da escola como faixa de pedestres e placas de trânsito.

RECURSOS MATERIAIS

- Livros, jornais e revistas;
- Cartolina e papel pardo;

- Micro-Sistem;
- Tinta guache;
- Cola colorida;
- Violão;
- Fantoques;
- Data Show;
- Caixa Amplificadora;
- Microfone;
- Vídeos;
- Televisão;
- CD;
- DVD;
- Notebooks;
- Semáforo Elétrico;
- Placas de Trânsito;

RECURSOS HUMANOS

- Cantores;
- Músicos;
- Palestrantes;
- Coordenadores, Professores, Diretora e alunos.

CULMINÂNCIA

Este projeto será desenvolvido durante todo o ano letivo de 2012, com duas datas de culminar: uma no mês de outubro (Festa da Família) e outra no mês de Novembro – Melhor Idade.

AVALIAÇÃO

Será feita continuamente através da observação do desempenho, criatividade e realização das atividades de cada um e das mudanças de atitudes ocorridas em toda equipe escolar (alunos, professores) e comunidade em geral.

BIBLIOGRAFIA

DELORS, Jacques. É possível ser humano In. Revista Ciência em Movimento. P.12. Ano X. nº19. 1º semestre/2008.

FANTE, Cléo. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas Escolas e Educar para a Paz. Editora Verus.

ESCOLA MUNICIPAL ADELINO ARIANE

PROJETO: Aniversariantes do Trimestre

APARECIDA DE GOIÂNIA

2013

JUSTIFICATIVA

Este projeto visa elevar a auto estima dos alunados demonstrando amor e carinho fortalecendo vínculos com a comunidade e propiciando assim, uma maior interação escola/ aluno/família.

OBJETIVO

- Demonstrar o carinho e amor, valorizando o aluno.
- Elevar a autoestima;
- Fortalecer vínculos com a comunidade;
- Propiciar uma maior interação escola/ aluno/ família.

DESENVOLVIMENTO

O presente projeto será desenvolvido no decorrer do ano de 2013 de acordo com os objetivos já citados.

A cada três meses, será realizado uma festa para comemorar os aniversários dos alunos nascidos neste período, sendo que no decorrer do ano acontecerão quatro festas, contemplando assim, todos os alunos desta Unidade Escolar.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita durante o desenvolvimento do Projeto, observando a participação e a interação escola/ aluno/ família e a reciprocidade da comunidade para com a escola.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE ENSINO
(REFORÇO EM LETRAMENTO E MATEMÁTICA)

APARECIDA DE GOIÂNIA

OBJETIVOS GERAIS – LETRAMENTO E MATEMÁTICA

Apropriar do sistema alfabético de leitura e propor o trabalho com diferentes escritas, formas de linguagens (oral e escrita), conhecendo e respeitando as variedades lingüísticas, valorizando a leitura e a escrita como fonte de informação, cultura e lazer, integrando-se de forma satisfatória no meio social.

Favorecendo ao aluno o processo de aquisição de leitura e escrita por meio de práticas contextualizadas e diversificadas de letramento e alfabetização.

Dinamizar as aulas de matemática de modo que os alunos participem ativamente construindo seus conhecimentos de forma lúdica e prazerosa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita. O fortalecimento dos temas transversais na aquisição do conhecimento e habilidades e formação de atitudes e valores.
- Expressar no planejamento de ensino a seleção dos conteúdos, destacando a leitura e a escrita.
- Articular a temática da educação ambiental, sexual, educação para o trânsito, formação cultural e crítica do aluno.
- Situar o aluno na compreensão como sujeito importante para o processo da aprendizagem.
- Determinar as múltiplas relações produtivas, ativa e criativa, nas competências básicas de falar, escrever, ler ouvir e interpretar.
- Desafiar o aluno pensar com autonomia e independência consciente na construção de suas ideias
- Envolver a participação conjunta para transmissão e assimilação dos conhecimentos sistematizados.
- Desafiar o aluno a pensar com autonomia e independência consciente na construção de suas capacidades/ habilidades.
- Identificar as letras do alfabeto.
- Somar as dificuldades na leitura e escrita
- Escrita do próprio nome, para trabalhar o processo de alfabetização a partir da escrita do próprio nome para desenvolver as habilidades de leitura e escrita, identificando palavras e seus sons.
- Ler, escrever, compreender e identificar diferentes gêneros textuais.
- Fazer inferências a partir da leitura e interpretação textual.
- Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através do lúdico no ensino da matemática.

- Estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas;
- Desenvolver habilidades de estimar, criar estratégias, calcular, e estimular o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático;

JUSTIFICATIVA

Entende-se que grande parte do alunado vem sendo aprovado para a série/ano seguinte (principalmente no ciclo de alfabetização) sem fundamentação cognitiva suficiente para embasar o trabalho sequencial no ano/série para a qual foi aprovado (a), e tendo em vista que a ausência destes conhecimentos tem gerado grandes dificuldades de aprendizagem, propomos a continuidade do projeto de ensino (Reforço em Letramento e Matemática) como forma de sanar tais dificuldades, uma vez que o alunado não pode ser retido no ciclo, nem regredir para ano/série anterior.

Ao realizar suas tarefas básicas, a escola e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Com efeito, ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação no trabalho e nas lutas social pela conquista dos direitos de cidadania. Dessa forma, efetiva a sua contribuição para a democratização social e política da sociedade.

Este projeto caracteriza a necessidade de renovação exigindo mudança de mentalidade em direção à instrução e autonomia dos conhecimentos sistematizados para o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos.

Quando se propõe o ensino da matemática na escola, é preciso dar condições a criança de vivenciar experiências que a levem a construir seus conceitos, a desenvolver suas habilidades e competências de maneira que a mesma compreenda a relação da matemática com suas vivências cotidianas, dando a oportunidade de construir seus saberes em diferentes níveis. Como ferramenta fundamental para que este processo ocorra, temos a participação do educador como a mola propulsora, a ponte que liga a criança as suas descobertas e conhecimentos, pois o educador é o agente motivador da sua sala de aula, aquele é provoca o

desejo de aprender estimulando os alunos e inovando sua metodologia de acordo com as necessidades e identidade da turma. É nesta perspectiva, que o presente projeto vem enfocando a importância do lúdico no ensino da matemática, uma vez que os jogos e as brincadeiras são muito importantes no desenvolvimento das atividades de matemática, por diversas razões. Uma delas é o fato de propiciarem um ambiente alegre e descontraído, essencial a uma proposta de aprendizagem significativa. Podemos citar também outras vantagens essenciais no ensino da matemática que são os estímulos à interação, o desenvolvimento de atitudes éticas, de respeito ao outro, de raciocínio lógico, de criar estratégias, respeitar e criar regras dos jogos, de orientação espaço-temporal, de autoconhecimento e de colaboração.

METODOLOGIA

Serão utilizados jogos pedagógicos, atividades diversificadas, recortes, colagens, produções escritas e leituras de textos contextualizados. As professoras irão se revezar a cada bimestre e os alunos Os alunos serão reagrupados da seguinte maneira:

- 2º, 3º, 4º e 5º Anos – 3 grupos
 - Grupo 1: Pré – silábicos sem Valor Sonoro e com valor sonoro
 - Grupo 2: Silábico Alfabético
 - Grupo 3: Alfabéticos
- Levantamento prévio dos conhecimentos matemáticos dos alunos com avaliação diagnóstica e observações diárias;
- Aulas expositivas com uso de cartazes construídos com a participação dos alunos;
- Aulas práticas com uso de materiais concretos tais como: bloco lógico, tangam, ábacos, material dourado, régua, fita métrica, balança, garrafas pet, palitos de picolé, embalagens de produtos e outros materiais reciclados;
- Confecção de jogos com sucata;
- Oficina de jogos com atividades em equipe realizadas quinzenalmente;
- Atividades em grupo;
- Atividades com desafios matemáticos;

- Dinâmicas com Jogos: Nunca dez; Baralho da adição e subtração; Quebra cabeça do tangram; Enigma das frações; Trilha da tabuada; Trilha dos conhecimentos matemáticos; Desafio do ábaco;

HORÁRIO

Matutino – O Reforço em Letramento ocorrerá as quartas - feiras das 07h as 09h15

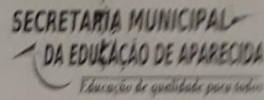
Vespertino – O Reforço em Letramento ocorrerá as quartas – feiras das 13h as 15h15

BIBLIOGRAFIA

A Educação para além do capital – Istvan Meszaros, 2008.

Democratização da escola publica (A pedagogia critico-social dos conteúdos) – José Carlos Libaneo, 2013.

Atas das eleições da Escola Adelino Ariane 2010, 2014 e 2016



Secretaria Municipal da Educação
 Nome da Unidade Escolar... Escola Municipal Adeline Casanova

ELEIÇÃO DA EQUIPE GESTORA DAS UNIDADES ESCOLARES

ATA DA MESA RECEPTORA DE VOTOS:

Segmento: Pais ou Mães e Alunos

Aos 30 dias do mês de Novembro de 2010, às 7:00 horas, reuniu-se a Mesa receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

Cargos	Nome	Assinatura
Presidente	<u>Celia Cristina da S. M. Batista</u>	<u>Celia Cristina da Silva Mendes Batista</u>
1º mesário	<u>Leandriene Sousa Silva</u>	<u>Leandriene Sousa Silva</u>
2º mesário	<u>Mª Edizene F. Pimenta</u>	<u>Maria Edizene F. Pimenta</u>
Suplente		

Segmento: Pais ou Mães e Alunos

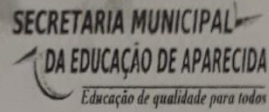
Nº. de Votantes	<u>237</u>
Votantes que compareceram	<u>146</u>
Votantes que não compareceram	<u>91</u>

Registro de ocorrência:

Nada a declarar.
Celia Cristina da Silva Mendes Batista
Leandriene Sousa Silva
Maria Edizene F. Pimenta

Aparecida, 30 de Novembro de 2010
Celia Cristina da Silva Mendes Batista
 Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos

Maria Edizene Ferreira Pimenta
 Assinatura do mesário



Secretaria Municipal da Educação
 Nome da Unidade Escolar: Escola Municipal Cadelino Ariane

ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES

ATA DA MESA RECEPTORA DE VOTOS:

Segmento Professores e Funcionários Administrativos

Aos 30 dias do mês de Novembro de 2010, às 7:00 horas, reuniu-se a Mesa receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

Cargos	Nome	Assinatura
Presidente	<u>Celia Cristina da S.M. Batista</u>	<u>Celia Cristina da Silva Mendes Batista</u>
1º mesário	<u>Isauriene Souza Silva</u>	<u>Isauriene Souza Silva</u>
2º mesário	<u>M^{re} Edizene F. Pamaíba</u>	<u>M^{re} Edizene Ferreira Pamaíba</u>
Suplente		

Segmento: Professores e Funcionários Administrativos

Nº. de Votantes	<u>31</u>
Votantes que compareceram	<u>31</u>
Votantes que não compareceram	<u>00</u>

Registro de ocorrência:

Nada a declarar
Celia Cristina da Silva Mendes Batista

Aparecida, 30 de Novembro de 2010

Celia Cristina da Silva Mendes Batista
 Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos

M^{re} Edizene Ferreira Pamaíba
 Assinatura do Mesário



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO DE APARECIDA
Educação de qualidade para todos

Secretaria Municipal da Educação.....
Nome da Unidade Escolar... Escola Municipal Adeline Ciarne

ELEIÇÃO DA EQUIPE GESTORA DAS UNIDADES ESCOLARES

ATA DE APURAÇÃO

Ao(s) 30 dia(s) do mês de Novembro de 2010
Às _____ horas reuni-se a Mesa Apuradora n° 01 para contagem de votos.
Integram a Mesa Apuradora:

Nome	Assinatura
<u>Liliana Cristina da S. M. Batista</u>	<u>Olivalina da Silva Mendes Batista</u>
<u>Leandriene Souza Silva</u>	<u>Leandriene Souza Silva</u>
<u>M^{te} Calijene Ferreira Parraíba</u>	<u>M^{te} Calijene Ferreira Parraíba</u>

Resultado da Apuração

Segmento de Pais ou Mães e Alunos

Nº de Votos:	
Chapa 1	<u>46</u>
Chapa 2	<u>69</u>
Chapa 3	<u>29</u>
Branco	<u>00</u>
Nulo	<u>02</u>

Segmento de professores e Funcionários Administrativos

Nº de Votos:	
Chapa 1	<u>07</u>
Chapa 2	<u>12</u>
Chapa 3	<u>12</u>
Branco	<u>00</u>
Nulo	<u>00</u>

Ponto das Chapas	
Chapa 1	<u>99,4</u>
Chapa 2	<u>160,6</u>
Chapa 3	<u>120,6</u>

Porcentagem das Chapas	
Chapa 1	<u>25,98%</u>
Chapa 2	<u>41,97%</u>
Chapa 3	<u>31,52%</u>

Resultado: A Chapa 02 eleita com 41,97% dos votos

Dados da Chapa Eleita

Nº Chapa <u>02</u>	Nome dos Eleitos
	Diretor(a): <u>Elivânia Barros de Souza Moura</u>
	Secretário(a): <u>Mara Lúcia Barbosa da S.</u>

Neusa Daura Rêo Ferreira



PREFEITURA DE
APARECIDA
Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Comissão Eleitoral Central

Unidade Escolar:

Escola Municipal Lúcelmo Arriane

**ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DA MESA RECEPTORA**

Evento: **Professores e Funcionários Administrativos**

Aos 28 dias do mês de novembro de 2014, às 07 h — min, reuniu-se a Mesa Receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

CARGOS	NOMES	ASSINATURA
Presidente	<i>Neusa Sousa Rêgo Ferreira</i>	<i>[Assinatura]</i>
Mesário	<i>Sebastião Reis da Silva</i>	<i>[Assinatura]</i>
Mesário	<i>Heliana Vital Gomes</i>	<i>[Assinatura]</i>
Secretário	<i>Mara Lúcia Barbosa</i>	<i>[Assinatura]</i>

Evento: **Professores e Funcionários Administrativos**

Número de votantes	<u>39</u>
Votantes que compareceram	<u>38</u>
Votantes que não compareceram	<u>01</u>

Local de ocorrência:

[Assinatura]

Aparecida de Goiânia, 28 de novembro de 2014.

Neusa Sousa Rêgo Ferreira
Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos

Mara Lúcia B. Silva
Assinatura do Mesário



PREFEITURA DE
APARECIDA
Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Comissão Eleitoral Central

Unidade Escolar: Escola Municipal Adelineo Ariane

**ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DA MESA RECEPTORA**

Segmento: **Pais ou Mães e Alunos**

Aos 28 dias do mês de novembro de 2014, às 07 h - min, reuniu-
Receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

CARGOS	NOMES	ASSINATURAS
Presidente	Neusa Lourenço Rego Ferreira	<i>[Signature]</i>
1º Mesário	Sebastião Reis da Silva	<i>[Signature]</i>
2º Mesário	Eliziana Vital Gomes	<i>[Signature]</i>
Suplente	Mara Louisa Barbosa	<i>[Signature]</i>

Segmento: **Pais ou Mães e Alunos**

Número de votantes	298
Votantes que compareceram	120
Votantes que não compareceram	178

Registro de ocorrência:

[Signature]

Aparecida de Goiânia, 28 de novembro

Neusa Lourenço Rego Ferreira
Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos



PREFEITURA DE
APARECIDA
Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Comissão Eleitoral Central

Escolar: Grécia Municipal Adelino Luane

ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DE APURAÇÃO

8 dias do mês de novembro de 2014, às 21 h — min, reuniu-se a Mesa Apuradora para con
a Mesa Apuradora:

NOME	ASSINATURA
<u>Donna Rego Sousa</u>	
<u>Lúcia Barbosa</u>	
<u>Maírala Vital Gomes</u>	

Resultado da Apuração

Segmento de Pais ou Mães e Alunos

Número de votos	<u>120</u>
Chapa 01	<u>115</u>
Chapa 02	<u>—</u>
Branco	<u>04</u>
Nulos	<u>01</u>

Segmento de Professores e Funcionários Administrativos

Número de votos	<u>38</u>
Chapa 01	<u>26</u>
Chapa 02	<u>—</u>
Branco	<u>09</u>
Nulos	<u>03</u>

Ponto das chapas	<u>—</u>
Chapa 01	<u>229</u>
Chapa 02	<u>—</u>

Porcentagem das chapas	<u>—</u>
Chapa 01	<u>61%</u>
Chapa 02	<u>—</u>

ado: A Chapa 01 foi eleita com 61% dos votos.

da Chapa Eleita

NÚMERO DA CHAPA	NOME DOS ELEITOS
Chapa 01 (x)	Diretor (a): <u>Wanderley Lima</u>
Chapa 02()	Secretário (a): <u>Ibair Jansira</u>

Luana Cristina da Silva Mendes Batista

Comissão Eleitoral Central

Unidade Escolar: Escola Municipal Lidelino Liriane

ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DA MESA RECEPTORA

Comunidade: Professores e Funcionários Administrativos

Aos 30 dias do mês de novembro de 2016, às 21 h - min, reuniu-se a Mesa Receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

CARGOS	NOMES	ASSINATURA
Presidente	Mara Luíza Barbosa	Mara Luíza B. Silva
Mesário	Edmer Grazianna Carvalho	Edmer Grazianna de Carvalho
Secretaria	Maria Glória Fernandes	Maria da Glória F.
Assistente	-	-

Comunidade: Professores e Funcionários Administrativos

Número de votantes	<u>39</u>
Votantes que compareceram	<u>39</u>
Votantes que não compareceram	<u>-</u>

Registro de ocorrência:

~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~

Aparecida de Goiânia, 30 de novembro

Mara Luíza B. Silva
Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos

Edmer Grazianna de Carvalho



PREFEITURA DE
APARECIDA
Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Comissão Eleitoral Central

Unidade Escolar: Escola Municipal Lúcio Bráze

**ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DA MESA RECEPTORA E APURADORA**

Segmento: **Pais ou Mães e Alunos**

Aos 30 dias do mês de novembro de 2016, às 23 h - min, reuniu-se a Mesa Receptora para recebimento dos votos.

Integram a mesa os seguintes membros:

CARGOS	NOMES	ASSINATURA.
Presidente	Marcelo Barbosa Silva	Marcelo B. Silva
Mesário	Edimer Graiana de Carvalho	Edimer Graiana de Carvalho
Secretário	Maria Glória Fernandes	Maria Glória Fernandes

Segmento: **Pais ou Mães e Alunos**

Número de votantes	295
Votantes que compareceram	137
Votantes que não compareceram	158

Registro de ocorrência:

Aparecida de Goiânia, 30 de novembro de 2016.

Marcelo Barbosa Silva
Assinatura do Presidente da Mesa Coletora de Votos

Edimer Graiana de Carvalho
Assinatura do Mesário



PREFEITURA DE
APARECIDA
Transformando a cidade
Melhorando sua vida

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Escola: *Escola Municipal Adeline Luane*
Comissão Eleitoral Central

**ELEIÇÃO DA EQUIPE DAS UNIDADES ESCOLARES
ATA DE APURAÇÃO**

Em novembro de 2016, às 21 h — min, reuniu-se a Mesa Apuradora para contagem dos votos e a Mesa Apuradora:

NOME	ASSINATURA
<i>Lucia Barbara Silva</i>	<i>Maria Lucia B. Silva</i>
<i>Renner Graciana de Carvalho</i>	<i>Edmer Graucana de Carvalho</i>
<i>Lucia da Gloria Fernandes Gomes</i>	<i>Paulo da Gloria F. Gomes</i>

Resultado da Apuração

Segmento de Pais ou Mães e Alunos

Número de votos	<u>134</u>
Chapa 01	<u>134</u>
Chapa 02	<u>—</u>
Branco	<u>04</u>
Nulos	<u>03</u>

Segmento de Professores e Funcionários Administrativos

Número de votos	<u>39</u>
Chapa 01	<u>39</u>
Chapa 02	<u>—</u>
Branco	<u>02</u>
Nulos	<u>04</u>

Ponto das chapas	
Chapa 01	<u>245,92</u>
Chapa 02	<u>1</u>

Porcentagem das chapas	
Chapa 01	<u>89,85</u>
Chapa 02	<u>1</u>

Resultado: A Chapa 01 foi eleita com 89,85 dos votos.

Equipe da Chapa Eleita

NÚMERO DA CHAPA	NOME DOS ELEITOS
Chapa 01 (X)	Diretor (a): <i>Neusa Sousa Vega</i>
Chapa 02	Secretário (a): <i>Thayz Javiera</i>

Lucia Cristina da Silva Mendes Batista
Assinatura do Presidente da Comissão Eleitoral Local